

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

CLICÉIA APARECIDA ALVES

IMPLANTAÇÃO DA TV SINAL NA ASSEMBLEIA DO PARANÁ: UM ESTUDO DE
CASO

CURITIBA
2012

CLICÉIA APARECIDA ALVES

IMPLANTAÇÃO DA TV SINAL NA ASSEMBLEIA DO PARANÁ: UM ESTUDO
DE CASO

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Ciência Política, Departamento de Ciências Sociais, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Paraná, como parte das exigências para a obtenção do título de Mestre em Ciência Política.

Orientador: Profº. Dr. Sérgio S. Braga

CURITIBA
2012

AGRADECIMENTOS

A realização desta pesquisa não teria se concretizado sem o apoio e colaboração de algumas pessoas.

Agradeço ao meu orientador, professor Sérgio S. Braga, pela atenção e pelo comprometimento com que me acompanhou durante esta pesquisa.

Aos professores Emerson Cervi e Luciana Fernandes Veiga pelas sugestões na qualificação do projeto e ao longo da realização do trabalho.

Aos deputados paranaenses e colegas da Assembleia Legislativa que de alguma forma contribuíram para que alcançássemos o resultado almejado.

Às pessoas do meu convívio pelo apoio, estímulo e pela paciência com que me acompanharam no período que resultou nessa conquista.

RESUMO

O objetivo desta pesquisa é analisar a implantação da TV Sinal na Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, além de identificar mudanças após a sua criação no comportamento dos parlamentares em plenário. Para tanto, foi realizado um levantamento comparativo de dados ao longo da 16ª Legislatura (2007-2010) sobre as atividades internas na Assembleia paranaense. Também foram realizadas entrevistas com profissionais que participaram do projeto de implantação do canal, diretores e ex-diretores da Casa. A conclusão geral é de que, além de dar mais transparência aos trabalhos dos deputados paranaenses, a TV Sinal, inaugurada em dezembro de 2007, estimulou o aumento no número de pronunciamentos em plenário, bem como a presença e participação dos deputados nas atividades legislativas. No entanto, no que se refere aos mecanismos para promover a participação da sociedade nas atividades legislativas, identificamos a necessidade de investimentos nesse aspecto que se encontra deficiente no modelo atual. Dessa forma, concluímos que a televisão legislativa paranaense se destaca pela ênfase na exposição da imagem dos parlamentares em detrimento da aproximação e participação da comunidade na discussão dos assuntos de interesse público.

Palavras-chave: TV Sinal; mídia; política; TV Legislativa.

ABSTRACT

The objective of this research is to analyze the implementation of the TV Sinal in the Legislative Assembly of the State of Paraná, and identify changes after insertion in the performance of parliamentary plenary. To prove them, a survey was made of comparative data over the 16th Legislature (2007-2010) on the inner workings of the Assembly of Paraná. Also interviews with professionals who participated in the project for implementation of channel directors and former directors of the House. Besides giving more transparency to the work of Members of Paraná, the general conclusion is that the TV Sinal, which opened in December 2007, stimulated an increase the number of speeches in Parliament, as well as the presence and participation of members in legislative activities. However, about the mechanisms for engaging civil society participation in the legislative process, we identified the need for investment in this aspect that is lacking in the current model. Thus we conclude that the legislative television Paraná stands out for its emphasis on the exposure of the image of parliamentarians at the expense of the approach and community participation in the discussion of matters of public interest.

Keywords: TV Sinal; media; politics; TV Legislature.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 -	IMAGEM DO PLENÁRIO E DISPOSIÇÃO DAS CÂMERAS..	53
FIGURA 2 -	IMAGEM QUE ILUSTRA INDISCIPLINA DOS DEPUTADOS DURANTE OS PRONUNCIAMENTOS.....	54
FIGURA 3 -	COMPORTAMENTO DOS PARLAMENTARES QUANDO O ASSUNTO DESPERTA O INTERESSE DELES.....	55
FIGURA 4 -	LOGOTIPOS DA TV SINAL.....	62

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 -	CATEGORIAS QUE COMPÕEM A PROGRAMAÇÃO DA TV SINAL.....	65
TABELA 2 -	NÚMERO DE SESSÕES PLENÁRIAS.....	71
TABELA 3 -	NÚMERO DE PROPOSIÇÕES APRESENTADAS.....	73
TABELA 4 -	ESTATÍSTICAS.....	74
TABELA 5 -	TIPO DE HORÁRIO AGREGADO.....	78
TABELA 6 -	CITAÇÕES SOBRE AS MUDANÇAS COM A CRIAÇÃO DA TV SINAL.....	85
TABELA 7 -	LÍDERES DE BANCADAS NA ALEP.....	88
TABELA 8 -	NÚMERO DE DISCURSOS POR ORADOR.....	89
TABELA 9 -	TEMPO UTILIZADO PARA DISCURSOS.....	91
TABELA 10 -	NÚMEROS DE DISCURSOS ANUAIS POR PARTIDO.....	93
TABELA 11 -	PARTIDOS E TEMPO UTILIZADO PARA DISCURSOS.....	94

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 -	TVS LEGISLATIVAS NO BRASIL.....	43
QUADRO 2 -	CARACTERÍSTICAS DA GESTÃO DAS TVS ASSEMBLEIAS BRASILEIRAS.....	56
QUADRO 3 -	CARACTERÍSTICAS DO ACESSO ON-LINE DAS TVS ASSEMBLEIAS.....	58
QUADRO 4 -	GRADE DE PROGRAMAÇÃO DA TV ASSEMBLEIA DIVULGADA EM DEZEMBRO DE 2007.....	63
QUADRO 5 -	GRADE DE PROGRAMAÇÃO DA TV ASSEMBLEIA ATUALIZADA (ABRIL DE 2011).....	64

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 -	TEMPO ANUAL DESTINADO AOS PRONUNCIAMENTOS.....	75
GRÁFICO 2 -	TOTAL DE DISCURSOS ANUAIS.....	79
GRÁFICO 3 -	VARIAÇÃO NO NÚMERO DE DISCURSOS POR PARTIDO.....	94
GRÁFICO 4 -	VARIAÇÃO NO NÚMERO DE DISCURSOS 2007-2010.	99

LISTA DE SIGLAS

ALEP	- Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
CCJ	- Comissão de Constituição e Justiça
PMDB	- Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PSDB	- Partido da Social Democracia Brasileira
PT	- Partido dos Trabalhadores
PP	- Partido Progressista
PDT	- Partido Democrático Trabalhista
PTB	- Partido Trabalhista Brasileiro
PPS	- Partido Popular Socialista
PMN	- Partido da Mobilização Nacional
PSB	- Partido Socialista Brasileiro
PRB	- Partido Republicano Brasileiro
PV	- Partido Verde
PTB	- Partido Trabalhista Brasileiro
PR	- Partido da República

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	11
2 REPRESENTAÇÃO POLÍTICA, MÍDIA E PARLAMENTO.....	16
2.1 COMUNICAÇÃO POLÍTICA E DEMOCRACIA: A IMAGEM DO PARLAMENTO.....	17
2.2 MÍDIA E <i>ACCOUNTABILITY</i> : POTENCIALIDADES E PERSPECTIVAS.....	26
2.3 TV LEGISLATIVA: DE MÍDIA DE FONTES A FONTE PARA A MÍDIA.....	31
2.4 PÚBLICO OU ESTATAL? DE QUAL MODELO ESTAMOS FALANDO?.....	36
3 A ASSEMBLEIA DESCOBRE A TV - A EXPERIÊNCIA DA TV SINAL.....	39
3.1 TELEVISÃO LEGISLATIVA NO BRASIL.....	40
3.2 TV SINAL: DO PROJETO À INAUGURAÇÃO.....	47
3.3 ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO: ABRANGÊNCIA E ORÇAMENTO DA TV SINAL.....	52
3.4 A PROGRAMAÇÃO DA TV LEGISLATIVA: O NOVO MODELO NO CONTEXTO DA AGÊNCIA DE NOTÍCIAS.....	61
3.5 A AUDIÊNCIA DO CANAL LEGISLATIVO: O CIDADÃO DESCOBRIU A TV?.....	67
4 EFEITOS DA TV SINAL NA ATIVIDADE POLÍTICO-PARLAMENTAR.....	70
4.1 NÚMERO DE SESSÕES PLENÁRIAS.....	71
4.2 NÚMERO DE PROPOSIÇÕES APRESENTADAS.....	72
4.3 NÚMERO DE PRONUNCIAMENTOS EM PLENÁRIO.....	74
4.4 AVALIAÇÃO DOS DADOS EM RELAÇÃO ÀS HIPÓTESES DA PESQUISA.....	79
5 DEPUTADOS, VISIBILIDADE NA MÍDIA E A TV SINAL.....	81
5.1 DEPUTADOS PARANAENSES, MÍDIA E TV SINAL.....	81
5.2 AO VIVO DA TRIBUNA: O USO DA PALAVRA PELOS DEPUTADOS.....	87
5.3 NÚMERO DE ORADORES POR PARTIDO.....	92
5.4 TV SINAL NO DISCURSO PARLAMENTAR.....	95
5.5 ANÁLISE DE VARIAÇÃO NO PERÍODO 2007- 2010.....	98
6 CONCLUSÃO.....	100
REFERÊNCIAS.....	105
ANEXOS.....	111

1 INTRODUÇÃO

Nosso interesse pela pesquisa surgiu a partir de trabalhos realizados na área da comunicação e política, especificamente aqueles que destinam especial atenção aos canais legislativos e possíveis impactos nas atividades dos agentes políticos. Com efeito, diversos autores têm chamado a atenção para a importância da mídia na condução dos assuntos políticos, pois os veículos de comunicação de massa atuam como interlocutores entre as esferas políticas e os cidadãos. Dessa forma, podemos atribuir à mídia a função de poderoso instrumento para dar visibilidade às ações dos agentes políticos e das instituições em que atuam. A consolidação desta potencialidade despertou nos representantes a preocupação com a imagem dirigida à opinião pública, já que a visibilidade pode refletir na decisão dos eleitores nos pleitos eleitorais (GOMES, 2004). Trata-se de um fator importante para a conquista do apoio popular.

Diversos estudos sobre mídia e parlamento já foram publicados. Dentre os temas abordados, destacamos os escândalos políticos, visibilidade dos parlamentares na mídia e agendamento (GOMES, 2004; CHAIA, 2004; LIMA, 2006; MIGUEL, 2007; GOMES, 2008; MIGUEL; BIROLI, 2010; AZEVEDO; CHAIA, 2010). Em relação a pesquisas realizadas sobre os canais próprios de televisão legislativa, podemos citar FREITAS (2004); RENAULT (2004); BARROS *et al* (2006); BERNARDES (2008); SAMPAIO (2008); SANTOS (2008); SILVA (2008); JARDIM (2008); FREITAS (2008); ALVES (2009); BARROS *et al* (2009); BARROS *et al* (2010); BARROS *et al* (2011); BERNARDES (2011). Nessa perspectiva, percebemos que a Assembleia do Paraná oferece espaço para análises mais aprofundadas sobre a mídia legislativa, dessa forma justificamos a opção pelo estudo de caso da TV Sinal.

A cobertura midiática está presente em todas as fases do processo que leva um cidadão a compor o corpo dos eleitos para a representação popular, cuja função principal é trabalhar pelo bem comum. Após o período eleitoral, a cobertura destina-se à atuação dos representantes eleitos, que buscam prestar contas à sociedade com o espaço conquistado na mídia, especialmente na televisão.

A influência exercida pela mídia televisiva no dia a dia do cidadão lhe confere significativa responsabilidade na apuração dos fatos noticiados, uma vez que esta se tornou referência para o entendimento acerca dos acontecimentos que envolvem o processo político no município, no estado e no país. No entanto cabe observar que a política caiu em descrédito¹ junto à sociedade com o envolvimento de parlamentares em escândalos que frequentemente estampam os noticiários em todos os segmentos da mídia.

A busca incessante pela inserção nos canais de comunicação estabeleceu relação de interesses entre os agentes políticos e os profissionais do jornalismo, pois estes últimos detêm os recursos necessários para o enquadramento favorável da notícia, objeto de desejo dos primeiros. Todos os agentes políticos têm um objetivo em comum, ou seja, a cobiça da aprovação pública, fator que estabelece a dependência de outras formas de visibilidade e não somente as específicas do campo político (WEBER, 2004).

Para melhorar a imagem perante a opinião pública, promover a aproximação entre os políticos e a sociedade, e dar mais transparência aos atos do legislativo, as Assembleias Legislativas brasileiras, quase em sua totalidade, criaram os canais próprios para transmissão dos trabalhos legislativos. A década de 1990 pode ser considerada um marco na história da comunicação institucional com a emergência das TV's Assembleias. Nesse sentido, podemos mencionar que alguns canais legislativos já foram alvos de estudos que comprovaram alterações na atividade político-parlamentar nas Casas Legislativas.

Renault (2004) pode ser considerada uma das precursoras no âmbito das pesquisas sobre os canais legislativos com a produção de valioso material que norteia demais trabalhos realizados na área. O objeto do seu estudo, a TV Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, é a primeira

¹ A afirmação é baseada em pesquisa divulgada pelo instituto Gfk em junho de 2010, na qual ficou constatado que a confiança da população junto aos políticos continua em queda no Brasil. Apenas 11% dos brasileiros dizem confiar nos políticos. Em 2009, o índice era de 16%. A média global era 18% e agora está em 14%. Outro dado interessante divulgado pelo Jornal Gazeta do Povo na edição do dia 27 de dezembro de 2011 ilustra que a insatisfação popular independe de endereço e, em Curitiba, surge à frente de outras demandas históricas. Leitores e internautas consideraram a moralidade na política e o fim da corrupção como os principais presentes que a cidade merece, e deve ganhar em 2012. A pesquisa é baseada na abundância de relatos e depoimentos indignados sobre a atuação de vereadores, deputados estaduais e integrantes do Executivo na capital.

emissora de televisão legislativa inaugurada no Brasil, no ano de 1995. A autora afirma que a inserção do canal próprio de comunicação estreitou a relação entre parlamentares e a sociedade mineira.

No Senado brasileiro, Freitas (2004) realizou estudo comparativo das atividades dos senadores brasileiros e apresentou evidências relativas às mudanças na quantidade e qualidade na produção legislativa com a implantação da TV Senado. O autor afirma que, após a implantação do canal próprio de televisão, os senadores passaram a se manifestar com mais frequência no plenário, o que configurou um crescimento de 67,5% no número de discursos proferidos.

Sampaio (2008) identificou alterações no comportamento dos parlamentares da Assembleia Legislativa do Ceará e, dentre outros aspectos, detectou aumento de 128,3% na quantidade de eventos realizados no plenário. Santos (2008), por sua vez, pesquisou a atuação dos vereadores da Câmara Municipal de Ribeirão Preto e percebeu que a mídia legislativa influenciou também os hábitos de vestuário dos parlamentares.

Jardim (2008) apresenta evidências similares em pesquisa realizada sobre a atuação parlamentar na Assembleia Legislativa e Câmaras municipais do estado de São Paulo e afirma que a mídia televisiva potencializou o comportamento responsivo dos legisladores. No Paraná, entretanto, um estudo preliminar realizado por Alves (2009) também encontrou evidências de alterações na rotina de atuação parlamentar dos deputados paranaenses, porém, percebemos a existência de espaço para aprofundar o estudo.

Diante do exposto e a partir da inquietação da autora frente à carência de estudos mais abrangentes relativos ao canal legislativo paranaense, surgiu a ideia de analisar a implantação da TV legislativa, bem como identificar a sua influência na atividade político-parlamentar dos deputados estaduais do Paraná ao longo da 16ª Legislatura (2007-2010). Para tanto, colocamos algumas questões que norteiam nossa pesquisa e que se apresentam como problemas centrais desta dissertação: estará a mídia legislativa estreitando os vínculos de representação dos parlamentares com seus eleitores e aumentando a

*accountability*² do parlamento? A inserção da TV Sinal influenciou as atividades político-parlamentares que fazem parte da rotina dos deputados em plenário?

Para responder as questões, a metodologia de pesquisa consiste em levantamento bibliográfico de estudos relacionados ao tema e análise comparativa de dados quantitativos referentes aos anos de 2007 a 2010, período que compreende a 16ª Legislatura na Assembleia Legislativa do Paraná. Vale a pena ressaltar que 2007 foi o último ano de atuação dos deputados paranaenses sem a cobertura do canal legislativo, implantado no ano seguinte. Também foram realizadas entrevistas com profissionais que participaram do processo de implantação da TV Sinal bem como aplicação de questionário para que os deputados avaliassem a nova ferramenta de comunicação com a sociedade paranaense.

A dissertação está dividida em quatro capítulos, sendo que no primeiro, **“Representação política, mídia e parlamento”**, dialogaremos com a literatura especializada em temas como a comunicação política, democracia e a imagem do parlamento no contexto da intermediação realizada pelas mídias entre os representantes e os representados. No segundo capítulo, **“A Assembleia descobre a TV – a experiência da TV Sinal”**, destinamos espaço para abordagem específica sobre a criação do canal legislativo paranaense, bem como questões em torno do orçamento destinado à sua manutenção, audiência, modelo de gestão e grade de programação. O terceiro capítulo, **“Efeitos da TV Sinal na atividade político-parlamentar”**, é reservado para exposição e interpretação dos dados coletados durante a pesquisa que compreende os anos de 2007 a 2010 ao longo da 16ª Legislatura. Por fim, no quarto e último capítulo **“Deputados, visibilidade na mídia e a TV Sinal”**, apresentaremos brevemente uma discussão sobre a percepção dos parlamentares paranaenses frente à cobertura da mídia na atividade legislativa, bem como a dedicação dos mesmos para a exposição da imagem através da transmissão ao vivo das sessões plenárias por meio do canal legislativo.

Portanto, destacados alguns elementos que compõem o nosso trabalho, passamos para o diálogo com teorias relevantes que fazem referência

² O conceito de *accountability* é denominado na literatura como a prestação de contas dos representantes para os representados, proporcionando a transmissão de informações de forma mais transparente possível.

ao nosso objeto de estudo. O trabalho encerra-se com as considerações finais e os principais achados desta pesquisa.

2 REPRESENTAÇÃO POLÍTICA, MÍDIA E PARLAMENTO

A origem deste estudo é fruto da percepção de que existem poucas publicações sobre a implantação do canal legislativo paranaense e possíveis alterações na rotina das atividades dos deputados estaduais no plenário da Assembleia do Paraná. No entanto, percebemos que havia espaço para produzir a pesquisa e, dessa forma, promover reflexão sobre a influência dos meios de comunicação pertencentes ao parlamento, a exemplo do que já ocorreu em outros estados brasileiros.

Com efeito, a questão da representação política está presente na agenda dos debates da ciência política, seja no sentido da sua crise ou da sua transformação (MANIN, 1995; GOMES, 2004; CHAIA, 2004; LIMA, 2006; MIGUEL, 2007; GOMES, 2008; MIGUEL; BIROLI, 2010; AZEVEDO; CHAIA, 2010). Da mesma maneira, é crescente o campo destinado aos estudos que abordam o papel da mídia como mediadora da relação entre os representantes e os representados na esfera política, em especial aos que destinam atenção para a cobertura das mídias legislativas presentes nos parlamentos brasileiros desde a década de 1990 - FREITAS (2004); RENAULT (2004); BARROS *et al* (2006); BERNARDES (2008); SAMPAIO (2008); SANTOS (2008); SILVA (2008); JARDIM (2008); FREITAS (2008); ALVES (2009); BARROS *et al* (2009); BARROS *et al* (2010); BARROS *et al* (2011); BERNARDES (2011).

Esses temas serão tratados neste capítulo que se encontra dividido em quatro seções, excluída esta introdução. Iniciamos com a abordagem dos aspectos selecionados pela mídia quando destina espaço para cobertura dos assuntos que envolvem o parlamento. Na sequência, o ambiente é utilizado para discussão do papel da mídia enquanto ferramenta de *accountability* e sua função de guardião dos assuntos de interesse público. O conceito de “mídia das fontes” também está inserido nesta seção com intuito de elucidarmos as modificações ocorridas na forma de fazer jornalismo no interior das instituições com canais próprios de comunicação. Por fim, trabalharemos com dois conceitos comumente confundidos no âmbito das discussões sobre o modelo em que se encontram inseridas as televisões legislativas: os conceitos de público e estatal, que finalizam este capítulo.

2.1 COMUNICAÇÃO POLÍTICA E DEMOCRACIA: A IMAGEM DO PARLAMENTO

A relação de “interferência” (Miguel, 2002) entre a mídia e a esfera política é uma questão importante a ser debatida devido ao poder de influência que uma exerce sobre a outra. De um lado, a mídia detém os recursos para interferir nos acontecimentos políticos e, de outro, os próprios atores detentores de mandatos eletivos possuem a prerrogativa de destinar concessões de canais de rádio e televisão.

A esfera pública, com base nas definições de Habermas (1984), é constituída por um grupo de pessoas privadas que, por meio do debate argumentativo e racional, buscam o entendimento acerca dos temas de interesse comum. É o meio pelo qual o grupo forma opinião e expressa a vontade coletiva. A base da composição da esfera pública é a comunicação, já que os argumentos e discussões temáticas se dão em torno da fala, ou seja, a esfera pública é o espaço de relações “discursivas sobre quaisquer objetos” (GOMES, 2008, p. 44).

Dentro do contexto geral da esfera pública, para realizar a mediação entre o Estado e a sociedade, surge a esfera pública política, que, dentre suas funções, objetiva dar voz aos apelos da sociedade. Gomes (2008) destaca ainda que a história da esfera pública moderna é configurada por duas instituições sociais, que desde o princípio têm sua existência associada à concepção de esfera pública: o parlamento e a imprensa.

Com relação ao parlamento, como bem aponta o autor, o espaço é reconhecido por constituir a parte política da esfera pública. Do mesmo modo, a imprensa estrategicamente funciona como um elo entre a sociedade e o parlamento, pois torna públicas as decisões tomadas pelo grupo de pessoas privadas. À imprensa cabe a responsabilidade de fornecer elementos para a formação da opinião pública. De acordo com Barros *et al* (2006):

Seria ingênuo pensar que o voto em si cria em si esse vínculo, como querem os liberais ao afirmar os benefícios da representação política. Esse vínculo é criado por meio de diversas e variadas fontes de comunicação que percorrem o corpo social até atingir e influenciar os cidadãos, que alimentam o sistema pelo voto, e não o contrário. A mídia opera um papel fundamental neste processo, uma vez que

serve de portadora para a maioria das informações disponíveis à formação da opinião pública. São essas construções, ainda, que produzem de fato a representação, ao construírem a partir do social o político (BARROS, *et al*, 2006, p. 05).

Miguel (2002) afirma que os meios de comunicação são, em si mesmos, uma esfera de representação política. A afirmação justifica-se pelo fato de que a mídia se tornou, nas sociedades contemporâneas, o principal instrumento de difusões de visão de mundo e dos projetos políticos, ou seja, é o local de exposição das representações do mundo social. No entanto, o autor identifica um problema, pois os discursos veiculados “não esgotam a pluralidade de perspectivas e interesses presentes na sociedade” (MIGUEL, 2002, p. 163). Para o autor, o resultado desse processo acarreta consequências significativas para o exercício da democracia, se levarmos em conta que os veículos de comunicação reproduzem mal a diversidade social.

Na percepção dos deputados paranaenses, a mídia é considerada importante instrumento para consolidação da democracia, para promover melhor desempenho dos governos e para o aumento da efetividade no legislativo, ao mesmo tempo em que a consideram como uma ameaça, pois eles acreditam que o Poder Legislativo é, frente aos demais Poderes, o mais vulnerável de todos (VEIGA; PAULA, 2007).

Para autores como Manin (1995), a inserção dos veículos de comunicação de massa na arena política alcançou grau de importância que interferiu no processo eleitoral, pois a construção de imagens nesse período tende a substituir a apresentação das propostas que compõem o programa político dos partidos. No entanto, o autor destaca que esse processo pode dificultar a participação da sociedade no processo decisório, pois o domínio das técnicas inseridas no meio não é de propriedade de todos e o resultado desse conflito pode gerar a crise de representação bem como provocar a distância entre os governantes e governados.

Miguel e Biroli (2010) asseguram que os meios de comunicação de massa causaram um impacto “gigantesco” nas formas de atuação política. Os autores assinalam, de maneira esquemática, quatro dimensões nas quais são perceptíveis alterações nas práticas políticas pela presença da mídia.

A primeira afirmação é de que a mídia se tornou o principal “*instrumento de contato entre a elite política e os cidadãos comuns*”. Dessa

forma, observa-se redução do peso dos partidos políticos e consequentemente seu declínio no sentido mobilizador.

Em segundo lugar, Miguel e Birolli (2010) afirmam que o “*discurso político*” sofreu modificações para atender as exigências impostas pelos veículos de comunicação, especificamente, a televisão. Detentor de peculiaridades técnicas, o jornalismo televisivo é regido pela instantaneidade, e o tempo dedicado à produção de matérias é essencialmente limitado. Nesse caso, podemos observar, conforme afirmação dos autores, que os discursos inseridos nesse meio são fragmentados, pois o tempo destinado às falas resume-se a poucos segundos. É interessante acrescentarmos o argumento de Jardim (2008) nesse sentido.

A cobertura dos acontecimentos políticos operada pela televisão, dada a sua linguagem que privilegia a imagem e a velocidade e que conta com recursos técnicos como corte e edição, pode ser ainda mais comprometedor para a imagem dos representantes e das instituições do que a cobertura dos jornais (JARDIM, 2008, p. 66).

Nessa perspectiva, Miguel (2002) argumenta que a televisão isola as pessoas em suas vidas privadas, comprometendo a convivência em comunidade, base da confiança interpessoal e da participação política.

A sequência da teoria de Miguel e Birolli (2010) revela que a mídia tornou-se responsável pela “*produção da agenda pública*”, momento importante no jogo político. Por fim, ganha ênfase a preocupação dos candidatos a ocupar lugar de destaque na cena política com a “*gestão da visibilidade*”, pois a exposição na mídia torna-se cada vez mais “componente do capital político” (MIGUEL; BIROLI, 2010, p. 10). Vale a pena ressaltar que tal exposição precisa ser cuidadosamente observada devido à divulgação de atos que não deveriam chegar ao conhecimento do público, fatos que na maioria das vezes desencadeiam escândalos políticos.

Diante da nova configuração da mídia como intermediadora da relação entre os representantes e os representados, é possível afirmar que os atores políticos disputam espaços para publicizar a imagem e assim garantir o retorno positivo que preferencialmente se converta em voto (GOMES, 2004). Para o autor, essa batalha acontece porque os políticos “querem exposição midiática favorável, ou seja, aparecer nos jornais, nas revistas, no rádio e na televisão de

modo que lhes renda o máximo de benefícios junto ao público” (GOMES, 2004, p. 155). De acordo com Sant’Anna (2006), a exposição na mídia é inerente ao processo político, pois, “para os propositores de uma determinada agenda social, a importância de se fazer presente na agenda midiática se deve ao fato de os políticos e detentores do poder de decisão só reagirem aos temas que são alvo da cobertura noticiosa” (SANT’ANNA, 2006, p. 32). Em suma, a disputa pelo espaço na mídia é semelhante a uma batalha num campo em que as forças de ação e reação se enfrentam:

Esta batalha se faz presente pelo fato de os atores sociais entenderem – como o fazem diversos autores – que, no processo de agendamento, os meios de comunicação não só selecionam os temas que serão debatidos pela sociedade, como também e mais importante, tendem a interferir nos valores, opiniões e sentimentos que os indivíduos terão sobre o mundo que os cerca (Idem, p. 32-33).

Para Bernardes (2008), o jornalismo também exerce a função de resolver os problemas que os demais poderes não resolvem e, “não por outra razão, a Imprensa aparece em várias pesquisas como uma das instituições com maior credibilidade em nosso país” (BERNARDES, 2008, p. 03).

Já Gomes (2004) aponta três modos para se tentar garantir exposição nos meios de comunicação. Em primeiro lugar, o político deve satisfazer os critérios de seleção que norteiam o subsistema informativo. Em seguida, o autor aponta para a produção artificial de fatos que simplesmente se convertam em notícias e, por fim, a produção de fatos que os meios darão como notícias. Nesse caso, destaca-se a necessidade de assegurar-se da boa vontade e o favorecimento dos meios de comunicação, entretanto cabe ressaltar que esse tipo de relação cria o compromisso “de retribuição, que tende a ser cobrada” (GOMES, 2004, p. 156). Trata-se de fundamental importância para o agente político ganhar a cobertura como personagem das ocorrências que cerceiam o mundo da política, que pode ocorrer através das pessoas capazes de proporcionar o feito como repórteres, editores e proprietários de meios de comunicação:

Ter um bom “trânsito” nos ambientes jornalísticos em toda a sua extensão pode ser decisivo para conquistar existência, ou seja, presença nas telas e páginas da esfera da visibilidade do eleitorado (GOMES, 2004, p. 160).

Ao discorrer sobre possível crise de representação política em democracias representativas, Manin (1995) argumenta que a rede de relações partidárias deu lugar à mediação por meio dos canais de comunicação política, seja através do rádio ou da televisão. Outra questão abordada pelo autor diz respeito à inserção de novos atores no cenário político engendrada pelo domínio das técnicas de comunicação:

Os meios de comunicação de massa, no entanto, privilegiam determinadas qualidades pessoais: os candidatos vitoriosos não são os de maior prestígio local, mas os “comunicadores”, pessoas que dominam as técnicas da mídia. O que estamos assistindo hoje em dia não é um abandono dos princípios do governo representativo, mas a uma mudança do tipo de elite selecionada: uma nova elite está tomando o lugar dos ativistas e líderes de partido. A democracia do público é o reinado do “comunicador” (MANIN, 1995, p. 19).

Entretanto, o elo estabelecido entre a mídia e a esfera política também pode oferecer riscos à democracia quando enfatiza a cobertura de ocorrências negativas na atuação dos atores políticos e, dessa forma, possivelmente colabora para o crescimento da desconfiança dos representados com seus representantes. Nesse contexto, é importante destacar a preocupação de Chaia (2000) no entendimento do papel da mídia ao enfatizar os fatores negativos na cobertura das esferas políticas. Para a autora, a verdade deve ser revelada, mas:

(...) este acompanhamento da vida parlamentar por parte dos meios de comunicação precisa ser constante, ressaltando também seus aspectos positivos, como as práticas políticas consistentes e atuação de partidos políticos que mais se destacam no parlamento, contribuindo com isso para mudar a cultura política brasileira (CHAIA, 2000, p. 56-57).

A falta de ligação entre as decisões tomadas no parlamento e o cotidiano dos cidadãos também pode ser prejudicial para a democracia, pois, de acordo com Barros *et al* (2006), o processo, que não é característica específica do Brasil, pode gerar um “repúdio da atividade política e parlamentar, com a formação de mitos e imprecisões sobre o trabalho realizado no parlamento (...)” (BARROS, *et al*, 2006, p. 02). Os autores denominam a cobertura dedicada às atividades legislativas como “restrita” e “preconceituosa”.

Dessa forma, a falta de conhecimento sobre as atividades diárias realizadas no interior das Casas Legislativas tende a contribuir para a disseminação da imagem negativa envolvendo as instituições representativas, pois:

Muitos analistas e políticos acusam a mídia de contribuir para a queda da confiança pública nas instituições políticas, por sua competição com os partidos políticos pela estruturação discursiva da política, pela ênfase na imagem pessoal de candidatos e pela centralidade no noticiário do Poder Executivo (*Idem*, 2006, p. 03).

Manin (1995) também identifica a falta de proximidade entre representados e os representantes, o que para ele provoca um desequilíbrio “no ideal do funcionamento da política”. Da mesma maneira trata da descrença relacionada à política como fator decorrente do descumprimento dos representantes frente ao que fora estipulado durante as campanhas eleitorais e da falta de conhecimento dos cidadãos sobre o funcionamento do jogo político. Dito de outra forma, os representantes não seguem as preferências dos eleitores, pois “o governo representativo nunca foi um sistema em que os eleitos têm a obrigação de realizar a vontade dos eleitores” (MANIN, 1995, p. 05).

Essa “descrença generalizada” pode ser decorrente de eventos como os escândalos políticos que eclodiram na sociedade nas últimas décadas, bem como a ênfase da mídia na publicidade dos fatos negativos relacionados às esferas políticas.

A cobertura extensiva das atividades dos governantes e dos principais líderes políticos contribui para minar sua credibilidade, exibindo equívocos, hesitações, titubeios que, de outra forma, ficariam longe do conhecimento do grande público. Se antes era possível testar um discurso em plateias menores, aprimorando-o antes de proferi-lo num evento de maior magnitude, hoje a transmissão ao vivo e mesmo o videotape impedem o procedimento e amplificam qualquer deslize (MIGUEL, 2007, p. 09-10).

Heloiza Matos (2001) também contribui para o debate e afirma que, em relação ao parlamento, “a imagem na grande mídia é a de lentidão e ausências no plenário, mesmo que isso não corresponda à realidade das atuações parlamentares em sua ampla maioria” (MATOS, 2001, p. 3). Para os autores,

essa é uma questão preocupante diante da sociedade cada vez mais centrada na mídia e dela dependente para obter conhecimento sobre os fatos.

Nas democracias liberais chegou-se a um tal estágio de circulação de informação política que a esfera civil pode praticamente reconfigurar todos os dias, depois da leitura de um jornal matutino ou depois de apreciar o telejornal da noite, a sua opinião e a sua disposição sobre os partidos políticos, o governo, os sujeitos e temas políticos, as agendas parlamentares e o seu quadro de prioridades (GOMES, 2004, p. 09-10).

Outro aspecto destacado por Barros e Bernardes (2009) diz respeito ao espaço destinado pela mídia aos agentes políticos, o denominado “alto clero”, ou seja, pequeno grupo que garante visibilidade “por outras razões, outras formas de capital, alheias ao status de representante popular” (BARROS, BERNARDES, 2009, p. 03). Essa constatação, como afirmam os autores, leva a população à desinformação sobre questões relativas ao processo legislativo e até mesmo sobre os agentes políticos em geral, ou seja, o reconhecimento “se limita ao seu estado de origem, aos seus rincões eleitorais, e não é raro que também para isso esses parlamentares controlem mídias locais” (*Idem*, p. 03).

A esse respeito, podemos destacar o trabalho de Fucks e Cervi (2005) que analisaram a cobertura da 14ª Legislatura da Assembleia do Paraná realizada pelo jornal Gazeta do Povo. O período analisado, que compreendeu os anos de 1999 a 2002, totalizou 9.848 entradas relativas à Assembleia e aos deputados estaduais. No entanto, os autores concluíram que o veículo destinou pouco espaço para a cobertura de temas que tratam do processo decisório e, em grande medida, percebeu-se que a cobertura privilegiou os atores estatais em detrimento da sociedade civil organizada que, segundo os autores “pode ter dois significados, não necessariamente excludentes: 1) o isolamento do Legislativo em relação à sociedade paranaense; 2) a cobertura da Gazeta privilegia fontes estatais” (FUCKS; CERVI, 2005, p. 289). No entanto, fica a constatação de que a mídia, nesse caso a Gazeta do Povo, “não vem demonstrando muito interesse pela política, especialmente em períodos não eleitorais” (FUCKS; CERVI, 2005, p. 302).

Porém, esse fator pode ser compreendido quando a justificativa para o modelo de cobertura adotado pelos veículos do GRPCOM³ é enunciada pelos próprios profissionais⁴ que neles atuam:

A imprensa não tem obrigação de mostrar o que eles (agentes políticos) estão fazendo, a gente não tem obrigação de fazer um trabalho de divulgação pra eles, não somos pagos. A cobertura dos escândalos é muito boa. Esse furo do Jornal Nacional com as notas falsas do Renan, a imprensa faz o que a política tem que fazer, o que o Ministério Público tem que fazer. Mudou um pouco a função da imprensa, né? Se a gente não faz esse furo, quem vai mostrar? As coisas só andam porque a imprensa divulga, mas e daí? O que está sendo feito? (ALMEIDA DE PAULA, 2009).

A partir da declaração concedida por um jornalista para a pesquisadora na área de comportamento parlamentar, Carolina Almeida de Paula (2009), é possível perceber que existe apatia dos profissionais da mídia no tocante à cobertura do processo político:

Eles (os jornalistas) não se sentem responsáveis por publicizar a atividade política em seus aspectos “positivos”, pois consideram obrigação do político trabalhar corretamente. O papel da mídia para eles seria mostrar à população os desvios de conduta dos agentes da classe política (*Idem*, 2009).

Entretanto, quando a questão é abordada pelos profissionais da televisão, principal canal de acesso às informações, o profissional entrevistado é ainda mais enfático:

Assuntos políticos, assuntos mais pesados são complicados. A população, em geral as classes mais baixas, não gosta. É importante ter cobertura política, mas isso em televisão não funciona muito bem, funciona mais em jornal. É importante, mas a população não gosta. Fazemos pesquisa e sabemos disso. Em termos de televisão, a população gosta de uma coisa que fizemos recentemente como a cobertura do aumento da aposentadoria dos deputados estaduais. A população gosta de ver que a gente está pegando no pé das pessoas, das autoridades políticas. Mas eles não topam na televisão uma cobertura diária do tipo “hoje foi aprovado o projeto, amanhã será votada tal coisa”, acho que isso não interessa muito para o povo, não (ALMEIDA DE PAULA, 2009).

³ O jornal Gazeta do Povo e a TV Paranaense, afiliada da Rede Globo no estado do Paraná, pertencem ao Grupo Paranaense de Comunicação.

⁴ O sigilo da fonte foi garantido pela autora do artigo, Carolina Almeida de Paula, mediante entendimento com os entrevistados.

Dessa maneira, é possível perceber que a cobertura midiática destinada às instituições políticas, principalmente em termos de televisão, pode ser considerada parcial e enviesada, uma vez que primam pela instantaneidade e objetividade na divulgação dos fatos, além do destaque na publicização de fatos como os escândalos políticos. Essa tendência pode contribuir para redução do pensamento reflexivo dos espectadores ao oferecer curto espaço para as respostas dos assuntos abordados. Tais características também podem ser prejudiciais para a promoção da *accountability*, ou seja, a prestação de contas dos representantes para os representados, quando os primeiros em grande escala dependem desses meios para estabelecer esse tipo de contato com a sociedade. No próximo tópico, aprofundaremos a discussão sobre esse aspecto.

Sendo assim, fica evidente que a relação estabelecida entre os agentes políticos e os profissionais da mídia eleva os primeiros na posição de dependência com relação aos segundos, pois “qualquer deslize de comportamento, não necessariamente de conduta ética, mesmo que seja transmitido por poucos minutos, pode comprometer uma carreira que demorou anos para ser construída” (JARDIM, 2008, p. 44). Essa dependência resulta no esforço dos políticos em “impor e justificar ideias e ações para o grupo que nele, em nome de verdades, confiou, e, para tanto, ele depende da mídia, que detém o poder de fazer, desfazer e questionar verdades” (WEBER, 2000, p. 271). Para Bernardes (2011), a ambiguidade está presente na relação entre os campos midiático e político que, segundo ela, se faz caracterizada por “colaboração e antagonismo ao mesmo tempo, e pela incorporação de valores mútuos” (BERNARDES, 2011, p. 65). Ao fazer referência sobre o entendimento de Gomes (2004), a autora afirma que “a política midiática acaba se tornando um dos sistemas pelos quais a política se realiza nas atuais sociedades, sendo a comunicação midiática um lugar privilegiado para a palavra política, ainda que não o único” (BERNARDES, 2011, p. 65). Dito de outra forma, as chances para “atravessar” o campo midiático (Maia, 2006), influenciar a construção das notícias e administrar a própria apresentação, aumentam na medida em que os agentes políticos concentram esforços para administrar as especificidades inerentes aos diferentes veículos de comunicação.

Se considerarmos as características que envolvem a atuação da mídia convencional frente às atividades dos órgãos legislativos, podemos concluir que, mais do que promover espaços para a participação e deliberação populares, o desenvolvimento das mídias legislativas possui como principal atribuição melhorar a imagem das instituições, bem como divulgar a própria versão dos fatos. Para Renault (2004) a emergência dos canais legislativos na década de 1990 faz parte de uma opção estratégica com o objetivo de buscar um lugar próprio na esfera pública de visibilidade, pois os canais de acesso público às casas legislativas representam “uma mudança na ordem da estrutura televisiva até então intocada” (RENAULT, 2004, p. 38).

Há quatro anos no ar, deixando para trás apenas três estados brasileiros que trabalham para implantar os canais próprios de televisão legislativa, o parlamento paranaense decidiu enfrentar as câmeras “ao vivo” com as transmissões das sessões plenárias e da Comissão de Constituição e Justiça. No entanto, feitas as constatações sobre a fragilidade que permeia a relação entre os agentes políticos e os profissionais do jornalismo, seguimos com a pesquisa que objetiva aprofundar o debate sobre algumas questões que envolvem o processo de constituição da TV Sinal na perspectiva das mudanças inseridas nas atividades em plenário, bem como no potencial de aceitação dos telespectadores paranaenses. A partir dessa investigação, será possível identificar a efetividade da *accountability*, cujo conceito será discutido no tópico que segue.

2.2 MÍDIA E *ACCOUNTABILITY*: POTENCIALIDADES E PERSPECTIVAS

A comunicação política passou por grandes transformações nos últimos tempos. Com o fluxo contínuo e acelerado de informações, hoje o cidadão dispõe de inúmeras maneiras para manter-se informado sobre os acontecimentos nas esferas políticas (MIGUEL; BIROLI, 2010).

As campanhas eleitorais que detinham o poder sobre a decisão de voto dos eleitores deram lugar às novas mídias que, com suas especificidades, possibilitam o acompanhamento e o julgamento da atuação dos representantes.

Nessa perspectiva, Aldé (2001) afirma que a atuação divulgada pelos veículos de comunicação de massa pode ser decisiva para grande parcela da sociedade que utiliza esses meios para obter informação, “no entanto, o papel dos meios de comunicação de massa revela-se importante, uma vez que estes são fontes nada desprezíveis de informação sobre a atuação dos políticos” (ALDÉ, 2001, p. 15).

Porto (1998) reforça o poder concentrado nas mãos dos *media*, pois os mesmos “fornecem informações para que cidadãos possam tomar decisões consistentes e racionais, incluindo a decisão do voto” (PORTO, 1998, p. 17). De acordo com o autor, os meios de comunicação podem interferir no processo político ao transmitirem informações de forma objetiva e imparcial ou manipulando e deturpando os fatos. Renault (2004) considera a mídia como um dos poucos elos existentes entre o cidadão e a arena política de maneira que “ele torna-se cada vez mais dependente da informação mediada por uma mídia, que, como se sabe, opera a partir de um ponto de vista que nem sempre é público” (RENAULT, 2004, p.25).

Na disputa pela exposição e controle da imagem pública, os atores tendem a desqualificar a imagem dos adversários de maneira que a recepção se dê de forma negativa, prática comum em períodos eleitorais na disputa pelo voto. É importante frisar que o controle da imagem não está apenas nas mãos dos políticos, pois os profissionais das mídias também detêm o poder de bloquear ou alterar as inserções desejadas pelos primeiros.

Conhecemos muito bem as circunstâncias quando a imagem de um sujeito ou partido político escapa do controle da esfera política sendo predominantemente formada pelos jornalistas. Nesses casos, a esfera política tentará, com um grande investimento de energia, recuperar o controle da imagem (GOMES, 2002, p. 287).

A complexa relação entre representantes e representados intermediada pelos canais de comunicação pode ser associada ao conceito de *accountability*, ou seja, atuando como mecanismo de visibilidade das ações dos agentes políticos:

Num sentido amplo, *accountability* refere-se ao imperativo democrático de que os representantes devem considerar os desejos e as necessidades dos cidadãos na condução dos negócios públicos. Independentemente de um controle formal, um governo é

considerado “responsivo” se ele adota políticas que são apontadas pelos cidadãos como favoritas (MAIA, 2006, p. 05).

O termo *accountability* ainda não foi traduzido para o português e uma das dificuldades nesse sentido pode ser a fragilidade que permeia sua prática (MOREIRA, 2010). Outro aspecto identificado por Moreira (2010), que aponta para uma provável construção do termo no Brasil, diz respeito à ausência de uma verdadeira cultura de *accountability*.

No entanto, *accountability* é uma questão fundamental para a qualificação da democracia, pois, pode acarretar para os agentes políticos o dever de responder aos cidadãos sobre possíveis falhas ou desonestidade no exercício da representação (Maia, 2006). Cabe ressaltar que nem sempre a publicização dos discursos de agentes políticos resulta num diálogo aberto entre a administração pública e seus públicos, pois, “muitas vezes, as pessoas envolvidas em transgressões evitam uma comunicação franca e transparente, com a intenção de proteger interesses particulares ou corporativos por razões não-públicas” (MAIA, 2006, p. 03). Dessa maneira, conforme afirma a autora, mesmo quando ocorre falha na ação de *accountability*, a prática de trocar pontos de vista publicamente é importante para que se abram caminhos rumo à inovação institucional.

De acordo com Jardim (2008), esse processo é abordado na literatura a partir de duas dimensões:

Dimensão horizontal, entendida como o controle que os poderes estabelecidos exercem entre si, em um sistema de “checks and balances”, e uma dimensão vertical que diz respeito ao processo eleitoral, que define um momento de relação direta entre representantes e representados (JARDIM, 2008, p. 51).

Nesta direção, segundo a autora, a dimensão horizontal da *accountability* está relacionada com instituições e agências estatais, associada à aplicação de punições aos representantes que praticarem atos ilegais, como corrupção. Já a dimensão vertical diz respeito “ao eixo da participação e da representação, localizada no processo eleitoral (...)” (*Idem*, p. 51). De tal forma, essa aproximação entre os agentes políticos e a sociedade que ocorre no período eleitoral é o que torna o sistema representativo mais democrático. É

nesse período que o cidadão exerce o direito de escolher entre conduzir, reconduzir um representante ou reprová-lo, votando em outro candidato, ou seja,

Na base deste processo de escolha está uma avaliação prospectiva de ações passadas, que o representado faz ao contrapor as propostas de campanha e o comportamento do representante e decidindo entre recompensá-lo com a reeleição, ou puni-lo ao votar em outro candidato (*Ibidem*, p. 52).

Na definição de O'Donnel (1998), o conceito de *accountability* vertical pode ser considerado a partir de “ações realizadas, individualmente ou por algum tipo de ação organizada e/ou coletiva, com referência àqueles que ocupam posições em instituições do Estado, eleitos ou não” (O'DONNEL, 1998, p. 28). De acordo com o autor, as dimensões em que estas ações podem ocorrer são as eleições, reivindicações sociais que possam ser proferidas sem que se corra o risco de coerção e cobertura regular pela mídia ao menos das mais visíveis dessas reivindicações e de atos supostamente ilícitos de autoridades públicas.

No entanto, para Manin *et al* (1999), a eleição por si só não é um instrumento suficiente para a efetividade da *accountability*, ou seja, partindo do pressuposto de que o governo toma inúmeras decisões que afetam o bem estar do cidadão, este possui apenas um instrumento para controlar essas decisões: o voto. Ao que nos parece, os autores evidenciam que se trata de uma relação desproporcional se considerarmos o voto como ferramenta única para aprovar ou reprová-lo a condução do governante. Uma das soluções apontadas pelos autores seria a constituição de ferramentas adicionais de controle, como “separar as decisões monetárias de outras decisões políticas e votar separadamente, e em intervalos espaçados (...)” (MANIN *et al*, 1999, p. 134). Em suma, os autores destacam a falta de criatividade nos desenhos institucionais democráticos que emergiram desde o final do século XVIII, ou seja, trata-se de uma combinação em diferentes formas, frequentemente peça por peça, das instituições preexistentes: “Há, portanto, muito espaço para a criatividade institucional” (*Idem*, p. 134).

De qualquer maneira, percebe-se que a *accountability* pressupõe atitude de monitoramento dos representantes pelos representados e,

consequentemente, ela prevê uma atitude de responsabilização dos agentes políticos pelo mandato (JARDIM, 2008). Entretanto, para obter sucesso na busca pela reeleição, é indispensável o monitoramento da própria imagem e do comportamento pelos representantes para que, dessa maneira, evitem danos no processo eleitoral.

Segundo a autora, para a efetivação do processo de *accountability* é necessário que a mídia forneça informações relativas ao processo legislativo bem como a atuação dos representantes, de maneira que contribua para ampliar e diversificar o ambiente informacional. Sendo assim, o acesso às informações não garante que o cidadão será bem informado; ele pode, inclusive, “ter acesso a fatos enviesados ou mentirosos, como é o caso de alguns “enquadramentos” operados pela mídia” (JARDIM, 2008, p. 65). Vale a pena ressaltar, de acordo com a autora, que não ter acesso a informações sobre os fatos políticos também pode ser prejudicial para a qualidade da democracia representativa.

Para Manin (1995) a falta de controle sobre o trabalho dos governantes por parte dos governados pode resultar numa representação falha, pois muitas deliberações acontecem em particular e não chegam ao conhecimento da população:

Para que os governados possam formar opinião sobre assuntos políticos, é necessário que tenham acesso à informação política, o que supõe tornar públicas as decisões governamentais. Quando os políticos tomam suas decisões em segredo, os governados dispõem de meios muito frágeis para elaborar opiniões em matéria de política (MANIN, 1995, p. 07).

Moreira (2010) afirma que a contribuição da mídia no processo de *accountability* ocorre através de investigações e das discussões suscitadas sobre temas de interesse público, que possivelmente deverá gerar uma justificativa e a prestação de contas dos agentes políticos envolvidos em denúncias de atos ilícitos.

Sendo assim, é importante recapitular que a inserção do canal próprio de televisão no interior do Poder Legislativo pode funcionar como ferramenta de *accountability* e tornar públicos os acontecimentos anteriormente restritos a um pequeno grupo de pessoas. Entre suas especificidades, encontra-se a

produção de programas que transmitem os debates e o processo legislativo, bem como a atuação dos representantes de forma mais ampla que a mídia convencional. Nessa perspectiva, uma pesquisa realizada por Bernardes (2011) com os parlamentares que atuam na Câmara Federal comprovou que a expectativa deles é de que os veículos de comunicação pertencentes àquele Poder devem contribuir para estreitar a comunicação com os eleitores. Nesse cenário, a autora afirma que “a comunicação política realizada por esses veículos mostra a necessidade de existência deles para a efetivação do contato entre o Parlamento e a sociedade, ou entre representantes e representados, como exige o atual sistema político brasileiro” (BERNARDES, 2011, p. 80).

Outro objetivo do jornalismo praticado nos canais de comunicação pertencentes aos Poderes tende a “otimizar o potencial da informação pública, além de promover a cidadania e o fortalecimento da representação política no Brasil” (BARROS, BERNARDES, 2011, p. 03). Para os autores, esta ação “contempla a emissão sistemática e continuada sobre o mesmo tema, de modo contextualizado e detalhado, a fim de oferecer elementos para o cidadão receptor entender o processo legislativo e a conjuntura política, além do noticiário factual” (*Idem*, p. 03). Além de oferecer as informações diretamente ao público, os dados tendem a “contribuir para ampliar a pauta dos veículos privados” (BARROS *et al*, 2006, p. 04).

Com base na percepção de que os veículos legislativos podem atuar como ferramentas de *accountability*, neste estudo, que tem como objeto de investigação a TV legislativa do Paraná, partimos da hipótese de que ela pode promover a aproximação entre os representantes e os representados no Poder Legislativo. Entretanto, para prosseguirmos com o estudo, acreditamos na importância da discussão sobre as novas configurações trazidas pelas mídias institucionais aos conceitos jornalísticos.

2.3 TV LEGISLATIVA: DE MÍDIA DE FONTES A FONTE PARA A MÍDIA

Segundo Sant’Anna (2006), as Mídias das Fontes “podem ser compreendidas enquanto um novo tipo de mídia alternativa que busca trazer ao público uma informação por vezes desprezada, minimizada ou deturpada pela imprensa tradicional” (SANT’ANNA, 2006, p. 57). Nesse sentido, verificamos

que se trata da produção de informações produzidas pelas próprias fontes de informação com objetivo de romper o monopólio midiático existente no cenário brasileiro, já que, para o autor, o espaço midiático nacional não é democrático frente à constatação de que seis grupos econômicos operam as seis grandes redes de televisão do país, realidade que segue na contramão da legislação vigente.

De acordo com Barros e Bernardes (2009), os critérios de noticiabilidade da mídia privada diferem dos veículos do Poder legislativo ao primar pelo inusitado, o pitoresco, o denunciismo, ao passo que os segundos selecionam os temas relacionados a matérias legislativas de caráter institucional, “que transcendem a esfera de atuação parlamentar e das iniciativas partidárias isoladas” (BARROS, BERNARDES, 2009, p.06).

As limitações no acesso ao conteúdo midiático (imprensa escrita, internet e sistemas de televisão a cabo e satélite), que segue marcado pelo elitismo e restrições econômico-sociais como analfabetismo, baixa escolarização e pobreza, são fatores que, segundo Sant’Anna, prejudicam o acesso democrático às informações. Por isso, o autor justifica que o cenário atual “fortalece a necessidade de alternativas informativas de forma a complementar todas as facetas desses mosaicos sociais e de evitar um fluxo informativo monolítico” (SANT’ANNA, 2006, p. 26).

Com base nas definições de Sant’Anna e nas peculiaridades dos canais legislativos brasileiros, inserimo-los neste trabalho, no contexto de “Mídia de Fonte”, por se tratar de veículos de comunicação pertencentes às instituições legislativas e que surgem com o objetivo de divulgar as ações dos parlamentares bem como promover a aproximação dos mesmos com a sociedade. De acordo com o Manual de Redação da Câmara Federal, os objetivos gerais dos veículos que pertencem ao Sistema de Comunicação da Câmara dos Deputados são:

evitar distorções na imagem pública da instituição; permitir a participação política da sociedade no processo legislativo por meio da divulgação antecipada de informações sobre as atividades parlamentares; e garantir o tratamento respeitoso a todo cidadão que procure a instituição. Os veículos jornalísticos ainda têm duas “missões básicas”: divulgar o trabalho legislativo que não recebe cobertura do restante da mídia; e ser fonte de informação jornalística sobre a Câmara (BERNARDES *apud* MALAVAZI, 2004, pp. 23-24).

No entanto, existem dois paradoxos com relação às mídias das fontes. Em primeiro lugar, de acordo com Sant'Anna, tem-se que “o compromisso maior seria com ela e não com a sociedade, pois o cliente não seria o cidadão, o leitor, mas sim quem mantém tal estrutura funcionando”. Em segundo lugar, de acordo com análises verificadas pelo autor:

esta busca de visibilidade social é válida em termos de difusão de informações e visa compensar defeitos do agendamento da imprensa. Estas mídias, em especial as vinculadas diretamente a movimentos sociais, contribuíram para a democratização da informação, promover as ações de defesa de causas sociais – *advocacy* – e para estimular a transparência de feitos públicos – *accountability* (SANT'ANNA, 2006, p. 65).

Dessa forma, Sant'anna afirma que a existência das mídias das fontes é legitimada devido à impossibilidade de se eliminar a desigualdade de poder na relação entre os segmentos sociais e a imprensa e pelo objetivo de garantir a visibilidade almejada. De acordo com Jardim (2008), o intuito desta nova mídia não é só agendar os temas relevantes, mas, também, garantir a visibilidade dos mesmos com enquadramento desejado.

As mídias das fontes constituem, assim, um segmento, um subcampo, do campo midiático, tendo ações de interação e de simbiose entre si, em especial, por meio do fornecimento de conteúdos para serem difundidos para a esfera pública; mas também de concorrência, uma vez que elas também desempenham uma ação de informar diretamente à opinião pública. Esta concorrência pode gerar disputas de audiências, interferências nas rotinas internas de cada subcampo, tudo objetivando a construção junto à esfera pública dos valores, opiniões e de pontos de vista desejados (SANT'ANNA, 2006, p. 267).

Sobre a discussão dos canais legislativos no sentido da promoção da transparência ou da espetacularização, Sant'Anna afirma que os senadores brasileiros parecem estar conscientes da visibilidade que desfrutam, pois, ao discursar, eles já se habituaram a buscar uma posição privilegiada para o enquadramento das câmeras, bem como a utilização de um padrão de gesticulação agressiva e algumas técnicas de oratória mais próximas da dramatização. Para o autor, o objetivo é “tocar nos sentimentos do cidadão-espectador, emocioná-lo, sensibilizá-lo, captar a simpatia” (*Idem*, p. 314). Na visão de Bernardes (2011):

Um dos pontos centrais que precisa ser destacado é o fato de que as mídias legislativas ajudam na construção dos discursos hegemônicos de explicação da realidade social. A transmissão das sessões e audiências parlamentares, a realização de entrevistas e matérias jornalísticas sobre o processo legislativo, e a mediação de debates entre os deputados auxilia, por consequência, na manutenção da legitimidade do sistema institucional (BERNARDES, 2011, p. 62).

Considerando os canais legislativos, cabe destinar especial atenção, com base na reflexão de Jardim (2008), em torno das regras e procedimentos para a captação de imagens, principalmente das sessões plenárias que são transmitidas ao vivo. Em sua pesquisa, a autora identificou a inexistência do tipo “manual” para orientar a operação das câmeras no plenário, o que resulta na produção de efeitos como a diversidade de situações encontradas nas TVs legislativas estudadas que vão “desde um quadro mais liberal que permite a filmagem das galerias e das cadeiras do plenário, até as posições mais radicais que proíbem estas tomadas e trabalham apenas com o “plano americano”⁵”(JARDIM, 2008, p. 72).

A relevância desta reflexão ganha ainda mais efeito se considerarmos que o cargo de direção dos canais legislativos brasileiros é de confiança do presidente da Casa e, de acordo com a autora, pode-se levantar a hipótese de uma possível “autocensura” em função do receio da perda do cargo, no entanto, esta é apenas uma suposição que não foi comprovada (JARDIM, 2006).

Freitas (2004), em estudo referente à TV Senado, aborda essa questão a partir de dois pontos que se contrapõem. Segundo ele, por um lado, existem dispositivos legais que garantem a equidade e a transparência no funcionamento do canal legislativo, além de um quadro de funcionários estáveis e, por outro lado, tem-se uma emissora que faz parte da estrutura do órgão público, onde “as indicações são, frequentemente determinadas por interesses políticos” (FREITAS, 2004, p. 26). Tais contradições, de acordo com o autor, geram conflitos que tendem a ameaçar a sua autonomia funcional.

Entretanto, para evitar possível uso do veículo para promoção pessoal dos parlamentares, a Mesa Diretora do Senado brasileiro criou dispositivos

⁵ No jornalismo, plano americano refere-se à captação de imagens do tronco de uma pessoa até sua cabeça.

legais desde o início do seu funcionamento através da publicação do Ato Administrativo nº 15, de 15 de maio de 2002, que disciplinou o uso da TV Senado.

Esta iniciativa surgiu com certo atraso, pois teve lugar depois de seis anos de funcionamento da TV Senado e dos demais veículos operados pelo Senado. Porém, em se tratando de um ato de uma instituição como o Senado, onde todas as decisões são tomadas de forma colegiada, ouvidos todos os envolvidos, podemos interpretar o fato como um avanço no sentido da descontaminação da postura editorial da emissora com relação às pressões públicas (FREITAS, 2004, p. 26).

De tal maneira, Santos (2008), autora de pesquisa cujo objeto é a TV Câmara de Ribeirão Preto, no que se refere ao comando dos canais legislativos, afirma que, por ser uma função de provimento por livre nomeação em comissão, “não há uma independência deste agente, pois o presidente da Casa pode substituí-lo quando bem entender” (SANTOS, 2008, p. 58).

Assim sendo, com base nas definições e contradições propostas pelos pesquisadores, podemos concluir que a TV legislativa pode surtir efeitos positivos ao possibilitar o acesso às informações e aos procedimentos relacionados às esferas do parlamento. Com o advento dos canais legislativos, as decisões antes tomadas às portas fechadas podem hoje ser acompanhadas ao vivo, sem edição ou cortes. “Isso traz mais transparência aos feitos públicos e permite ao espectador/cidadão ser ele mesmo o cão de guarda, tarefa antes atribuída, por alguns autores, ao jornalista” (SANT’ANNA, 2006, p. 332).

Com base nessas reflexões, propomos um estudo sobre a TV Sinal, canal legislativo da Assembleia do Paraná, a fim de apontarmos as peculiaridades do referido canal de comunicação que surge com o objetivo de suprir a lacuna na comunicação com a sociedade paranaense, dar mais transparência e melhorar a imagem do Poder Legislativo, bem como promover aproximação entre os representantes e os representados. Dessa forma, nosso objetivo também engloba investigar os efeitos sobre o comportamento parlamentar em plenário.

Nesse sentido, antes de nos atermos às questões específicas do veículo em análise, propomos breve discussão em torno de dois modelos comumente confundidos referentes à inserção dos canais legislativos. Algumas

peculiaridades serão apontadas sobre o padrão público e o estatal para, dessa forma, esclarecermos em qual modelo encontra-se inserido o canal legislativo, conforme descreveremos a seguir.

2.4 PÚBLICO OU ESTATAL? DE QUAL MODELO ESTAMOS FALANDO?

Antes de partirmos para o estudo de caso da TV Sinal, consideramos importante abordar algumas questões que nos possibilitem apontar, ainda que sinteticamente, as principais diferenças entre os termos “público” e “estatal” no âmbito dos canais televisivos.

O surgimento dos canais de televisão legislativa na década de 1990 é baseado no pressuposto de duas atribuições principais: promover a aproximação entre os representantes e os representados nas esferas políticas, bem como a melhoria da imagem do Poder Legislativo que, conforme abordamos anteriormente, encontra-se em descrédito junto à sociedade. A primeira premissa integra a Lei do Cabo, aprovada em 1995. Já a segunda compõe os objetivos das próprias instituições legislativas.

Nesse sentido, destacamos importância para elucidação de questões relativas ao modelo no qual se encontram inseridos os canais legislativos. Para alcançar esse objetivo, destinamos especial atenção para abordagem conceitual dos termos “público” e “estatal”, comumente envolvida em confusões contextuais (ARAÚJO, 2000, LEMOS *et al*, 2011). Devido às contradições e imprecisões em torno dos conceitos, apresentaremos uma sucinta discussão a esse respeito.

A dificuldade considerada histórica para distinguir os modelos de TVs pública e estatal pode ser justificada pela forma com que foram inseridos na Constituição de 1988, no seu artigo 223:

Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal (BRASIL, CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA, 1988).

Percebe-se conforme descrito que a distinção entre os termos não está explícita, no entanto, existe consenso em torno da definição quanto ao

significado do “privado” que, por sinal, é o único que se organizou efetivamente devido a sua característica comercial e, dessa forma, “obteve mais facilmente os recursos necessários para sua estruturação, de tal modo que representa a maioria esmagadora das emissoras em funcionamento no Brasil” (LEMOS *et al*, 2011, p. 13).

A disparidade relacionada à consolidação dos canais privados em detrimento dos públicos e estatais pode ser consequência da concentração dos veículos de massa nas mãos de poucos grupos que detêm concessões de emissoras de rádios, televisões e meios impressos. Para os autores, um dos caminhos para mudar esse quadro consiste na revisão dessas concessões, “de forma a criar oportunidade para a presença de canais com perfis públicos e estatais para equilibrar a representação no espectro aberto, forçar todos os sujeitos envolvidos a traçarem estratégias de reconhecimento e consolidação” (*Idem*, p. 13).

Para definição de TV pública, amparamo-nos inicialmente no conceito de Heloíza Matos (1999) sobre a comunicação pública que, para ela, se trata do modelo de comunicação “que envolveria o cidadão de maneira diversa, participativa, estabelecendo um fluxo de relações comunicativas entre o Estado e a sociedade” (MATOS, 1999, p. 01). Ao pensar a comunicação pública no âmbito da comunicação política, a autora considera a primeira como um campo de negociação pública onde ocorre o debate sobre medidas de interesse coletivo e consequentemente decisões democraticamente legítimas.

Para Sampaio (2008), as TVs públicas estão situadas no meio termo entre as privadas e estatais, por serem orientadas pela lógica comercial amparada nas verbas publicitárias e “no pagamento que fazem os usuários, mas que encontra na determinação e satisfação do público que a financia a própria razão de ser, refletida diretamente na grade de programação voltada aos interesses deste público” (SAMPAIO, 2008, p. 30). Na busca por esclarecimentos dos conceitos, citamos ainda as definições de Lemos *et al* (2011):

(...) um sistema de TV estatal é aquele que presta um serviço privativo do Estado, com o objetivo de oferecer ao cidadão conteúdos informativos, culturais e educativos. Assim, cabe ao Estado a função de financiar o sistema, nomear seus titulares e exercer controle sobre a programação. A TV pública não se enquadra nesse cenário, visto que funciona inteiramente independente do Estado, tanto do ponto de

vista burocrático, como de produção e emissão de conteúdos, (...) assim, um sistema de TV pública deve ser implementado de forma independente do Governo, o qual não deve interferir na nomeação dos dirigentes, nem na programação (LEMOS, *et al*, 2011, p.03).

Nessa perspectiva, faz-se relevante também a abordagem de Bernardes (2011) sobre as mídias legislativas que, por serem controladas pelas instituições governamentais e com objetivos declaradamente políticos, estes veículos são considerados governamentais ou estatais.

Conforme definições dos autores, adotaremos neste trabalho a discussão da televisão legislativa no âmbito estatal com base na premissa de que sua função é divulgar as ações dos governantes e da instituição na qual se encontra inserida, bem como oferecer na grade de programação assuntos de cunho informativo, cultural e educativo. O orçamento para sua manutenção é originário de recursos advindos do próprio Estado e que são repassados para as Assembleias Legislativas de acordo com o previsto no orçamento. Destacamos também que no caso das TVs estatais inexistem lucros e o espaço destinado à publicidade se limita à veiculação de material institucional.

Feitas as considerações teóricas, utilizaremos o segundo capítulo para apresentar inicialmente o contexto histórico em torno da ascensão e dimensão dos canais legislativos brasileiros. A seguir, passamos para o foco principal desta pesquisa, ou seja, as questões relativas ao canal legislativo paranaense, a TV Sinal, desde o projeto para sua instalação até a inserção no novo modelo de comunicação da Assembleia paranaense, a Agência Sinal – Sistema de Notícias da Assembleia Legislativa do Paraná.

3 A ASSEMBLEIA DESCOBRE A TV - A EXPERIÊNCIA DA TV SINAL

Como dissemos, a TV Sinal, pertencente à Assembleia do Paraná, é pouco explorada no sentido de mencionar: a) como se deu o processo de criação do canal legislativo paranaense; b) possível impacto causado pela inserção nas atividades político-parlamentares em plenário; c) efetividade na criação de novo canal de comunicação e participação entre a sociedade e o parlamento. Um estudo preliminar realizado por Alves (2009) apontou algumas evidências nesse sentido, no entanto, detectamos uma lacuna a ser preenchida por estudos mais aprofundados.

Com base nessas circunstâncias e frente à carência de pesquisas acerca de um evento presente em quase todos os parlamentos brasileiros, decidimos pela exploração e descrição da TV Sinal, desde os mecanismos legais que possibilitaram sua implantação até os possíveis resultados quantitativos sobre a atuação dos parlamentares paranaenses em plenário.

Para tanto, dividimos o capítulo em quatro seções. A primeira se refere à experiência brasileira no modelo da televisão legislativa, bem como a posição diante dos demais países da América Latina. Para efeitos de ilustração, elaboramos um quadro que corresponde à investida dos parlamentos brasileiros na nova ferramenta de comunicação. As três seções subsequentes analisam especificamente a experiência da TV Legislativa do Estado do Paraná em que são discutidas questões relativas ao projeto que originou a implantação, estrutura, funcionamento, orçamento, até a abrangência e audiência que compreende a veiculação do canal.

Por fim, apresentamos a grade de programação da TV Sinal desde sua concepção, passando pelas alterações que a inseriram no novo contexto de comunicação da Assembleia do Paraná nos moldes da Agência Sinal, o Sistema de Notícias da Assembleia Legislativa do Paraná.

3.1 A TELEVISÃO LEGISLATIVA NO BRASIL

Desde sua concepção, os canais de televisão legislativa no Brasil surgiram para atender duas expectativas: em primeiro lugar, promover a aproximação do cidadão com as discussões que ocorrem no interior das instituições e, dessa forma, estimular o controle sobre os agentes que nelas atuam; em segundo lugar, oportunizar a participação da sociedade no processo legislativo. Entretanto, de acordo com Lemos *et al* (2011), outro objetivo se concentra na tentativa de melhorar a imagem do Poder Legislativo, além de auxiliar na manutenção da legitimidade do sistema institucional (Bernardes, 2011)

Se comparado aos demais países da América Latina, o Brasil é pioneiro na instituição do canal legislativo. Para efeitos de comparação, a pesquisa realizada por Jardim (2008) se baseou na criação do canal legislativo no âmbito federal, pois, de outra forma, teríamos como marca desse pioneirismo a TV Assembleia de Minas Gerais, que foi criada em 1995. Dessa forma, justifica-se a referência da autora à TV Senado, que foi criada no ano de 1996. Posteriormente Argentina, Chile, México, Peru e Venezuela também passam a integrar a lista dos países inseridos no contexto das TVs legislativas (JARDIM, 2008).

De acordo com a autora, as características do Brasil exerceram influência na criação do veículo nos demais países que enviaram delegações oficiais para conhecer as instalações e funcionamento da TV Senado. Antes de nos atermos às especificidades do pioneirismo brasileiro - neste caso, a criação da TV Assembleia de Minas Gerais -, abordaremos questões relativas aos mecanismos que possibilitaram o feito desde o princípio.

A televisão a cabo foi regulamentada no Brasil na década de 1990, quando o então presidente Fernando Henrique Cardoso sancionou a Lei 8.977, no dia 06 de janeiro de 1995. Jardim (2008) afirma que naquele período o cenário era favorável para o debate acerca de um modelo de televisão alternativo ao modelo comercial predominante. Um dos objetivos em torno da discussão era proporcionar o acesso de conteúdo pela sociedade, com a oferta de um espaço para a expressão da diversidade cultural.

Na realidade, este cenário foi resultado da ação de um movimento social, com início no período que antecedeu a Assembleia Nacional Constituinte de 1988, que reunia também associações de classe, como a Federação Nacional dos Jornalistas, preocupada com a questão da democratização dos meios de comunicação e que acabou, posteriormente, se organizando no “Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação” (JARDIM, 2008, p. 92).

Dessa forma, percebe-se que a aprovação da Lei do Cabo é resultado da luta política do movimento organizado pela democratização da informação na sociedade brasileira. Além de regulamentar o novo serviço no país, a Lei determina também em seu artigo 23 que as prestadoras do serviço incluam na sua programação os canais das casas legislativas, conforme determina a alínea *b*:

(...) um canal legislativo municipal/estadual, reservado para o uso compartilhado entre as Câmaras de Vereadores localizadas nos municípios da área de prestação do serviço e a Assembleia Legislativa do respectivo Estado, sendo o canal voltado para a documentação dos trabalhos parlamentares, especialmente a transmissão ao vivo das sessões (BRASIL, Presidência da República, Lei 8.977, 1995).

No mesmo ano de sanção da Lei 8.977/95, mais precisamente no dia 30 de novembro de 1995, a Assembleia Legislativa de Minas Gerais torna-se a pioneira na história dos canais legislativos e coloca no ar a TV Assembleia Legislativa de Minas Gerais, com o objetivo de proporcionar o diálogo com a sociedade mineira.

Assim sendo, o legislativo mineiro se tornou referência para os demais estados brasileiros, que posteriormente seguiram o mesmo caminho. Inicialmente, o canal operava com apenas duas horas de programação e transmitia basicamente reprises das sessões plenárias. A partir de 1996, passou a operar com 12 horas de programação e apresentou os primeiros programas gravados e editados. O ano de 1998 é marcado pelo alcance de todas as regiões do Estado, transmissão de 17 horas de programação e a primeira grande cobertura das eleições. Já em 1999, a diversificação de programas se estende para 18 horas diárias de veiculação e consolida a expansão para o interior do Estado. Desde 2002, a TV Assembleia se firmou

como a emissora do parlamento, da política e das eleições e está presente em mais de 180 municípios do Estado de Minas Gerais⁶.

Nessa perspectiva, seis meses após a estreia da TV Assembleia de Minas Gerais, precisamente no dia 15 de fevereiro de 1996, também com objetivo de suprir a necessidade de informação e aproximação com a sociedade brasileira, surge a TV Senado. Sob a presidência do Senador José Sarney, o Senado Federal estaria a partir do mesmo ano cumprindo seu papel para promover a transparência naquela instituição:

Nos tempos em que vivemos hoje, um dos instrumentos colocados a serviço de fortificar as instituições é, sem dúvida, dar transparência aos trabalhos das instituições legislativas. A tevê do senado tem este objetivo: o de servir ao povo brasileiro, dando a ele a capacidade de criticar o Senado Federal, criticar o Legislativo, mas criticar assistindo a seu trabalho, ao que ele faz, qual é a sua tarefa diuturna, qual é essa aprendizagem. O Poder Executivo, quando toma uma decisão, no dia seguinte ela tem que ser cumprida por todos. O Poder Judiciário, quando emite uma sentença, ela é no dia seguinte uma lei para todas as partes que estão envolvidas. Aqui, não! Este é o único lugar em que o povo brasileiro pode participar das decisões, porque elas são tomadas a céu aberto. Pode influir, pode exercer o seu poder de fiscalização sobre o trabalho, pode participar dele. Dentro desse contexto, é que o sistema de comunicação dá ao povo a capacidade de acompanhar. Dá, a esse mesmo povo, condições de influir nas decisões que são tomadas no Congresso Nacional. Esta é a única casa em que o povo pode influir, em que pode participar (RENAULT, 2005, p.43).

Ainda em nível federal, destacamos a criação da TV Câmara que iniciou suas transmissões em 1998. O canal legislativo, ao lado da TV Senado, se destacou pela cobertura da crise política que atingiu o Congresso Nacional em 2005 e culminou com a instalação de três CPIs: dos “Correios”, do “Bingo” e do “Mensalão” (JARDIM, 2008). De acordo com a autora, a transmissão ao vivo das reuniões elevou a audiência da TV legislativa a um nível surpreendente, colocando o veículo na pauta da mídia que era “majoritariamente contrária à criação da TV legislativa com base na alegação de que ela própria já cumpria o papel de informar o cidadão sobre as atividades do legislativo (...)” (*Idem*, 2008, p. 27). No entanto, de acordo com Aldé e Vasconcellos (2008), “o acompanhamento diário das sessões das CPIs pelo canal legislativo também permitiu o registro e a reprodução, pelas principais

⁶ Com informações do site da Assembleia de Minas Gerais (www.almg.gov.br)

emissoras abertas, dos momentos mais dramáticos da crise” (ALDÉ, VASCONCELLOS, 2008, p. 62).

Dessa maneira, é possível supor que os veículos pertencentes ao Congresso Nacional auxiliaram a cobertura dos meios de comunicação tradicionais que, de outra forma, talvez não tivessem acesso ao material disponibilizado pelos canais legislativos.

A consolidação das emissoras precursoras despertou o interesse dos parlamentos brasileiros que passaram a investir na criação dos canais próprios de televisão. De acordo com pesquisa realizada pela autora deste trabalho em agosto de 2011, Acre, Amapá e Tocantins são estados brasileiros que ainda não possuem canal próprio de televisão legislativa. O quadro 1 ilustra esta ascendência com a indicação do ano de instituição do canal nos respectivos estados, bem como a disponibilidade de transmissão da programação através da internet.

QUADRO 1 - TVS LEGISLATIVAS NO BRASIL

ESTADO	TV ASSEMBLEIA	INÍCIO DAS TRANSMISSÕES	WEB
ACRE	NÃO		
ALAGOAS	SIM	2007	SIM
AMAPÁ	NÃO		
AMAZONAS	SIM	NADA CONSTA	SIM
BAHIA	SIM	2008	SIM
CEARÁ	SIM	2006	SIM
DISTRITO FEDERAL	SIM	NADA CONSTA	SIM
ESPIRITO SANTO	SIM	2002	SIM
GOIÁS	SIM	NADA CONSTA	SIM
MARANHÃO	SIM	2011	SIM
MATO GROSSO	SIM	2001	SIM
MATO GROSSO SUL	SIM	2001	SIM
MINAS GERAIS	SIM	1995	SIM
PARÁ	SIM	NADA CONSTA	SIM
PARAÍBA	SIM	2004	SIM
PARANÁ	SIM	2007	SIM
PERNAMBUCO	SIM	2002	SIM
PIUAÍ	SIM	2007	SIM
RIO DE JANEIRO	SIM	2004	SIM
RIO GDE DO NORTE	SIM	2003	SIM
RIO GRANDE DO SUL	SIM	1995	SIM
RONDONIA	SIM	NADA CONSTA	NÃO
RORAIMA	SIM	2003	NÃO
SANTA CATARINA	SIM	1999	SIM
SÃO PAULO	SIM	NADA CONSTA	SIM
SERGIPE	SIM	2004	SIM
TOCANTINS	NÃO		

FONTE: a autora, 2011.

Podemos observar, a partir dos dados expostos no quadro, o espaço conquistado pelo veículo de comunicação nas casas legislativas brasileiras. Com grade de programação própria e transmissão ao vivo das sessões plenárias, os canais levam até a casa dos cidadãos brasileiros a oportunidade para acompanhar o processo de decisão nas arenas políticas do país. Entretanto, alguns estudos já comprovaram que as mídias televisivas instituídas no interior dos parlamentos provocaram mudanças na rotina de atuação dos parlamentares que passaram a ser monitorados pelas câmeras instaladas no interior das instituições (RENAULT, 2004; FREITAS, 2004; JARDIM, 2008; SANTOS, 2008; SAMPAIO, 2008; SILVA, 2008).

A implantação da mídia legislativa no Brasil interferiu na estrutura administrativa das casas legislativas, alterou rotinas e conceitos consagrados em quase dois séculos de funcionamento e, foi determinante para um aumento substancial da produção legislativa (FREITAS, 2008, p. 23).

Segundo Freitas (2008), exemplo disso é o considerável aumento no número de proposições apresentadas pelos senadores, que saltou de 652 em 1995 para 1.464 em 2003. O número de oradores inscritos no período passou de 289 (média de 9,6 por sessão) para 485 (média de 18,6 por sessão), respectivamente (FREITAS, 2004). Os dados apresentados comprovam que a inserção do canal de comunicação no plenário do Senado brasileiro inseriu modificações na condução dos trabalhos legislativos. De acordo com o autor, com a criação da TV Senado “houve um grande incremento na dinâmica dos trabalhos do Senado, com o aumento do número de pronunciamentos, da presença física e da efetiva participação de cada senador nos trabalhos legislativos” (*Idem*, p. 03).

Conforme pudemos perceber, o século XXI é marcado pela ascensão dos canais legislativos no Brasil. De acordo com informações levantadas nos portais das Assembleias Legislativas e da Associação Brasileira de TVs e Rádios Legislativas (ASTRAL⁷), os parlamentos brasileiros investiram na

⁷ A Associação Brasileira de Televisões e Rádios Legislativas, começou a ser pensada nos primeiros encontros promovidos pela União Nacional dos Legislativos Estaduais (Unale), em 2000 e 2001. A entidade congrega as rádios e televisões mantidas pelos Poderes Legislativos das esferas federal, estaduais e municipais, por meio de seus representantes legais. Possui uma Diretoria Executiva e um Conselho Superior, esse último formado por um parlamentar indicado por cada casa legislativa com representação na Associação. Tem por objetivos o

consolidação da nova mídia atualmente presente em quase todos os legislativos do país. O fator pode ser decorrente da insatisfação dos dirigentes das arenas políticas com a cobertura realizada pela mídia convencional, que opera de acordo com interesses próprios e dessa forma direciona a cobertura das atividades legislativas.

Para os meios de comunicação de massa, principalmente os eletrônicos, a atividade legislativa parece ser digna de cobertura jornalística somente se ela estiver relacionada a outros assuntos que envolvem a sociedade como um todo. Por exemplo, é comum ver reportagens em telejornais sobre assuntos gerais ou mesmo políticos, onde aparecem falas curtas de parlamentares, apenas para justificar a política editorial a respeito de determinados interesses (*Ibidem*, p. 34).

De acordo com Freitas (2004), casos semelhantes podem ser encontrados nos Estados Unidos e na Europa, fato que também desagrade os agentes políticos destas localidades e, no que se refere ao fazer político, a mídia não executa apenas a função social de “interligar e dar expressão às diversas correntes de pensamento e de atuação no campo da discussão política” (*Idem*, p. 44), mas ela mesma se tornou um espaço de disputas, além de ditar as regras e pautar a agenda de discussões. Dessa forma, os canais legislativos podem ser compreendidos como nova possibilidade de acesso às informações sobre processo político que permeia a rotina parlamentar, sem cortes e edição, já que, por exemplo, realiza a transmissão ao vivo das sessões plenárias.

Ainda com relação à cobertura da mídia privada, Barros e Bernardes (2009) afirmam que a informação sobre os assuntos que envolvem o parlamento destina-se apenas às votações de grande impacto social, ao passo que os veículos institucionais

transmitem informação de todo o processo de tramitação de um projeto de lei, por exemplo, desde a sua apresentação pelo parlamentar, até as alterações realizadas por meio de emendas e substitutivos em cada uma das comissões por onde a matéria passa, até a sua aprovação definitiva ou sua rejeição, seja no Plenário, seja

intercâmbio técnico e a troca de experiências; o estímulo à criação e funcionamento das rádios e televisões legislativas; e a promoção do debate sobre o papel desses veículos de comunicação como instrumento de transparência das ações do Poder Legislativo, de aprimoramento do sistema democrático e do exercício da cidadania.

no modo conclusivo/terminativo (quando não é necessário passar pelo Plenário) (BARROS, BERNARDES, 2009, p. 06).

Dessa maneira, percebemos que os canais institucionais tendem a detalhar o processo legislativo, ao passo que, aos meios privados, cabe a divulgação dos fatos pautada pela objetividade, ou seja, limitando-se a mostrar “os dois lados” da questão. Nesse sentido, podemos afirmar também que os canais legislativos surgem com a expectativa de revigorar a imagem dos parlamentos, em muitos casos denegrida pela mídia comercial. Por outro lado, não podemos destinar somente aos veículos de comunicação de massa a responsabilidade pela divulgação de fatos negativos, já que ultimamente vários agentes políticos se envolveram em escândalos de corrupção. O problema se encontra quando ocorre a preferência por esse tipo de cobertura que contribui para a não compreensão do processo político.

Por ser pouco informado sobre o processo legislativo, que obedece a rituais que garantem a transparência e a possibilidade de que todos os lados envolvidos se manifestem em condições iguais na discussão dos assuntos em pauta, o cidadão chega a questionar inclusive a necessidade de se manter estruturas caras como as casas legislativas com o dinheiro público (FREITAS, 2004, p. 45).

Nesse contexto, podemos verificar que a ferramenta comunicacional inserida no interior das casas legislativas pode ser uma alternativa para estimular o comportamento responsivo dos parlamentares brasileiros (JARDIM, 2008). Acrescenta-se também, como apontam Barros e Bernardes (2009), que os veículos institucionais podem contribuir para a educação política do cidadão ao oferecer “instrumentos analíticos para que ele entenda o processo político/legislativo em sua complexidade e para que possa, com isso, tornar-se um cidadão mais participativo e atuante na sociedade” (BARROS, BERNARDES, 2009, p. 06). Além disso, alguns estudos realizados no âmbito dos parlamentos brasileiros demonstram que a inserção desses canais provocou algumas mudanças na atuação dos agentes políticos devido ao poder transformador da mídia televisiva (RENAULT, 2004; FREITAS, 2004; JARDIM, 2008; SANTOS, 2008; SAMPAIO, 2008; SILVA, 2008).

Com base nessas premissas, construímos nossa hipótese no sentido de que, a exemplo do ocorrido nos legislativos já estudados, a implantação do

canal próprio de televisão também suscitou mudanças na rotina de atuação dos parlamentares no interior do legislativo paranaense. Há quatro anos no ar, a TV Sinal, que faz parte de um projeto de modernização da Assembleia do Paraná, pode ser inserida no contexto de um caminho sem volta no que diz respeito à democratização da informação sobre as ações dos deputados estaduais no Estado. Estimular a participação cidadã, promover a transparência dos atos no âmbito do Poder Legislativo e melhorar a imagem da instituição são as premissas básicas que norteiam a produção da grade que preenche doze horas de veiculação diárias.

3.2 TV SINAL – DO PROJETO À INAUGURAÇÃO

A TV da Assembleia Legislativa do Paraná caracteriza-se pela produção técnica e veiculação das sessões plenárias por uma empresa contratada, a GW Paraná Comunicação Ltda. Inicialmente, a transmissão das sessões era feita também por meio de um canal de televisão aberto em frequência UHF, além da transmissão pelas emissoras de televisão a cabo.

Quando ingressou na Assembleia Legislativa em 2001, o jornalista e ex-diretor de comunicação da Casa, David Campos, trouxe consigo um projeto de reestruturação na área de comunicação. O desafio incluiu a recriação do Jornal da Assembleia⁸, reestruturação da assessoria de imprensa e, por fim, a criação do site da Assembleia. A TV legislativa, presente em quase todos os parlamentos do país, enfim chegou ao legislativo paranaense em dezembro de 2007, tendo como uma de suas finalidades promover a transparência do Poder Legislativo.

Os recursos destinados ao projeto para implantação do canal próprio de televisão são oriundos do Fundo de Modernização de Aprimoramento Funcional da Assembleia Legislativa do Paraná – FEMALP⁹, que foi criado através do Projeto de Resolução 019/07 de autoria da Mesa Executiva. Inicialmente, o Fundo nasceu com recursos da ordem de R\$ 7 milhões por meio de parceria firmada com instituições bancárias. As fontes de receitas utilizadas para a modernização do legislativo estão descritas no seu artigo 2º.

⁸ Ao contrário do que previa o projeto, o Jornal da Assembleia foi extinto.

⁹ A íntegra do Projeto de Resolução 019/2007 encontra-se no anexo a este trabalho.

Para concretizar o projeto de implantação da TV, foram anos de estudos e pesquisas junto às instituições que já dispunham do veículo. Uma comissão especial foi designada pelo presidente da Assembleia para a tarefa que compreendeu contatos com legislativos do Brasil e do exterior.

No ano de 2002, nós começamos os primeiros estudos. Naquele ano, havia vários estados que ainda não tinham implantado a TV Legislativa, mas os estados mais avançados já tinham suas TVs, é o caso de Minas, São Paulo, Rio Grande do Sul. Eu apresentei o projeto para o presidente, ele deu luz verde e começamos uma fase de estudos de como poderia ser essa TV. A TV pública precisa oferecer um conteúdo de programação que se diferencie das tevês comerciais. Nós não vendemos produtos, nós não estamos interessados em vender produtos no intervalo comercial, esse não é o objetivo da tevê, então começamos uma ampla pesquisa de como funcionam as tevês legislativas no Brasil e no exterior, pra desenvolvermos um esboço de programação que pudesse cobrir aquilo que a gente considera áreas sem coberturas pelo resto das emissoras de TV, tendo como eixo a transmissão das sessões (CAMPOS, 2009).

A equipe recolheu um conjunto de informações e o próximo passo foi elaborar o Edital de Concorrência, um processo lento devido à complexidade e especificidades burocráticas que envolvem um projeto desta natureza. A publicação despertou o interesse de 27 empresas de todo o Brasil. Dessas, nove concorreram e sete continuaram a disputa que declarou vencedora a empresa GW Paraná Comunicação Ltda. O processo foi concluído no mês de agosto de 2006 e, em novembro de 2007, mais uma licitação foi aberta para a retransmissão do canal legislativo em sinal aberto. A Rede Mercosul de Comunicação - Canal 21 foi a única empresa que apresentou proposta à Assembleia e, “aprovada nas avaliações de habilitação, capacidade técnica e preço, a emissora venceu a licitação para retransmitir a TV Assembleia em sinal aberto e por cabo” (GAZETA DO POVO, 22/01/2009). O valor estabelecido para o contrato do canal foi de R\$ 100 mil mensais para retransmitir semanalmente 20 horas de programação.

Posteriormente ao processo de licitação, o próximo passo foi estruturar a equipe de profissionais contratada pela produtora GW, que passou a operacionalizar toda a programação do canal legislativo. É importante destacar que a Assembleia Legislativa, representada pelo presidente da mesa executiva,

tem autonomia para decidir sobre a cobertura do canal, conforme relatou David Campos (2009):

O comando da TV é da Assembleia Legislativa e a produtora executa aquilo que a Assembleia determina. A última palavra é do presidente na questão da cobertura, o presidente (Nelson Justus) tem essa qualidade de ser um homem democrático, então é uma TV que trata dos assuntos com toda a liberdade (CAMPOS, 2009).

Durante o período que antecedeu o início das transmissões e que compreendeu a produção de material para inauguração do canal legislativo, o ex-diretor de comunicação da Casa também relatou como foi divulgada a novidade que passaria a integrar a rotina de trabalho na Assembleia do Paraná:

Através do próprio sinal da TV, nós mantivemos por algum tempo slides e através da imprensa. Cada deputado teve um papel muito importante na sua região ao falar da TV que ia entrar no ar, mas o interesse da imprensa nós precisamos agradecer, a imprensa comemorou a entrada da TV no ar, que é mais um instrumento de informação (*Idem*, 2009).

As atividades no canal legislativo paranaense iniciaram no dia 18 de dezembro de 2007 ao meio dia, com programação especial de inauguração e a transmissão da sessão plenária no período da tarde. Durante o ato de inauguração, o então presidente da Assembleia, deputado Nelson Justus (DEM), destacou a importância do novo canal de comunicação: “hoje nós passamos a integrar a modernidade dos meios de comunicação, com uma televisão de primeiro nível e da mais alta competência” (JORNAL DA ASSEMBLEIA, 2007, p. 03).

A primeira sessão transmitida ao vivo após a inauguração da TV influenciou o comportamento dos parlamentares em plenário. A disputa pelo uso do púlpito foi acirrada e os discursos foram em tom de elogios aos avanços tecnológicos e até mesmo ao figurino dos colegas, conforme discursos dos deputados:

Presidente, hoje vi deputada bem arrumada, foram ao cabeleireiro; teve deputada que veio de vestido novo; teve deputado que cortou o cabelo; teve deputado que colocou um terninho novo; teve deputado

que sentou quietinho, tudo direitinho. Olha o efeito da TV! Olha que veículo poderoso! (Antonio Belinati (PP), 2007).

O tempo passou, a evolução veio a todos nós, Deputados eleitos no nosso estado, aguardávamos a implantação dessa TV. Um canal importante. Importante porque ela vai levar às casas dos paranaenses, a todos aqueles que vivem no nosso estado, aquilo que acontece neste Poder. Mostrando as funções do Legislativo, mostrando a sua história e principalmente Sr. Presidente e Srs. Deputados, dando condição de o paranaense ver aqueles em quem votou. Que escolheu para representá-lo dentro deste Poder. Ele vai ter a possibilidade de no seu trabalho mostrar aquilo que deseja e ao mesmo tempo o cidadão vai poder saber se o seu representante está fazendo aquilo que fala ou aquilo que falou no palanque no período eleitoral (Plauto Miró (DEM), 2007).

Com a TV Sinal, a sociedade estará acompanhando, ao vivo, os trabalhos da Casa, e o julgamento popular dependerá, com muito mais visibilidade, das ações de cada um. A TV Sinal não será um instrumento pessoal, mas sim um poderoso instrumento para fortalecer a imagem do Poder Legislativo como um todo, bastante desfigurado nos dias atuais. A TV Sinal mostrará claramente quem somos, o que fazemos. Quem fala e quem ruge (Caíto Quintana (PMDB), 2007) (DIÁRIO DA ASSEMBLEIA N. 170, 18 DE DEZEMBRO DE 2007, ANO XXXII, p. 27, 10 e 16).

A inauguração da TV Sinal, a TV Legislativa da Assembleia do Paraná, não ganhou muita repercussão na imprensa local. Nesse sentido, podemos afirmar que tal situação é semelhante ao ocorrido com a chegada da primeira TV legislativa do Brasil, a pioneira TV Assembleia de Minas Gerais. Na ocasião, conforme afirma Renault (2004), a cobertura da mídia local destinou apenas “uma nota curta no canto da página do *Estado de Minas*, jornal de maior circulação no Estado¹⁰” (RENAULT, 2004, p. 52). A autora criticou a cobertura e destacou que o jornal não se preocupou em questionar a investida do Poder Legislativo mineiro “em um mundo completamente estranho à sua função primordial”, que é de legislar, fiscalizar o Poder Executivo e representar o cidadão. A conclusão de Renault (2004) é de que “o jornal parece ter apenas a obrigação de divulgar a novidade do ponto de vista do interesse do Legislativo, não do cidadão” (RENAULT, 2004, p. 52).

A cobertura da Gazeta do Povo¹¹, impresso de maior circulação no estado do Paraná, não ficou muito distante do veículo mineiro. A primeira

¹⁰ “Entra no ar hoje, em caráter experimental, a TV do Legislativo, canal 40, para os assinantes de TV a cabo. A TVL estará no ar inicialmente, entre as 18h e 24h, de segunda a sábado, com os trabalhos dos parlamentares nas comissões e no plenário”

¹¹ Edição de 18 de dezembro de 2007, caderno Vida Pública.

crítica, veiculada na versão *online* minutos após a inauguração, foi com relação à data escolhida para o evento, que ocorreu na véspera do primeiro dia do recesso parlamentar. Sob o título “*TV Assembleia é inaugurada no primeiro dia de recesso de fim de ano*¹²”, a matéria destinou pouca atenção referente ao que poderia representar a nova ferramenta de comunicação com o cidadão paranaense que, a partir do início do ano de 2008, poderia acompanhar ao vivo as sessões plenárias da Assembleia Legislativa do Paraná.

No dia posterior à inauguração, o jornal publicou nova matéria sob o título “*Deputados “fazem fila” para aparecer na estreia da TV Assembleia*”. O enfoque principal foi a alteração da costumeira rotina dos deputados que pareciam mais comportados diante das câmeras da televisão legislativa.

A balbúrdia costumeira no plenário – com o vai-e-vem dos deputados fazendo articulações para as votações, falando ao celular, atendendo assessores e a imprensa – ontem foi menor. Todos os parlamentares estavam comportados, com ternos impecáveis, belas gravatas, cabelos penteados e sentados em suas devidas cadeiras, acompanhando os discursos dos colegas. As ironias e a verborragia ficaram de lado (GAZETA DO POVO, 19/12/2007).

Dessa maneira, podemos perceber que o interesse dos veículos citados nos dois estados se concentrou na abordagem crítica dos canais próprios de televisão legislativa. Isso não significa dizer que as informações divulgadas não condizem com a verdade, pois era notável a alteração no comportamento dos parlamentares paranaenses bem como a preocupação com a estética no dia da estreia, assunto que foi tema de discurso dos próprios deputados. Vale a pena ressaltar que a análise da cobertura da mídia nesse tipo de evento não faz parte do foco desta pesquisa, mas, de qualquer maneira, destacamos que os veículos de comunicação poderiam contribuir positivamente para a promoção da cidadania ao incentivar a sociedade a acompanhar os canais legislativos, já que possivelmente a maioria da população desconhece a verdadeira função dos legisladores.

Mesmo acostumados com as câmeras das equipes de reportagens das emissoras que cobrem os trabalhos do legislativo, Renault (2004) afirma que a câmera instalada no interior da Assembleia mineira chegou para fazer a

¹² Informações extraídas do site www.gazetadopovo.com.br disponível em <http://www.gazetadopovo.com.br/parana/conteudo.phtml?tl=1&id=723024&tit=TV-Assembleia-e-inaugurada-no-primeiro-dia-de-recesso-de-fim-de-ano> (acesso em 2011)

diferença. Desde a inauguração do canal próprio de televisão, as câmeras são ligadas no início da sessão plenária e desligadas somente com o encerramento dos trabalhos. Nas palavras da autora, as câmeras da TV Assembleia estariam a partir de agora “cumprindo uma espécie de “mandato vitalício”, enquanto o Legislativo assim o quiser” (RENAULT, 2004, p. 56).

3.3 ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO: ABRANGÊNCIA E ORÇAMENTO DA TV SINAL

O canal legislativo do estado do Paraná entrou no ar em caráter definitivo desde o primeiro dia de transmissão, com 12 horas de programação diária. O eixo central da programação, conforme prevê a Lei de 8.977/1995, é a veiculação ao vivo das sessões plenárias, o que deve gerar em média 16 horas de transmissão semanal. Aproximadamente 20 profissionais estão envolvidos diretamente nesse processo que compreende todas as segundas, terças e quartas-feiras a partir das 14h30. As comissões permanentes, comissões especiais, comissões parlamentares de inquérito, telejornais, programas de entrevista, debates, programas educativos, de cidadania, cultura e memória histórica também fazem parte da grade de programação.

A transmissão da sessão possui dinâmica própria. Entretanto, a prioridade da captação de imagens é para quem está fazendo uso oficial da palavra. Logo no início do pronunciamento, aparecem na tela da TV o nome, partido e e-mail do orador. O formato de captação das imagens é realizado por quatro câmeras fixas no plenário e envolve cinco quadros básicos:

FIGURA 1 - IMAGEM DO PLENÁRIO E DISPOSIÇÃO DAS CÂMERAS



FONTE: Flickr da ALEP com ilustração da autora, 2011.

- mesa diretora: enquadramento dos membros durante a abertura da sessão, quando inicialmente o primeiro-secretário faz a leitura da ata da sessão anterior e sempre que o presidente intervier na condução dos trabalhos;
- tribuna: enquadramento do orador que realiza o pronunciamento;
- painel de votação: mostra através de dispositivos luminosos o nome dos deputados presentes (verde) e ausentes (vermelho) e o resultado das votações;
- plenário: dificilmente ocorre captação de imagem em plano geral do plenário, no entanto, isso pode ser decorrente da indisciplina dos parlamentares durante pronunciamento dos colegas (considerando que as setas na figura abaixo indicam as tribunas utilizadas para proferir discursos, percebe-se que a maioria dos parlamentares se mantém dispersa durante esse feito, no entanto, quando se trata de um assunto relacionado a atos de corrupção, por exemplo, a atenção se volta para o orador¹³);

¹³ A afirmação é resultado de acompanhamento presencial da autora desta pesquisa.

FIGURA 2 - IMAGEM QUE ILUSTRA O COMPORTAMENTO DOS DEPUTADOS DURANTE OS PRONUNCIAMENTOS EM PLENÁRIO



FONTE: Flickr da ALEP com ilustração da autora, 2011.

A figura três confirma nossa afirmação, pois, em discurso proferido no dia 19 de março de 2012, o presidente da ALEP, deputado Valdir Rossoni (PSDB), captou a atenção dos demais parlamentares ao falar sobre a decisão judicial que levou à cassação do mandato do filho, Rodrigo Rossoni (PSDB), então prefeito do município de Bituruna, interior do Paraná. Na ocasião, percebemos também que a TV Sinal fugiu à regra na captação das imagens no plenário, pois, diante do comportamento dos deputados, levou ao ar os olhares atentos num plano que, na maioria das vezes, não faz parte da rotina na cobertura dos trabalhos legislativos. Dessa maneira podemos supor que a atenção dispensada pelos deputados paranaenses aos discursos dos colegas não é constante, pois, sua variação ocorre de acordo com o tema abordado pelo orador.



FONTE: Flickr da ALEP com ilustração da autora, 2012.

- galerias: as tomadas de imagens das galerias ocorrem especialmente quando grupos da sociedade civil organizada ocupam o espaço para participar da sessão, em ocasiões, por exemplo, que envolvem votações de projetos polêmicos.

Dessa forma, podemos supor que os deputados são previamente orientados sobre os ângulos de captação das imagens pelas câmeras da TV Sinal. Essa percepção pode gerar questionamentos sobre os princípios que regem a criação desse tipo de canal de comunicação que, como sabemos, prima pela transparência e pela transmissão dos fatos como eles realmente o são, já que no caso das sessões plenárias a veiculação ocorre em tempo real sem cortes ou edição.

No que se refere ao modelo de gestão do canal paranaense, adotamos a tipologia de Jardim (2008) que o classifica a partir de três características: forma de administração, procedimento para ocupação do cargo de diretor da TV e existência de um conselho ou comitê editorial. A combinação de tais características pode identificar se o modelo de gestão é do tipo “aberto” ou “fechado”. De acordo com a autora, o modelo pode ser considerado aberto se verificadas as seguintes condições: quando ocorre o procedimento de votação

para ocupação de cargo de direção e quando verificada a existência de Conselho/Comitê editorial. Caso sejam percebidas as duas características citadas, o modelo será considerado como “aberto +”. Entretanto, o modelo pode ser considerado “fechado” quando verificado procedimento de nomeação para o cargo de direção e a inexistência de Conselho ou Comitê editorial (JARDIM, 2008).

Conforme demonstram os dados abaixo, a TV Sinal se insere no modelo de gestão fechada, assim como os demais canais analisados, ou seja, em todos os casos, o cargo para a direção do veículo é de confiança e indicado pelo presidente da Casa legislativa. Com relação à administração, o Paraná está entre a minoria que terceiriza esse tipo de serviço ao lado do Distrito Federal, Pernambuco, Rio Grande do Norte e São Paulo.

QUADRO 2 - CARACTERÍSTICAS DA GESTÃO DAS TVS ASSEMBLEIAS BRASILEIRAS

Estado	Mandato da Mesa	Administração	Direção	Conselho Editorial	Financiamento	Tipo de Gestão
Amazonas	Bienal, permitida a reeleição	Institucional	Nomeação	Não	Público	Fechada
Distrito Federal	Bienal	Terceirizado	Nomeação	Não	Público	Fechada
Espírito Santo	Bienal	Institucional	Nomeação	Não	Público	Fechada
Goiás	Bienal	Institucional	Nomeação	Não	Público	Fechada
Mato Grosso	*	Institucional	Nomeação	Não	Público	Fechada
Mato Grosso do Sul	Bienal	Institucional	Nomeação	Não	Público	Fechada
Minas Gerais	Bienal, permitida a reeleição	Institucional	Nomeação	Não	Público	Fechada
Paraíba	Bienal	Institucional	Nomeação	Não	Público	Fechada
Paraná	Bienal, permitida a reeleição	Terceirizado	Nomeação	Não	Público	Fechada
Pernambuco	Bienal	Terceirizado	Nomeação	Não	Público	Fechada
Piauí	*	*	Nomeação	Não	Público	Fechada
Rio de Janeiro	Bienal	*	Nomeação	Não	Público	Fechada
Rio Grande do Sul	Bienal	Institucional	Nomeação	Não	Público	Fechada
Rio Grande do Norte	Bienal	Terceirizado	Nomeação	Não	Público	Fechada
Rondônia	Bienal, permitida a reeleição	*	Nomeação	Não	Público	Fechada
Santa Catarina	Bienal	Institucional	Nomeação	Não	Público	Fechada
São Paulo	Bienal	Terceirizado	Nomeação	Não	Público	Fechada
Sergipe	Bienal	Institucional	Nomeação	Não	Público	Fechada

FONTE: Antenas do Legislativo (2008) com informações da autora.

A equipe que atuou inicialmente na produção da TV Sinal era composta por 40 profissionais, todos contratados pela produtora GW; atualmente o número é de 41 profissionais e dois estagiários (HAMILTON, 2011).

Na capital paranaense, a programação do canal legislativo pode ser acompanhada pelos canais a cabo NET (16) e TVA (99), além da transmissão UHF pela Rede Mercosul de Comunicação (Canal 21). Nas demais localidades, o acesso também é possível através das operadoras de TV a cabo e via antena parabólica. Em janeiro de 2009, a estimativa era de que o canal legislativo atingisse 70¹⁴ dos 399 municípios paranaenses. Entretanto, de acordo com informações extraídas da página da Assembleia na internet, 50 municípios são contemplados com a transmissão da TV Sinal.

Identificamos, dessa maneira, a necessidade de elaboração de estratégias para democratizar o acesso ao conteúdo produzido pelo parlamento paranaense, já que apenas 13% dos municípios do Estado têm acesso ao canal legislativo. Por isso compartilhamos a ideia de Barros *et al* (2006), que argumentam ser o Brasil um Estado produtor de desigualdades, inclusive no campo da comunicação:

Os canais públicos de televisão, em sua maioria, ficam restritos aos cidadãos com acesso a TV paga ou que dispõem de mecanismos, como antena parabólica, no caso dos municípios que ficam excluídos da cobertura da TV a cabo. Há vários outros meios criados para informar o cidadão, como emissoras de rádio FM, boletins eletrônicos e jornais impressos que são igualmente limitados no quesito acesso público (BARROS, *et al*, 2006, p. 11).

No caso da Assembleia do Paraná, a mesa executiva já pleiteou no Ministério das Comunicações a concessão de um canal aberto para democratizar o acesso à emissora, exemplo que ocorre em estados como Minas Gerais, Ceará e Rio Grande do Norte, e que deve ser seguido pelas demais Casas legislativas. No entanto, no caso paranaense, o pedido ainda não alcançou o resultado almejado.

O novo portal da Assembleia do Paraná que entrou no ar em 2010 passou a disponibilizar para a sociedade paranaense diversas informações antes restritas sobre a administração da casa e o processo legislativo. Nesse projeto, incluiu-se também a transmissão on-line da TV Sinal. Para acessar a

¹⁴ Informação divulgada no jornal Gazeta do Povo, edição de 22 de janeiro de 2009.

programação, o internauta deve clicar no link disponível na página inicial (www.alep.pr.gov.br). O conteúdo disponível sobre a produção da TV Assembleia é limitado se compararmos com outras Casas legislativas brasileiras.

QUADRO 3 - CARACTERÍSTICAS DO ACESSO ON-LINE DAS TVS ASSEMBLEIAS¹⁵

	Histórico/ Missão	Como Sintonizar	Grade Programação	Contato com a TV
TV Sinal	Não	Sim	Sim	Não
TV Alesp	Sim	Sim	Sim	Fale conosco com link para TV Alesp
TV Almg	Sim	Sim	Sim	Fale com a TV Assembleia
TV Senado	Sim	Sim	Sim	Fale conosco
TV Câmara	Sim	Sim	Sim	Fale com a TV

FONTE: a autora, 2012.

Dentre os canais analisados, a TV Sinal é a única que não apresenta um texto inicial com o histórico e os objetivos da criação do canal de comunicação com a comunidade. Já com relação à sintonia dos canais nas respectivas regiões, a informação virtual se encontra disponível nos cinco canais analisados. A grade de programação também é disponibilizada nos portais de acordo com suas especificidades. Por fim, a falta de um link para contato com a TV legislativa é característica somente da TV Assembleia paranaense. É válido considerar que essa ferramenta pode funcionar como um canal de comunicação entre a equipe que atua na produção da TV e os telespectadores que acompanham os trabalhos através da sua programação. No entanto, sua ausência pode representar uma falha, uma vez que esse tipo de contato além de dar “voz” ao cidadão, pode contribuir para aprimorar o sistema de comunicação.

Com relação ao montante destinado para a manutenção da emissora do legislativo paranaense, inicialmente o custo gerado foi de R\$ 460 mil por mês, sendo R\$ 360 mil destinados à produtora GW Comunicação, responsável

¹⁵ A escolha das TVs legislativas de Minas Gerais, São Paulo, Senado e Câmara Federal para contrastar com a TV Sinal se justifica pelo fato de que se trata de veículos precursores no âmbito dos canais próprios de televisão nos legislativos brasileiros.

pela elaboração do conteúdo da TV, e R\$ 100 mil para a Rede Mercosul de Comunicação - Canal 21, responsável pela retransmissão da programação.

No primeiro semestre de 2011, sob o comando da nova Mesa Diretora, todos os contratos de prestadoras de serviços passaram por um processo de revisão, pois, dos cinquenta contratos firmados com a Casa, treze estavam vencidos. O fato é decorrente da promessa de moralização da Casa que, em 2010, foi alvo do maior escândalo político envolvendo o Poder Legislativo do Estado. Desde que assumiu a presidência, em janeiro de 2011, o deputado Valdir Rossoni (PSDB) prometeu adotar todas as medidas necessárias para melhorar a imagem da Assembleia desgastada diante da opinião pública:

A população esperava por uma ação firme, justamente para acabar com algumas irregularidades que existiam na Assembleia. Temos recebido apoio da população paranaense em todos os cantos do Paraná. Por onde eu e todos os demais deputados passamos notamos que as pessoas estão receptivas com essas mudanças, nós queremos que as pessoas tenham orgulho da Assembleia do Paraná e espero que, daqui a poucos meses, ela seja considerada a melhor Assembleia do país (CORREIA, 2011, p.16).

A operacionalização da TV Assembleia é terceirizada e, desde a inauguração em dezembro de 2007, a produtora GW Paraná Comunicação Ltda. é a empresa responsável pela prestação do serviço. De acordo com os prazos estipulados em contrato, no ano de 2011 foi publicado novo edital de concorrência para operacionalização do canal legislativo. Porém, logo em seguida, a Justiça cancelou o edital de licitação:

Essa é a terceira vez em que a Casa suspende – ou é obrigada a suspender – a concorrência. O edital no valor de R\$ 360 mil mensais foi suspenso a pedido da produtora Exclusiva, de Curitiba. A alegação era de que havia problemas na metodologia de pontuação dos concorrentes da licitação. Nos dois editais anteriores, o problema havia sido com relação ao preço. O segundo edital, por exemplo, havia sido contestado pela GW, que opera a TV Sinal atualmente e dizia ser impossível fazer o serviço por R\$ 320 mil como estava previsto. A direção da Assembleia disse que vai recorrer da decisão (GAZETA DO POVO, 08/12/2011).

Durante o período de renegociação, a produtora apresentou proposta com valor estipulado em R\$ 430 mil mensais para continuar operando o canal, o que não foi aceito pela direção da Casa. Posteriormente, nova publicação foi aberta e a conclusão declarou novamente a empresa GW Paraná

Comunicação Ltda. vencedora do processo licitatório, que continuou operando a TV Sinal ao custo de R\$ 360 mil mensais.

Já o contrato com a empresa Rede Mercosul de Comunicação - Canal 21, responsável pela retransmissão da TV Sinal, encerra em 2012, porém, na renegociação, o valor destinado à empresa que antes era de R\$ 198 mil passou para R\$ 135 mil mensais. Desde então, o período das transmissões diárias ficou estipulado entre às 13h30 e 15h¹⁶, excluindo da grade a íntegra na transmissão ao vivo das sessões. Anteriormente, o período da retransmissão se estendia até as 17h, porém, de acordo com o primeiro-secretário da Casa, deputado Plauto Miró (DEM), o Canal 21 não vinha atendendo as expectativas da Assembleia. Entre as mudanças previstas, o deputado destacou parceria firmada com o governo do Estado, que passará a retransmitir a programação da TV Sinal pela Emissora Rádio e Televisão Educativa do Paraná, que pertence ao governo do Estado e opera em sinal aberto. No entanto, a medida, que deverá contribuir para democratizar o acesso da população ao canal legislativo, ainda não foi concretizada¹⁷.

Dessa maneira, podemos concluir, em primeiro lugar, que o canal paranaense ainda não se consolidou no que diz respeito à sua produção e transmissão dada a instabilidade no processo de contratação de empresas terceirizadas para produzir e retransmitir a programação da TV. Uma matéria divulgada em um portal de notícias paranaense, o Paraná Online¹⁸, criticou o primeiro edital publicado para licitação sob a suspeita de que o processo estaria sendo direcionado para beneficiar determinada empresa.

Em segundo lugar, é possível supor que o acesso à programação da TV Sinal é limitado, pois apenas 13% dos municípios paranaenses têm acesso ao canal através das operadoras de TV a cabo. Acreditamos que os objetivos a serem alcançados com a implantação destes veículos, neste caso a TV Sinal, só serão efetivamente alcançados com a adoção de medidas que possibilitem o acesso mais democrático ao canal legislativo paranaense.

¹⁶ Até a conclusão desta pesquisa percebemos que o horário de retransmissão foi novamente alterado: entre 14h30 e 17h.

¹⁷ Informação relativa ao mês de fevereiro de 2012.

¹⁸ Informação publicada no dia 15/11/2007 e atualizada em 19/07/2008. Disponível em <http://www.parana-online.com.br/editoria/politica/news/269696/?noticia=LICITACAO+DA+TV+ASSEMBLEIA+SOB+SUSPEITA>

3.4 A PROGRAMAÇÃO DA TV SINAL: O NOVO MODELO NO CONTEXTO DE AGÊNCIA DE NOTÍCIAS

Durante o período de realização desta pesquisa, observamos que, a exemplo do que foi identificado por Barros *et al* (2006) em estudo publicado sobre o sistema de comunicação da Câmara Federal, a recente implantação dos canais de comunicação na Assembleia do Paraná também se encontra em fase de criação, redefinição e remodelação, conforme discorreremos nesta seção.

Em março de 2011 um novo conceito de comunicação foi implantado na Assembleia do Paraná, baseado no modelo de agência de notícias. O Diretor de Comunicação da Casa, jornalista Hudson José (2011), afirmou que o projeto utiliza quatro plataformas integradas e tem como objetivo a convergência no processo de divulgação diária das ações do legislativo.

A primeira plataforma é a TV Sinal. A segunda é a rádio, que estaremos disponibilizando depois na internet como rádio web, e já demos o primeiro passo através do podcast (arquivos de áudio podem ser baixados diretamente do site da Assembleia). As plataformas seguintes são a de comunicação digital (que dará suporte às operações da rádio web, da futura TV web e demais ações informativas envolvendo as redes sociais de relacionamento via internet) e da agência de notícias (responsável pela captação, geração de material e atendimento de imprensa) (Assessoria de Imprensa da Assembleia, 2011).

Nessa perspectiva, a Agência Sinal – Sistemas de Notícias da Assembleia Legislativa é definida como o conjunto de mídias do legislativo paranaense sob a coordenação do departamento de Divulgação. São quatro as vertentes que baseiam a composição: notícias/releases, TV Sinal, Rádio Assembleia e redes sociais. No entanto, o coordenador do sistema de notícias da ALEP é subordinado à diretoria de comunicação, que responde diretamente ao presidente da Casa.

A inserção da TV Sinal nesta plataforma passou por reestruturação da grade de programação com objetivo de destacar a participação mais efetiva dos deputados e atualização no noticiário, além de mudanças de layout (com novas vinhetas de abertura dos programas) e do logotipo da TV.

FIGURA 4 - LOGOTIPOS DA TV SINAL

Primeiro logotipo da TV Sinal	Logotipo da Agência Sinal	Novo logotipo da TV Sinal
		

FONTE: a autora (2011)

Todo material produzido pela Agência é disponibilizado no site oficial da Assembleia Legislativa, bem como a atualização das redes sociais que dela fazem parte (Twitter, Flickr e YouTube). Outro aspecto que se destaca no novo modelo de comunicação é atuar como mecanismo auxiliar da imprensa que faz a cobertura do legislativo.

As mídias que compõem a Agência Sinal da Assembleia do Paraná fazem parte de um projeto concretizado pela Mesa Executiva que tem o objetivo de estabelecer novos canais de diálogo com a comunidade e promover a transparência do Poder Legislativo.

Entretanto, cabe ressaltar que percebemos a ausência de Manual de Redação com vistas a orientar os procedimentos na produção de material informativo na instituição paranaense. Dessa maneira sugerimos que o Poder Legislativo invista na elaboração deste documento que certamente deverá contribuir para futuras pesquisas que destinem atenção ao sistema de comunicação da Casa, além de estabelecer critérios específicos para a produção nos veículos que compõem a Agência Sinal.

Em balanço¹⁹ divulgado pela empresa que opera a TV Sinal, durante o primeiro ano no ar foram 4.390 horas de programação: 192 programas, 150 sessões legislativas, 130 reportagens especiais e 215 edições de telejornal. Só de sessões, foram cerca de 500 horas de transmissões ao vivo.

O canal legislativo paranaense funciona 12 horas por dia, sete dias por semana. A transmissão ao vivo das sessões plenárias, com base em artigo

¹⁹ Dados disponíveis no site www.gw.com.br (acesso em 2009)

descrito na Lei do Cabo (Lei 8977/1995), é o carro-chefe da programação. A grade, que inclui programas de debates, entrevistas, documentários, entre outros, é dividida em categorias. Conforme mencionamos, a produção da TV Sinal é terceirizada e os profissionais são contratados pela produtora GW.

No início das transmissões, a grade de programação era dividida em três categorias: jornalismo, programas e programetes. Já o ano de 2011 é marcado por alterações na composição, no entanto as categorias permanecem as mesmas. Atualmente, o conteúdo que engloba as categorias jornalismo e programas possui dia e horário fixos para veiculação, e os programetes são utilizados também para “cobrir” os espaços na programação, já que as sessões plenárias são imprevisíveis e não possuem horário estipulado para o término, ou seja, a dinâmica pode variar de acordo com os temas e discussões em pauta. A seguir, a partir dos dados expostos nos quadros 04 e 05, propomos identificar as principais alterações pelas quais passaram a grade de programação da TV Sinal.

QUADRO 4 - GRADE DE PROGRAMAÇÃO DA TV ASSEMBLEIA DIVULGADA EM DEZEMBRO DE 2007

JORNALISMO		
Sessão Plenária	A discussão ao vivo de temas diversos e votação dos projetos que constam na pauta.	<i>Segunda-feira a quarta-feira, ao vivo, às 14h30. Reprise às 20h. Quinta-feira, às 20h, exibição da sessão da manhã.</i>
Telejornal	As notícias do dia a dia na Assembleia, no Paraná, no Brasil e no mundo.	<i>Segunda-feira a sexta-feira, 18h. Reprise às 23h30.</i>
PROGRAMAS		
É Seu Direito	Aborda questões relacionadas ao exercício da cidadania.	<i>Segunda-feira a quinta-feira, 12h. Reprise às 19h30.</i>
Plano Geral	Debates entre deputados, governantes, economistas e especialistas sobre questões que preocupam o Paraná.	<i>Segunda-feira, 18h30. Reprise na terça-feira, às 12h30.</i>
Marca Paraná	Agricultura, indústria, tecnologia, geração de empregos.	<i>Terça-feira, 18h30. Reprise na quarta-feira, às 12h30.</i>
Urbanidades	Dos grandes centros urbanos aos pequenos municípios. Um painel sobre os problemas e as soluções com a participação dos especialistas e do cidadão.	<i>Quarta-feira, 18h30. Reprise na quinta-feira, às 12h30.</i>
Assembleia em Debate	A política discutida pelos representantes do povo do Paraná.	<i>Quinta-feira, 18h30. Reprises na sexta-feira, às 12h30, e no domingo, 22h30.</i>
Ciranda Cultural	Cultura paranaense.	<i>Sexta-feira, 18h30. Reprise na segunda-feira, às 12h30.</i>
Cine-Pinhão	A produção cinematográfica do Paraná, apresentada e comentada por quem faz cinema em nosso estado.	<i>Sábado, 23h30.</i>
PROGRAMETES		

Essa Casa Tem História	Essa Casa Tem História, O Dono da Rua, Onde você estava?, PR-399, Tá na Lei, Tempero da Terra.	
------------------------	--	--

FONTE: tvsinal.wordpress.com

QUADRO 5 - GRADE DE PROGRAMAÇÃO DA TV ASSEMBLEIA ATUALIZADA (ABRIL DE 2011)

JORNALISMO		
Sessão Plenária	A discussão ao vivo de temas diversos e votação dos projetos que constam na pauta.	<i>Segunda-feira a quarta-feira, ao vivo, às 14h30. Reprise às 19h. Quinta-feira, às 19h, reprise da sessão de quarta</i>
Sinal Informa – Telejornal	As notícias do dia a dia na Assembleia, no Paraná, no Brasil e no mundo.	<i>Segunda-feira a sexta-feira, às 13h e 18h. Reprise às 23h30.</i>
PROGRAMAS		
No Gabinete*		
Café com política	Os deputados estaduais são os convidados deste programa.	<i>Programa inédito às terças-feiras, 18h30.</i>
Conexão Paraná	Programa semanal que discute como o governo federal e os parlamentares, trabalhando em sinergia, podem melhorar a vida das pessoas.	<i>Programa inédito às quartas-feiras, 18h30.</i>
PR Empreendedor	Programa semanal que tem o objetivo de discutir os negócios e a economia do Paraná.	<i>Programa inédito às segundas-feiras, 13h10.</i>
Tudo é política		<i>Programa inédito às quintas-feiras, 13h10.</i>
Brasil eleitor	Produzido pelo Tribunal Superior Eleitoral, traduz para o leitor conceitos, leis, decisões e fatos históricos da Justiça Eleitoral.	<i>Sexta-feira às 13h10.</i>
PROGRAMETES	Pr 399, Sinal.doc, Sinal Azul, Fala Prefeito, Filosofia Política, Por dentro das Comissões, Pergunte ao Deputado, Perfil, Tribuna Eletrônica, Dicionário Trabalhista, Construtores do Brasil.	

FONTE: Assessoria de imprensa da Assembleia Legislativa

* A descrição do programa não consta nos dados consultados pela pesquisadora, no entanto, trata-se da veiculação de material produzido no gabinete do parlamentar que possui em média 30 minutos para relatar as ações que compreendem seu mandato.

Se compararmos a programação que compõe a grade da TV Sinal no ano de 2007 com as mudanças inseridas na sua reformulação, percebemos que os programas voltados para a cultura do Estado foram substituídos pela produção de material que prioriza a veiculação da imagem parlamentar, ou seja, os deputados passaram a atuar como personagens centrais desses programas. Além da exposição da imagem na transmissão das Sessões Plenárias e Comissão de Constituição e Justiça, os parlamentares contam agora com oportunidade de participar individualmente de programas que possuem maior espaço de veiculação no canal legislativo. Como exemplo, podemos citar: “No Gabinete”, “Café com Política” e “Tudo é Política”, todos

com aproximadamente 40 minutos de duração cada um. Além desses, o “Perfil”, que já integrava a programação inicial, permanece com inserções de 1 a 2 minutos durante o período em que a TV estiver no ar. O “Conexão Paraná” também dá espaço para a aparição de parlamentares, no entanto, seu formato se difere dos citados anteriormente, pois geralmente a bancada é composta por mais de um participante.

Dessa maneira, podemos afirmar que a mudança inserida na reestruturação da grade de programação da TV Sinal beneficiou a exposição da imagem dos parlamentares que, desde o ano de 2011, possuem mais espaço na tela do canal legislativo.

Nessa perspectiva, vale ressaltar o apontamento de Barros *et al* (2006) no sentido de que “a mídia legislativa não pode ter como referências para a sua produção os critérios econômicos ou políticos dos parlamentares, geralmente entendidos como os “proprietários” desses meios” (BARROS *et al*, 2006, p. 20), ou seja, ainda que se destine aos parlamentares a representação política, cabe ressaltar que os proprietários desses meios, mantidos pelos órgãos em que se encontram inseridos, são os cidadãos, “o público essencialmente falando” (*Idem*, 2006, p. 20).

Na tabela 01, apresentamos dados relativos à programação semanal da televisão legislativa de acordo com as categorias e tempo de veiculação. Podemos observar de acordo com os números que o jornalismo predomina na grade, pois, nesta categoria insere-se, a transmissão ao vivo das sessões plenárias e da Comissão de Constituição e Justiça, o que corresponde a 76,2% do tempo total da semana. Em seguida, estão as categorias programa e programetes, com 12,29% e 11,51%, respectivamente.

TABELA 1 - CATEGORIAS QUE COMPÕEM A PROGRAMAÇÃO DA TV SINAL

	Seg	Ter	Qua	Qui	Sex	Sab	Dom		
Categoria								Semanal	Percentual
JORNALISMO	558 min	586 min	491 min	545 min	584 min	466 min	403 min	3.633 min	76,20%
PROGRAMA	126 min	34 min	34 min	71 min	64 min	137 min	120 min	586 min	12,29%
PROGRAMETE	68 min	84 min	77 min	103 min	70 min	87 min	60 min	549 min	11,51%
TOTAL								4.768 min	100,00%

FONTE: A autora, 2011.

As sessões plenárias são transmitidas ao vivo nas segundas, terças e quartas-feiras no período da tarde, e a reunião da Comissão de Constituição e Justiça²⁰ todas as terças-feiras às 13h30min. Assim como ocorre com a programação da TV Câmara, as sessões plenárias são reprisadas durante a semana. No entanto, de acordo com Barros *et al* (2010), a iniciativa faz parte das atribuições de uma emissora legislativa, pois “a reprise dá a chance ao público de ver uma produção que ele não teve oportunidade de conferir ao vivo ou em sua primeira exibição” (BARROS *et al*, 2010, p. 05).

Os programas ocupam a segunda posição no ranking da programação da TV Sinal e a maioria é produzida pela equipe da TV Legislativa. No entanto, de acordo com parceria firmada com o Tribunal Superior Eleitoral, o “Brasil Eleitor” é cedido pela instituição para retransmissão. Da mesma forma, “Construtores do Brasil”, inserido na categoria programetes, é produzido pela Câmara Federal e retransmitido pela emissora paranaense.

É necessário destacar que, conforme citado anteriormente, o sistema de comunicação da Assembleia do Paraná se encontra em fase de reestruturação. Nesse sentido, entendemos que a carência de informações sobre nosso objeto de estudo, a TV Sinal, pode ser decorrente desse processo que ainda se encontra em andamento. No entanto, a maioria das informações e dos dados coletados para este estudo de caso é oriunda de arquivo pessoal da autora, bem como de colegas assessores de comunicação de gabinetes parlamentares. Sendo assim, enfatizamos que, apesar das dificuldades encontradas pelas limitações no acesso aos materiais oficiais no Poder Legislativo paranaense, reiteramos o desafio de alcançar os resultados almejados que deverão apontar novos caminhos para futuras descobertas que venham a se desenvolver sobre o tema.

²⁰ Quando assumiu a presidência da Casa, o deputado Valdir Rossoni (PSDB) determinou a suspensão temporária da transmissão ao vivo das reuniões da Comissão de Constituição e Justiça. No entanto, ao término do presente estudo verificamos que a CCJ voltou a integrar a grade de programação da TV Sinal.

3.5 AUDIÊNCIA DO CANAL LEGISLATIVO: O CIDADÃO DESCOBRIU A TV?

A intenção desta seção é abordar aspectos relativos à audiência da televisão legislativa paranaense. Conforme mencionado, apenas 13% dos municípios paranaenses recebem a transmissão do canal legislativo.

Entretanto, no que diz respeito à recepção do canal pela população, não encontramos dados disponíveis para a investigação, pois, após quatro anos em funcionamento, a TV da Assembleia do Paraná nunca foi alvo de pesquisa relativa ao potencial de aceitação na sociedade paranaense. Em relação à aferição da audiência, detectou-se a inexistência de dados pelo fato de que “seria necessária a contratação de instituto de pesquisa, o que implicaria custos” (HAMILTON, 2011).

Um exemplo positivo que contrasta com a realidade do nosso objeto de estudo é apresentado por Barros *et al* (2010). Os autores coletaram dados relativos à audiência da TV Câmara através da Seção de Atendimento ao Cidadão (Serviço 0800) da Câmara dos Deputados, para tanto, “a coleta das informações foi realizada em situação de interação comunicativa entre o coletor dos dados e o respondente do questionário” (BARROS *et al*, 2010,p. 06). A abordagem exploratória denominada pelos autores como “sondagem e não uma pesquisa de opinião” partiu de quatro perguntas iniciais²¹.

Os dados coletados esclareceram, por exemplo, que a maioria dos entrevistados, ou seja, 50,8% (ou 5.461 cidadãos) assistem à TV Câmara por meio de sinal a cabo. Destes, 61% responderam que acompanham a programação pelo canal “às vezes” e “raramente”. Já o interesse dos telespectadores se concentra nos programas de debates e entrevistas com os parlamentares. Com 50,4% do total de menções, o Expressão Nacional, programa com característica opinativa e de debate, assumiu o topo da lista dos

²¹ As questões formuladas pelos autores são as seguintes: 1) O usuário do serviço 0800 da Câmara dos Deputados assiste à programação da *TV Câmara*? De que forma: UHF, parabólica, sinal digital, internet, etc. 2) No caso dos cidadãos que assistem à programação da *TV Câmara*, qual é a frequência dessa audiência: diária, semanal, quinzenal, eventual, etc. 3) Após esses dados iniciais, parte-se para sondar o tipo de programação preferida pelo cidadão: Plenário e comissões; debates e entrevistas; notícias; programação cultural; e documentários 4) Em seguida, indaga-se ao telespectador se lembra espontaneamente do nome de algum programa da *TV Câmara*. Em caso afirmativo, pede-se para ele citar o nome da produção. O objetivo é averiguar se a programação da *TV Câmara* já conseguiu construir vínculos de memória seletiva com o telespectador.

programas com maior índice de citações. Os dados apresentados pelos autores permitem observar algumas peculiaridades relativas às preferências pela programação da TV Câmara e, acima de tudo, “apontar interessantes caminhos de pesquisa e de atuação sobre o público e a programação das televisões públicas brasileiras, objetos pouco conhecidos e tão relevantes para o conhecimento sobre a comunicação e a democracia” (*Idem*, p. 14).

Com relação ao serviço 0800 disponibilizado no Senado Federal, Renault (2004) afirma que as mensagens deixadas pelos cidadãos

sinalizam a existência de um telespectador que se mostra totalmente familiarizado com o canal legislativo, seja questionando falas textuais dos parlamentares, seja buscando interferir na programação do canal, propondo temas para debate ou apenas reclamando de dificuldades técnicas e da má recepção de imagens ou de áudio (RENAULT, 2004, p. 93).

Observadas as contribuições que esse tipo de serviço pode oferecer para o aperfeiçoamento da programação dos canais legislativos, achamos oportuno sugerir que o Parlamento paranaense invista em pesquisas de recepção para que, dessa forma, seja suprida a carência de informações relativas à TV Sinal. O procedimento deverá contribuir para futuras pesquisas que visam contribuir para o aprimoramento dos canais de comunicação pertencentes ao Poder Legislativo.

Dessa maneira, gostaríamos de registrar o avanço pelo qual passou o sistema de comunicação da Assembleia paranaense. Com o objetivo de democratizar a informação sobre o processo legislativo e promover a transparência dos atos, a instituição investiu no desenvolvimento de novos canais que fazem parte do projeto de modernização do parlamento no Estado.

Sendo assim, podemos afirmar que os novos canais de comunicação, como a TV Sinal, por exemplo, incitaram mudanças na atividade diária dos parlamentares, considerando inicialmente a reação dos deputados no dia da inauguração. Apesar de algumas limitações impostas pela ausência de dados oficiais, é possível afirmar que o veículo paranaense apresenta potencial de democratização do acesso pela sociedade sobre as questões que envolvem o cotidiano dos agentes políticos. Um dos aspectos nesse sentido é a assinatura de um convênio entre a Assembleia paranaense e a Câmara Municipal de

Maringá para o uso compartilhado da TV Sinal. Trata-se da base para o lançamento de uma rede que pretende integrar o legislativo estadual e os legislativos municipais em todo o Estado. De acordo com o Diretor de Comunicação da Casa, Hudson José, “os municípios que possuem TV Câmara podem fazer o uso compartilhado da TV Sinal utilizando a banda da emissora na respectiva região, no horário das 24h às 12h” (MATÉRIA DIVULGADA NO SITE DA ALEP 07/11/2011).

Dessa forma consideramos a televisão legislativa um importante instrumento para a democratização da informação, além de contribuir para promover a cidadania e o pensamento reflexivo, itens vitais para que se estabeleça relação consciente de cobrança e prestação de contas entre os representantes e os representados.

A perspectiva adotada neste estudo, ou seja, de que a inserção do canal legislativo inseriu mudanças na rotina de atuação dos deputados em plenário, será discutida na próxima seção.

No entanto, podemos afirmar que a disputa pela exposição na televisão legislativa tornou-se fator determinante para a extensão das sessões plenárias. A concorrência se deve ao fato de que agora os deputados, antes dependentes da mídia convencional, possuem uma ferramenta exclusiva para a divulgação da imagem parlamentar. Na próxima seção, destinamos espaço para identificar possíveis mudanças inseridas pela implantação do canal legislativo nas atividades dos deputados estaduais no plenário da Assembleia do Paraná.

4 EFEITOS DA TV SINAL NA ATIVIDADE POLÍTICO PARLAMENTAR

Nesta seção, apresentaremos os dados quantitativos com o objetivo de analisar possíveis modificações no desempenho dos deputados estaduais paranaenses em plenário. Os números levantados pela autora deste trabalho comprovam que a presença no plenário e o uso do tempo destinado aos discursos assumiram a lista das prioridades na agenda dos deputados paranaenses, agora visados pelos telespectadores que os acompanham diariamente pela TV Sinal.

A oportunidade de interação com o eleitor por meio do veículo implicou mudanças na esfera política paranaense. O potencial aumento no tempo das sessões plenárias se justifica pela busca no espaço para exposição da imagem transmitida em tempo real para os municípios paranaenses, conforme veremos no decorrer deste estudo. Para Renault (2004), as transmissões ao vivo dos trabalhos nas casas legislativas “romperam os limites da informação antes restrita à cobertura de imprensa, feita por profissionais das diversas empresas de comunicação, autorizados pelo Legislativo” (RENAULT, 2004, p. 86). Sodré (2001) também observa alteração na forma de se fazer política no interior do Senado a partir da implantação da TV, em 1996. Para ele, os representantes sentem-se desde então vigiados por milhares de telespectadores, o que acarretou mudanças como o tom dos debates e até mesmo a aparência física dos senadores.

Para efeito de comparação, optamos pela análise de dados coletados referentes aos quatro anos que contemplam a 16ª Legislatura na ALEP (2007-2010). Devemos enfatizar que em 2007 a TV Sinal ainda não estava operando, pois a Sessão Solene de inauguração aconteceu em 17 de dezembro, período marcado pelo início do recesso parlamentar.

Inicialmente, podemos afirmar que há evidências de alteração na atividade político-parlamentar no legislativo paranaense, a exemplo do que ocorreu com a inserção da TV no Senado Federal e nos estados de Minas Gerais, Ceará e São Paulo (FREITAS, 2004; RENAULT, 2004; SAMPAIO, 2008; SANTOS, 2008; SILVA, 2008; JARDIM, 2008; FREITAS, 2008; ALVES, 2009).

Os dados coletados ao longo da pesquisa foram obtidos no arquivo da ALEP, na página oficial da instituição na internet e no arquivo pessoal da autora. No entanto, nossa proposta se constituiu num grande desafio, pois o Legislativo paranaense, ainda que tenha avançado na divulgação das atividades parlamentares, caminha a passos lentos para promover a transparência dos atos que compreendem a atuação parlamentar.

4.1 NÚMERO DE SESSÕES PLENÁRIAS

Os primeiros dados referem-se ao número de sessões realizadas em plenário. É possível perceber que não se apresentam variações significativas, no entanto, identificamos leve queda nos anos posteriores à implantação do canal legislativo. Isso significa que o número de sessões se manteve estável mesmo com a presença das câmeras televisivas.

TABELA 2 – NÚMERO DE SESSÕES PLENÁRIAS

	Ano			
	2007	2008	2009	2010
Sessão Ordinária	151	143	151	133
Sessão Extraordinária	19	17	10	13
TOTAL	170	160	161	146

FONTE: A autora, 2011

Esse equilíbrio no número de sessões realizadas ao longo da 16ª Legislatura pode ser justificado pelo cumprimento das regras previstas no Regimento Interno, documento que estabelece os critérios que envolvem toda a dinâmica dos trabalhos na ALEP. Sendo assim, é oportuno destacar que as sessões ordinárias²² ocorrem nas segundas, terças e quartas-feiras a partir das 14h30min. Existe também a possibilidade de convocação para reunião extraordinária, conforme determina o artigo segundo do Regimento Interno.

²² Art. 2º A Assembleia reunir-se-á durante as sessões legislativas: I - ordinárias, de 02 de fevereiro a 17 de julho e de 1º de agosto a 22 de dezembro; II - extraordinárias, quando as mesmas forem convocadas.

Dessa forma, prosseguimos com a análise para comprovar as hipóteses lançadas no início dessa pesquisa.

4.2 NÚMERO DE PROPOSIÇÕES APRESENTADAS

A tabela três contempla o número de proposições²³ apresentadas, variável que também faz parte do nosso estudo de caso. O seu trâmite consiste em protocolo da matéria em plenário e, uma vez recebida pela Mesa, estará sujeita à deliberação. Após receber um número para identificação, é despachada para as comissões competentes e publicada no Diário da Assembleia. Em seguida, são distribuídas às Lideranças e às Comissões. No entanto, no que tange à publicidade do processo legislativo, o mesmo ocorre no período da votação das matérias em plenário e na reunião da Comissão de Constituição e Justiça²⁴, momentos que contam com a cobertura dos veículos de comunicação convencionais, bem como dos que pertencem ao Legislativo paranaense, como é o caso da TV Sinal.

Nesse grupo, estão incluídos os projetos de lei, lei complementar, proposição de vetos, indicação legislativa, decreto legislativo, projeto de resolução e requerimentos. Cabe destacar que as proposições são parte integrante do processo legislativo, ou seja, da elaboração de Leis.

²³ De acordo com o artigo 117 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Paraná, proposição é toda matéria sujeita à deliberação da Assembleia, que será recebida pela Mesa, numerada, datada, despachada às comissões competentes e publicada no Diário da Assembleia e em avulsos, para serem distribuídas aos Deputados, às Lideranças e às comissões. § 1º - As proposições poderão consistir de projetos de lei, projetos de resolução, projetos de decreto legislativo, emendas, indicações e requerimentos.

²⁴ A CCJ é a principal comissão da Casa, pois cabe aos membros a responsabilidade de emitir parecer sobre as proposições quanto à sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar Federal no 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

TABELA 3 - NÚMERO DE PROPOSIÇÕES APRESENTADAS

TIPO DE PROPOSIÇÃO	2007	2008	2009	2010
Projeto de Lei	867	554	736	534
Proposição de vetos	145	84	85	54
Indicação Legislativa	400	600	969	204
Decreto Legislativo	2	1	6	2
Projeto de Resolução	35	23	25	33
Requerimento	2370	2723	4065	2808
TOTAL	3819	3985	5886	3635

Fonte: A autora, 2011.

Em 2007, foram apresentadas 3.819 proposições, já em 2008 o número se eleva para 3.985. No entanto, a diferença torna-se mais evidente com relação ao ano de 2009, quando os números somaram 5.886 proposições. Isso pode ser explicado pelo expressivo aumento na apresentação de requerimentos que teve um acréscimo de aproximadamente 50%. O número de indicação legislativa também ascendeu consideravelmente se compararmos com os números referentes aos demais anos em análise.

Percebemos, no entanto, que houve um acréscimo considerável na apresentação de propostas com relação aos anos citados. No entanto, se atentarmos para o ano de 2010, observamos uma queda brusca na produção legislativa considerando a apresentação de projetos de lei e indicação legislativa. Nesse aspecto, caberia uma análise qualitativa referente aos assuntos abordados pelos parlamentares nas proposições, mas esse não é o foco desta pesquisa.

Outra questão relevante é a variação na apresentação de indicações legislativas, que, nos três primeiros anos, ganha magnitude, mas, se olharmos para os números em 2010, percebemos queda expressiva. A apresentação desse tipo de proposição é questionável, pois, na maioria dos casos, os parlamentares utilizam esse mecanismo para “assumir a paternidade” de obras e programas governamentais que não dependem da aprovação do legislativo para sua efetividade. Dessa maneira, fica a sugestão para aprofundamento da discussão em período posterior.

Dessa forma, identificamos mudança substancial na atividade legislativa no período posterior à implantação do canal próprio de televisão na ALEP. O caso se assemelha à análise de Freitas (2004), que identificou um

crescimento de 124,5% no número de proposições apresentadas no período analisado. De acordo com o autor, “um senador que não quis ser identificado afirmou que quanto mais matérias um parlamentar apresentar, mais chances ele tem de conseguir visibilidade em relação aos telespectadores-eleitores” (FREITAS, 2004, p. 51). Assim sendo, é importante considerar que nos anos de 2008 e 2010 quando houve eleições para as esferas políticas estadual e municipal, respectivamente, a produtividade no interior do Legislativo paranaense sofreu queda considerável nesse período.

4.3 NÚMERO DE PRONUNCIAMENTOS EM PLENÁRIO

Neste item, consideramos a análise referente ao número de pronunciamentos realizados pelos deputados durante as sessões plenárias. Vale a pena ressaltar que a análise não contempla a íntegra das sessões, mas o período destinado aos discursos sobre temas de livre escolha que compreendem o pequeno e grande expedientes, bem como o horário destinado às lideranças e blocos partidários. Verifica-se que nos dois anos posteriores à implantação da TV Sinal houve um crescimento expressivo na quantidade do uso da tribuna, o que refletiu na soma do tempo ocupado pelos deputados para proferir discursos no plenário. Em 2007, foram 1.054 pronunciamentos, passando para 1.422 e 1.384 nos anos de 2008 e 2009, respectivamente. No entanto, percebe-se um decréscimo se considerarmos os dados referentes a 2010. Dessa maneira, é válido ressaltar que o fator pode ser resultante da disputa eleitoral para as cadeiras do legislativo paranaense.

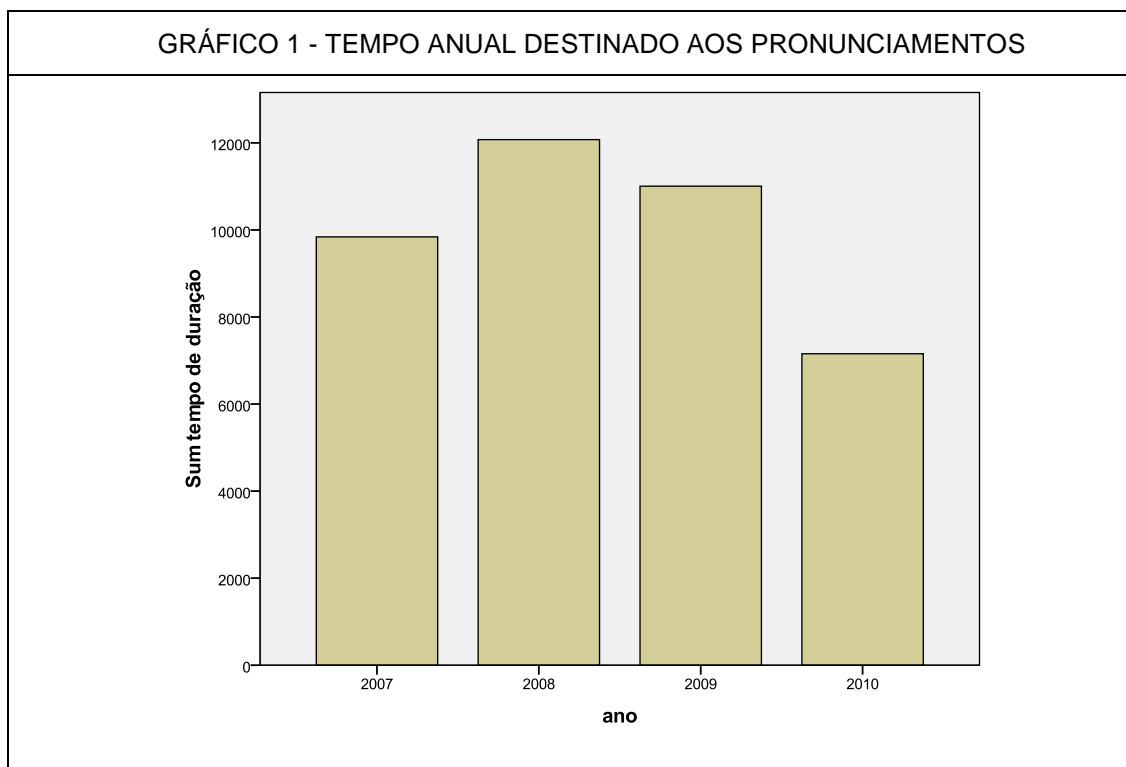
TABELA 4 - ESTATÍSTICAS

	Ano			
	2007	2008	2009	2010
Total de uso	1054	1422	1384	894
Média em minutos	9,34	8,49	7,95	8
Desvio padrão	5,533	3,264	3,212	3,229
Total anual em minutos	10.090	12.075	11.005	7.155

Fonte: a autora, 2011.

O gráfico a seguir nos permite observar a elevação no tempo que corresponde aos pronunciamentos proferidos pelos deputados paranaenses

nos respectivos anos. Em 2007, foram 10.090 minutos de discursos nas sessões plenárias, passando para 12.075 em 2008.



FONTE: a autora, 2011.

No tocante às eleições que ocorreram em 2010, dos 54 deputados que exerceram mandato na 16ª Legislatura, 43 concorreram à reeleição e, destes, 35 foram reconduzidos ao cargo. Dos dezessete deputados que perderam a cadeira, oito tentaram reeleição e foram derrotados nas urnas²⁵. Entretanto, é importante lembrar que esta Legislatura é considerada a mais tumultuada da história do Legislativo paranaense, pois a instituição foi alvo de denúncias de irregularidades na administração. Quatro deputados ficaram fora da disputa eleitoral. Dos 19 novos deputados estaduais eleitos, oito possuem parentesco de primeiro grau com políticos paranaenses.

Entretanto, podemos concluir que a análise inicial contempla a hipótese desta pesquisa, pois, no ano de 2008, detectamos um acréscimo de aproximadamente 2.000 minutos no tempo destinado aos discursos em plenário. De acordo com descobertas similares reveladas em estudos referentes aos parlamentos brasileiros, entrevistas com profissionais e

²⁵ Informações extraídas de matéria publicada no jornal Gazeta do Povo no dia 01/02/2011, sob o título: “Nova” AL tem renovação efetiva de apenas 20%

afirmação dos deputados paranaenses, é possível afirmar que o fato é decorrente da implantação do canal próprio de televisão legislativa. Em entrevista concedida à autora, o ex-diretor de Assistência ao Plenário, Mário Cruz (2009), afirmou que a inserção da mídia televisiva gerou disputa para o uso do tempo destinado aos discursos:

Aumentou muito a procura, porque é lógico, o deputado vive de “falação”, e tendo a TV direta para a casa dos eleitores eles querem apresentar mais serviço. Por isso praticamente todos os horários regimentais são ocupados diariamente. Às vezes até um horário que eles usam para encaminhar um projeto, eles têm um tempo certo pra falar, mas é lógico que eles usam para divulgar mais seus trabalhos. (...) Eu vejo, por exemplo, na composição da mesa, no início da sessão, uma mudança que antes era difícil conseguir um deputado para secretariar etc., (...) hoje é mais fácil porque eles sabem que estão sendo focados, o nome dele está ali “convido o senhor secretário fulano de tal para a leitura da ata”. Ele sabe que está chegando ao vivo no Paraná (CRUZ, 2009).

Além do visível crescimento na disputa pela aparição na TV, o ex-diretor percebeu também que os deputados estão mais atentos nas análises dos projetos em pauta, pois a exposição ao vivo no canal televisivo estabeleceu novas exigências. No período anterior à implantação do canal legislativo, esta não era a preocupação central dos parlamentares, pois “antes, não via de regra, eles não tinham tanto conhecimento como tem hoje, então hoje quando se pergunta “e aquele projeto?” ele sabe responder, porque ele sabe que vai ser arguido pelos repórteres” (*Idem*, 2009).

Afora as transmissões ao vivo da sessão plenária, a TV Sinal transmitiu em tempo real a reunião da Comissão de Constituição e Justiça até o mês de dezembro de 2010, porém, por determinação da nova Mesa Executiva eleita para o biênio 2011-2012, o procedimento foi temporariamente suspenso²⁶. Nessa perspectiva, Mário Cruz (2009) também observou alterações na disciplina durante as reuniões que integraram a grade de programação do canal legislativo:

A CCJ antes levava meia hora para uma reunião, hoje leva três horas porque a televisão está em cima e o deputado está dando o parecer

²⁶ Quando assumiu a presidência da Casa em janeiro de 2011, o deputado Valdir Rossoni (PSDB) determinou a suspensão das transmissões ao vivo das reuniões da Comissão de Constituição e Justiça.

dele analisando o projeto. Ele tem assessoramento dos advogados que fazem uma minuta antes do parecer, eu tenho visto aqui os pareceres quando chegam para poder levar ao plenário, então eu vejo a minuta do projeto, a minuta do parecer, os deputados riscando a minuta e colocando mais alguma palavra, então quer dizer, eles estão tomando peito, chega na hora e ele simplesmente não vai dizer que está aprovado, ele lê a minuta do projeto. Nisso a TV ajudou, ele está analisando o projeto e aqueles que estão ali estão ouvindo o que ele está dizendo. Então, quando chega no plenário ele tem conhecimento do parecer (CRUZ, 2009).

De acordo com o Regimento Interno da Casa, o orador se inscreve para o uso da palavra no período que antecede a sessão plenária. Se houver disponibilidade de horários, o parlamentar pode fazê-lo no decorrer dos trabalhos. Na tabela abaixo, que apresenta os tipos de horário agregado, podemos verificar o espaço ocupado pelas diferentes denominações de horários que permitem a exposição da imagem dos parlamentares durante as sessões plenárias. O pequeno expediente, dividido em seis tempos de cinco minutos cada, é o maior espaço que permite diariamente aos parlamentares a abordagem de assuntos de sua preferência. Dificilmente os oradores inscritos abrem mão da sua utilidade, especialmente com o advento do canal legislativo.

No tocante aos dados inerentes às Lideranças do Governo e da Oposição, observamos que ambas possuem número de discursos relativamente equilibrados. Isso pode ser decorrente de um acordo firmado entre os líderes e a Mesa Diretora que estabeleceu alternância na ordem dos discursos, assim, quando o Líder do Governo antecede o Líder da Oposição, na sessão seguinte a ordem é invertida. Dessa maneira, podemos concluir que a atuação dos líderes em plenário é marcada pelo “ataque” e pela “defesa”, ou seja, a dinâmica estabelecida pelo acordo permite aos oradores iguais oportunidades, pois o segundo horário nesta categoria encerra as falas em plenário, o que pode causar prejuízos ao oponente que se vê sem espaço para justificativas no caso de uma provocação polêmica.

TABELA 5 - TIPO DE HORÁRIO AGREGADO

	Ano							
	2007		2008		2009		2010	
	Frequency	Percent	Frequency	Percent	Frequency	Percent	Frequency	Percent
Bloco Partidário	96	9,1	192	13,5	147	10,6	96	10,7
Grande Expediente	65	6,2	137	9,6	121	8,7	79	8,8
Liderança Oposição	56	5,3	60	4,2	39	2,8	26	2,9
Liderança do Governo	71	6,7	68	4,8	44	3,2	29	3,2
Liderança Partidária	395	37,5	413	29	386	27,9	248	27,7
Pequeno Expediente	371	35,2	552	38,8	647	46,7	416	46,5
Total	1054	100	1422	100	1384	100	894	100

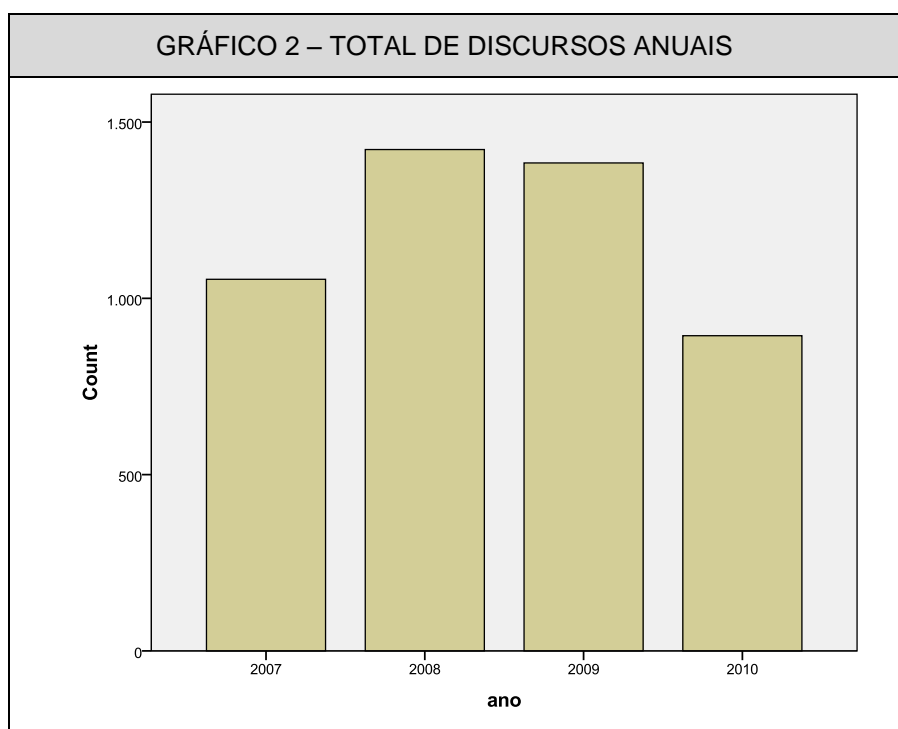
Fonte: A autora, 2011.

Já espaços destinados aos Blocos Partidários²⁷ e ao Grande Expediente aumentaram mais de 50% no ano de 2008, sofrendo leve queda nos dois anos que o sucederam. No entanto, de maneira geral, os números nos permitem afirmar que os parlamentares passaram a utilizar com mais frequência as oportunidades para exposição na mídia televisiva. Para Gomes (2004), a visibilidade pública é a forma que um agente ou matéria da pauta política asseguram reconhecimento público de sua existência:

Os mandatários, então, passam a cortejar a esfera civil e a buscar reconhecer os seus humores e as suas tendências e a satisfazer os seus desejos. Passam a se assessorar de indivíduos com competência no controle dos fluxos comunicativos, para descobrir o que pensa e sente o público e para produzir discursos e fatos conforme a opinião que se quer que o público tenha (GOMES, 2004, p. 114).

Ainda de acordo com a concepção do autor, a existência dos agentes políticos para o público de massa se dá através da sua existência na esfera midiática e na imagem que se fizer dele a partir da inserção na cena política. O resultado desse processo tende a fornecer elementos para o público formular opiniões relativas à sua natureza e seu caráter.

²⁷ Os blocos partidários são formados por partidos que possuem baixa representatividade na Alep, pois, para compor a liderança partidária, são necessários, no mínimo, quatro parlamentares eleitos pela mesma legenda. Três Blocos compuseram a 16ª Legislatura: PPS/PMN; PSB/PRB/PV; PTB/PR.



Fonte: a autora, 2011.

O gráfico acima ilustra a ascendência no número de discursos nos anos que sucederam a implantação da TV Sinal. Mais uma vez, a exemplo do que ocorreu com a produção legislativa, o número de discursos proferidos também sofreu queda considerável no ano de 2010, período destinado às campanhas eleitorais.

4.4 AVALIAÇÃO DOS DADOS EM RELAÇÃO ÀS HIPÓTESES DA PESQUISA

Apurados os dados quantitativos sobre as atividades político-parlamentares na ALEP ao longo da 16ª Legislatura, comprovamos nossa hipótese inicial, ou seja, de que a TV Sinal produziu efeitos nos trabalhos dos deputados em plenário. Isso pode ser identificado pelo aumento no número de oradores inscritos para o uso da tribuna e consequentemente pela elevação do tempo destinado às oratórias.

A produção legislativa também sofreu acréscimos considerando o último ano de atuação sem a exposição na mídia legislativa e os anos subsequentes. No entanto, entendemos que um estudo sobre a qualidade dos temas discutidos e apresentados na forma de proposições pode contribuir para o aperfeiçoamento do sistema democrático no legislativo paranaense.

Para dar continuidade às análises, o próximo item se refere à relação dos deputados com a mídia paranaense e a percepção dos mesmos sobre a implantação do canal de televisão na ALEP.

5 DEPUTADOS, VISIBILIDADE NA MÍDIA E A TV SINAL

O nosso objetivo neste item é tratar da relação que os deputados paranaenses estabelecem com a mídia local, bem como os critérios adotados pelos jornalistas para a seleção das fontes que ganharão visibilidade midiática através das matérias exibidas nos veículos de comunicação de massa. Dessa maneira, com base em estudo publicado por Veiga e Paula (2007), que contou com a coleta de depoimentos dos próprios parlamentares, apresentaremos as estratégias adotadas pelos que se sentem prejudicados com o tratamento recebido dos profissionais que cobrem as atividades na ALEP.

Além disso, procuramos explorar, por meio de questionário aplicado, a percepção que os agentes políticos paranaenses têm da implantação do canal próprio de televisão legislativa, e possíveis mudanças inseridas nas atividades no plenário a partir do seu advento.

Por fim, através dos dados coletados ao longo dessa pesquisa, apresentaremos a última análise quantitativa com objetivo de relacionar os resultados com as hipóteses propostas inicialmente, ou seja, de que a TV Sinal gerou mudanças na dinâmica dos deputados durante as sessões plenárias, como o aumento na disputa pelos horários disponíveis para os pronunciamentos, por exemplo. Outra abordagem consiste em verificar, a partir de um recorte temporal, a quantidade de citações referentes à TV Sinal durante o uso da tribuna pelos deputados paranaenses.

5.1 DEPUTADOS PARANAENSES, MÍDIA E TV SINAL

Um estudo realizado por Veiga e Paula (2007), que compreendeu a 15^a Legislatura da Assembleia do Paraná, classificou os parlamentares, a partir das características específicas no exercício do mandato, em três categorias: assistencialistas, municipalistas e universalistas. As diferenças na maneira de atuação parlamentar também se estendem ao uso que eles fazem da mídia, considerada como mecanismo necessário para a promoção da *accountability* e para alcançar sucesso no pleito eleitoral.

De acordo com depoimentos coletados, as autoras verificaram que os assistencialistas geralmente têm um programa próprio de rádio ou TV, de maneira que seu eleitorado tende a ser a própria audiência. Dessa maneira, esse grupo é caracterizado como “um pouco” independente da imprensa que cobre os trabalhos da Assembleia do Paraná. Entre os municipalistas, também encontram-se proprietários de veículos de comunicação. Os deputados radialistas, por exemplo, alegam perseguição da imprensa estadual, ou seja, os jornalistas sentiriam “inveja dos radialistas bem sucedidos” (VEIGA; PAULA, 2007, p. 10):

Eu tenho sido muito judiado pela imprensa estadual. Sou muito massacrado por eles. Quando sai alguma coisa contra mim, eles estampam na primeira página (...) O jornalista tem ciúme (sic) do radialista. O sonho deles é ser o que eu sou.

Alguns jornalistas se fixam em meia dúzia de deputados. Não gostam de deputados independentes. Gostam de deputados que dão vantagens pessoais como alguns que são funcionários de gabinete do deputado e divulgam matéria sobre ele (...) Agora quando eles querem falar mal, parece que fazem com vontade (...) Mas na minha vida a imprensa não ajuda muito. Faço o meu trabalho para os meus eleitores e para minha vida pessoal e partidária, pelo interesse da minha bancada. Eu não jogo para a mídia (VEIGA, PAULA, 2007, pp.10-11).

Entretanto, os deputados considerados universalistas parecem estar mais próximos dos jornalistas, pois dependem da imprensa para que seu posicionamento ultrapasse o território legislativo:

O meu relacionamento com os jornalistas é muito bom. Eles trabalham com a informação e eu crio os fatos (...) na imprensa sai mais e tem mais destaque quem tem mais informação.

A imprensa é muito importante porque eu sou um homem público, eu exerço uma representação e eu falo em nome das pessoas que votaram em mim. Eu defendo projeto em nome dessas pessoas. A imprensa tem uma importância no sentido de divulgar aquilo que eu estou fazendo e aquilo que eu estou pensando para que a sociedade tenha essa relação de transparência com o seu representante (*Idem*, 2007, p. 11).

A conclusão das autoras é de que a atuação dos deputados é motivada pela possibilidade de reeleição ou eleição para outro cargo eletivo. Entretanto, foram encontradas peculiaridades nas estratégias de utilização e relacionamento com a mídia estadual que acompanha o dia a dia na ALEP.

Os deputados considerados assistencialistas, por exemplo, são caracterizados pela utilização dos próprios meios para se comunicarem com a base que os apoia, entretanto, os que não possuem canal próprio se sentem prejudicados pela falta de espaço destinado pela mídia convencional. Dessa maneira, alegam não depender da mesma, pois o contato com eleitores é feito “pelos assessores, no boca a boca ou na mídia local” (VEIGA, PAULA, 2007, p. 15).

Já para os deputados municipalistas, o uso da mídia local também se mostra estratégico e, da mesma maneira, há os proprietários de veículos de comunicação, condição que viabiliza o acesso ao eleitorado.

Por fim, os universalistas se mostram mais dependentes da cobertura dos veículos de comunicação na ALEP, pois uma das características da atuação no parlamento é a dispersão dos votos que geralmente são conquistados em diversas regiões do Estado. Concentrados estrategicamente na promoção da imagem através de discursos proferidos em plenário, estes deputados se tornam mais dependentes dos veículos para divulgar o trabalho.

Os dados divulgados na análise das autoras nos possibilitam concluir que a relação entre os deputados paranaenses e a mídia é marcada pela instabilidade. Dos três grupos classificados, somente os universalistas demonstraram relacionamento amistoso com os profissionais da imprensa. Diante deste quadro, podemos considerar que a criação do canal próprio de televisão legislativa deverá ampliar o espaço para divulgação das ações dos parlamentares que, como pudemos observar, possuem estratégias próprias de comunicação com os cidadãos, já que a mídia convencional seleciona os personagens de acordo com o perfil de atuação. Nesse sentido, destacamos a observação de Bernardes (2011):

Além da disponibilidade, isto é, estar disposta a falar no momento em que o jornalista precisa de uma declaração, uma fonte precisa ter conhecimento do assunto e ser localizável. Isso significa que o jornalista precisa saber da sua existência como conhecedora do tema e ter acesso a ela. Fatores pessoais como simpatia, amabilidade, expressão oral e capacidade de síntese também são levados em conta pelo jornalista, além do simples conhecimento do assunto que ele precisa ter (BERNARDES, 2011, p. 35).

Essas características, de acordo com a autora, são determinantes para que os parlamentares que as possuem seja considerados como “boas” ou

“más” fontes. A lógica desse processo concentra-se no interesse dos deputados em se tornar uma boa fonte, “ainda que não saibam como fazê-lo” (*Idem*, p. 35) No entanto, destaca-se ainda a tentativa de utilizar a divulgação de uma informação com objetivo de atingir interesses pessoais, o que, segundo a autora, se difere do objetivo do jornalista, que é o de divulgar a verdade dos fatos de interesse para a sociedade.

No tocante à veiculação das informações produzidas no interior do legislativo paranaense, consideramos importante realizar um estudo sobre a TV Sinal que está no ar desde dezembro de 2007 e ainda é pouco explorada no sentido de identificar possíveis mudanças nas atividades dos deputados no plenário. Para alcançar os objetivos deste estudo, além dos dados coletados ao longo da pesquisa, acreditamos na importância da opinião dos próprios atores sobre a inserção do novo canal de comunicação com a sociedade.

Além das evidências apresentadas pelos dados coletados, procurou-se saber, por meio de questionário aplicado, como os deputados avaliam a concretização da emissora legislativa no parlamento paranaense. Foram distribuídos 54 questionários e, destes, 32 foram respondidos pelos legisladores. Na opinião deles, o novo veículo implicou mudanças na atuação em plenário, pois, para 85% dos entrevistados, os colegas passaram a utilizar mais a tribuna após a inauguração da TV Sinal. Os dados expostos na tabela 4 comprovam esta percepção já que houve crescimento na utilização dos horários destinados aos discursos durante as sessões plenárias. O primeiro ano de atuação do canal legislativo totalizou 1.422 minutos de oratória contra 1.054 no ano anterior. Porém, quando questionados se passaram a utilizar mais a tribuna com o surgimento da TV Sinal, os parlamentares resistem em assumir que o fato ocorreu com eles próprios.

Para a maioria dos deputados, ou seja, 88%, a transmissão ao vivo das sessões tende a aproximá-los do eleitor e incentivar a participação popular nos debates que ocorrem no parlamento. No entanto, essa hipótese pode ser refutada, pois, no decorrer deste estudo, identificamos a falta de mecanismos para promover essa aproximação. Também se destaca a ausência de dados relativos à audiência do canal, o que inviabiliza qualquer menção no tocante à receptividade da TV Sinal.

Sobre a avaliação do novo canal de comunicação com a sociedade paranaense, quatorze deputados consideram como “boa” e dezenove como “ótima”, no entanto, segundo declarações “em off” de profissionais que fizeram parte da pesquisa, a criação da TV legislativa do Paraná sofreu resistência dos próprios parlamentares. Talvez essa reação possa ser considerada um dos motivos pela lentidão nos avanços que compreendem a efetivação da transparência das atividades do Legislativo do estado.

Sobre a utilização do veículo como canal para promoção pessoal, o deputado Caíto Quintana (PMDB) diz que a TV Sinal não pode ser considerada ferramenta pessoal do parlamentar, mas sim “um poderoso instrumento para fortalecer a imagem do Poder Legislativo como um todo, bastante desfigurado nos dias atuais” (2007). O deputado Durval Amaral (DEM) afirma que a democracia no Estado do Paraná ganhou um importante aliado, uma vez que:

(...) todas as vozes da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná serão ouvidas em todos os recantos do nosso estado. Seremos assistidos, seremos questionados e a atuação de cada um de nós, parlamentares, será objeto de discussão e de debate em cada esquina, em cada rua do nosso estado do Paraná (DURVAL AMARAL (DEM), 2007) (DIÁRIO DA ASSEMBLEIA N. 170, 18 DE DEZEMBRO DE 2007, ANO XXXII, p. 27).

Dessa maneira, podemos afirmar que os deputados perceberam alterações no comportamento das atividades em plenário: 74% deles afirmam que o canal televisivo influenciou na atuação dos demais parlamentares. O próximo quadro é composto pelas citações sobre essa questão:

TABELA 6 - CITAÇÕES SOBRE AS MUDANÇAS COM A CRIAÇÃO DA TV SINAL

MENÇÕES	QTDE
Maior frequência no plenário	02
Postura e vestimentas	02
Transformação do plenário em focar discussões localizadas nos municípios	01
Aumentou o uso da tribuna	12
Melhorou comportamento / mais transparência	01
Pronunciamentos pautados pela imprensa	01
Exposição na mídia com temas não relevantes	02
Oposição passou a criticar a bancada governista	01
Debates se tornaram mais aprofundados	01
Uso mais competente da tribuna	01
TOTAL	24

Fonte: A autora, 2011.

Nesse sentido, podemos remeter essas identificações ao fato de que o surgimento das mídias de fontes modificou o papel dos atores que, antes, cumpriam apenas a função de fontes para os veículos convencionais, ao passo que agora fazem parte de uma estrutura que noticia “as informações mais relevantes sobre a instituição para o público comum, promovem a visibilidade de questões e atores relegados ao segundo plano pela mídia comercial e contribuem para a pluralidade de enfoques e vozes no noticiário nacional” (BERNARDES, 2011, p. 33).

Em estudo referente à relação dos repórteres da Câmara com os deputados, a autora identificou algumas diferenças se considerado o contato que os mesmos mantêm com os profissionais de veículos comerciais. A possibilidade desse feito pode ser decorrente da percepção que os deputados fazem da atuação dos canais de comunicação legislativos, que deverão veicular suas imagens mesmo sem sofrer a pressão pessoal sobre os editores e repórteres. Para Bernardes (2011), os jornalistas da Câmara, de certo modo, se encontram mais livres do contato pessoal com os deputados, pois a relação com eles é mais institucional, “paradoxalmente, portanto, a relação institucional com as fontes torna os profissionais das mídias legislativas mais livres de pressões pontuais, como eles próprios afirmam” (*Idem*, p. 39). Sob essa perspectiva, não podemos afirmar que o mesmo ocorre no legislativo paranaense, pois essa análise não faz parte do escopo desta pesquisa.

Já no que diz respeito à impossibilidade de o jornalista escolher o deputado que será sua fonte, ou seja, aquelas definidas pelo processo legislativo e não por critérios jornalísticos ou interesse parlamentar, é uma prática presente também na Assembleia paranaense. Exemplos de fontes obrigatórias são os autores de projetos, requerimentos sobre a realização de audiência pública, relatores de comissões, que, por conta de sua participação direta na atividade que é notícia, são “fontes óbvias”, por assim dizer. A representação política no interior da instituição também é considerada um critério para a seleção de fontes. Os líderes partidários são exemplos dessa concepção.

Com base nessa descrição que destaca a existência de um processo seletivo para as fontes no jornalismo político e diante das afirmações dos parlamentares e da avaliação dos dados coletados que comprovam o

crescimento do tempo das sessões plenárias, pode-se concluir que a implantação da TV Sinal tem um papel significativo na transformação das atividades legislativas no Estado do Paraná. O cidadão paranaense tem agora a possibilidade de acompanhar pela emissora a atuação do representante na esfera política estadual. Dessa forma, abre-se um canal com objetivo de fornecer subsídios para a elaboração do pensamento reflexivo do cidadão/telespectador, que estará ainda mais habilitado para o exercício da cidadania e da democracia que lhe é constituído em Lei.

5.2 AO VIVO DA TRIBUNA: O USO DA PALAVRA PELOS DEPUTADOS

Os dados abaixo identificam o número de discursos proferidos pelos parlamentares nos anos analisados. O universo avaliado é composto por 64 deputados. Desses, 54 são considerados efetivos de acordo com o número de cadeiras previstas na Constituição Federal; os outros 10 são suplentes que assumiram a vaga em algum momento que se fez necessário.

Os deputados que compõem a tabela cujos nomes se destacam pela cor vermelha são os que aumentaram o número de discursos no ano de 2008 com relação ao ano anterior. No entanto, 33 deputados ascenderam no uso da tribuna em plenário e, em alguns dos casos (15), o crescimento ultrapassou 100%. Desse total, 11 continuaram ascendendo no ano de 2009, mas, se atentarmos para o ano de 2010, a queda é brusca, pois somente um deputado se mantém no nível crescente.

No entanto, os dados gerais demonstram que a maioria passou a utilizar mais a tribuna no primeiro ano da cobertura da TV Sinal. Para citar alguns exemplos, Antonio Belinati (PP), com 125 discursos proferidos em 2008 contra 75 em 2007, é o deputado que utilizou com mais frequência a oportunidade para se dirigir aos eleitores/telespectadores. Isso pode ser decorrente do perfil do parlamentar que atua como comunicador em emissora de rádio na cidade de Londrina, seu principal reduto eleitoral. Outra característica peculiar que se destacou na atuação de Belinati (PP) é realização de leitura diária dos e-mails enviados para seu endereço eletrônico, conforme pudemos observar anteriormente. O deputado Douglas Fabricio (PPS) também apresenta ascensão significativa no mesmo período. Sua

atuação foi marcada por pronunciamentos em oposição ao governo do Estado. Já o deputado Jocelito Canto (PTB), radialista, cuja base eleitoral se concentra no município de Ponta Grossa, apresentou queda considerável no período analisado. No entanto, não dispomos de elementos para justificar o ocorrido.

Por outro lado, procuramos identificar a existência de algum tipo de relação estabelecida entre os deputados campeões de discursos e exercício no cargo de lideranças e blocos partidários ocupados por eles ao longo da 16ª Legislatura. Para tanto, levantamos os dados que apontam anualmente os respectivos líderes de bancadas e blocos partidários no quadriênio 2007-2010.

TABELA 7 – LÍDERES DE BANCADAS NA ALEP

	Ano			
	2007	2008	2009	2010
LIDERANÇAS				
Governo	Luiz Romanelli	Luiz Romanelli	Luiz Romanelli	Caíto Quintana
Oposição	Valdir Rossoni	Valdir Rossoni	Elio Rusch	Elio Rusch
PMDB	Waldyr Pugliesi	Waldyr Pugliesi	Waldyr Pugliesi	Waldyr Pugliesi
PSDB	Luiz Nischimori	Ademar Traiano	Ademar Traiano	Ademar Traiano
PFL/DEM	Plauto Miró	Plauto Miró	Plauto Miró	Plauto Miró
PT	Elton Welter	Prof. Luizão	Péricles Mello	Pedro Ivo
PP	Duílio Genari	Duílio Genari	Duílio Genari	Duílio Genari
PDT	Luiz C. Martins	Luiz C. Martins	Luiz C. Martins	Luiz C. Martins
PTB	Fábio Camargo	-	-	-
Bloco PPS/PMN	Marcelo Rangel	Douglas Fabrício	Douglas Fabrício	Douglas Fabrício
Bloco PSB/PRB/PV	Reni Pereira	Pastor Edson	Reni Pereira	Reni Pereira
Bloco PTB/PR	-	Jocelito Canto	Jocelito Canto	Jocelito Canto

Fonte: a autora, 2011.

Dessa maneira, podemos concluir que os cargos políticos ocupados no interior do legislativo também contribuem para dar mais visibilidade ao parlamentar, pois, além da possibilidade de realizar discursos no pequeno e grande expedientes, com duração de cinco e quinze minutos respectivamente, podem ainda contar com o tempo disponível para falar em nome da sigla partidária que representam. Ou seja, entre os 33 deputados que se destacaram pelo número de discursos proferidos no período em análise, estão os que comandaram lideranças ou blocos partidários. Outra percepção interessante é

no sentido da rotatividade dessas funções. Conforme ilustra a tabela acima, o Partido dos Trabalhadores possui uma dinâmica diferenciada dos demais partidos ao conduzir um novo líder para o comando da bancada anualmente, ao passo que os demais partidos ou blocos não atuam com a mesma dinâmica.

TABELA 8 – NÚMERO DE DISCURSOS POR ORADOR

		Ano			
		2007	2008	2009	2010
		Count	Count	Count	Count
Deputado	Jocelito Canto	131	95	72	63
	Antonio Belinatti	78	125	190	148
	Élio Rusch	74	106	100	69
	Romanelli	72	115	74	45
	Valdir Rossoni	67	65	30	9
	Tadeu Veneri	54	63	76	80
	Marcelo Rangel	50	59	35	7
	Professor Luizão*	45	44	0	0
	Elton Welter	37	27	34	22
	Plauto Miró	36	53	41	8
	Péricles de Mello	33	61	73	26
	Douglas Fabrício	32	66	60	60
	Reni Pereira	30	35	43	19
	Luiz Cheida	29	27	26	23
	Waldyr Pugliesi	29	20	18	8
	Pastor Edson	25	33	36	16
	Geraldo Cartário	23	25	6	0
	Cleiton Kielse	19	16	13	11
	Ney Leprevost	19	35	30	19
	Rosane Ferreira	17	29	38	36
	Ademar Traiano	15	26	29	18
	Stephanes Junior	15	29	21	7
	Edgar Bueno	13	20	0	0
	Luciana Rafagnin	12	24	20	14
	Luiz Carlos Martins	12	18	12	2
	Augustinho Zucchi	11	11	9	2
	Teruo Kato	10	12	10	3
	Artagão Junior	8	17	12	5
	Ribas Carli Filho	8	14	3	0
	Osmar Bertoldi	7	2	2	1
	Caíto Quintana	6	23	11	21
	Cida Borghetti	5	10	1	4
	Edson Strapasson	5	15	19	3
	Luiz Malucelli*	5	4	0	0
	Pedro Ivo	4	2	4	0

Dr. Batista	3	14	8	6
Luiz Nishimori	3	6	0	0
Nereu Moura	3	3	4	4
Dobrandino da Silva	2	10	9	5
Felipe Lucas	2	8	12	2
Luiz Accorsi	2	1	0	0
Antonio Anibelli	1	0	0	1
Durval Amaral	1	11	10	3
Mauro Moraes	1	6	13	5
Ademir Bier*	0	0	3	1
Alysson Wandsheer*	0	3	0	0
Beti Pavin	0	5	7	1
Chico Noroeste	0	2	19	10
Ênio Verri	0	9	0	8
Fábio Camargo	0	5	1	2
Fernando Scanavaca*	0	0	21	7
Francisco Buhner	0	2	0	0
Jonas Guimarães	0	6	7	2
Luiz Fernandes Litro	0	2	0	0
Mário Roque*	0	1	22	0
Neivo Beraldin*	0	0	27	24
Nelson Justus	0	2	1	2
Professor Lemos*	0	0	68	0
Rafael Greca*	0	0	0	34
Wilson Quinteiro*	0	0	4	28

Fonte: a autora, 2011.

* Deputados que ocuparam temporariamente uma vaga na Assembleia Legislativa na condição de suplentes

A análise da tabela revela outro dado interessante: quatro deputados estaduais não usaram a tribuna para proferir discursos ao longo dos quatro anos no exercício do mandato: Nelson Garcia (PSDB), Alexandre Curi (PMDB), Duílio Genari (PP) e Carlos Simões (PTB). No entanto, vale ressaltar que Garcia (PSDB) integrou a equipe do governo estadual no comando da Secretaria do Estado do Trabalho e Promoção Social.

A próxima tabela se refere ao tempo de exposição dos parlamentares no novo canal de comunicação com a sociedade paranaense. É importante destacar que maior número de discursos não significa maior tempo de exposição midiática, pois os horários possuem duração específica conforme prevê o Regimento Interno. Belinati (PP), que ocupou a primeira posição na tabela anterior, ficou em quinto lugar nessa categoria, ou seja, dos 650 minutos utilizados por ele em 2007, passou para 960 em 2008. Nesse sentido, Luis

Romanelli (PMDB) é o parlamentar em destaque, pois em 2008 o tempo utilizado para discursos foi de 1.135 minutos contra 725 em 2007.

Cabe considerar que em 2008 Romanelli (PMDB) esteve à frente da Liderança do Governo e o tempo de duração dos discursos nessa categoria é de 10 minutos para cada liderança, o que pode justificar a diferença ocupada na posição do parlamentar nas duas tabelas.

TABELA 9 – TEMPO UTILIZADO PARA DISCURSOS

		Ano			
		2007	2008	2009	2010
		Sum	Sum	Sum	Sum
Deputado	Jocelito Canto	1370	920	725	680
	Romanelli	725	1135	700	405
	Élio Rusch	695	965	825	645
	Valdir Rossoni	660	690	270	75
	Antonio Belinatti	650	960	1435	1105
	Marcelo Rangel	530	565	340	65
	Tadeu Veneri	500	460	525	595
	Douglas Fabrício	375	600	520	505
	Professor Luizão	360	350	0	0
	Elton Welter	320	165	225	120
	Pastor Edson	275	265	275	120
	Waldyr Pugliesi	270	210	185	65
	Péricles de Mello	255	545	585	220
	Plauto Miró	250	440	320	80
	Reni Pereira	240	270	330	135
	Geraldo Cartário	230	190	45	0
	Ney Leprevost	210	300	240	130
	Luiz Cheida	190	225	195	170
	Cleiton Kielse	170	150	105	100
	Ademar Traiano	150	205	230	130
	Rosane Ferreira	150	250	285	300
	Stephanes Junior	125	240	190	55
	Augustinho Zucchi	120	100	70	10
	Luiz Carlos Martins	120	170	130	20
	Edgar Bueno	110	150	0	0
	Luciana Rafagnin	100	125	110	70
	Artagão Junior	85	140	75	30
	Ribas Carli Filho	75	130	15	0
	Teruo Kato	75	95	70	40

Caíto Quintana	55	175	75	205
Cida Borghetti	55	55	15	35
Pedro Ivo	55	15	30	0
Nereu Moura	50	25	40	25
Osmar Bertoldi	45	20	10	5
Edson Strapasson	35	130	165	25
Luiz Malucelli	35	30	0	0
Antonio Anibelli	30	0	0	5
Luiz Nishimori	25	40	0	0
Dobrandino da Silva	20	75	70	35
Dr. Batista	15	70	40	35
Durval Amaral	10	95	100	20
Felipe Lucas	10	45	85	15
Luiz Accorsi	10	5	0	0
Mauro Moraes	5	35	70	25
Ademir Bier	0	0	25	5
Alysson Wandsheer	0	20	0	0
Beti Pavin	0	25	35	5
Chico Noroeste	0	15	150	85
Ênio Verri	0	70	0	40
Fábio Camargo	0	45	5	15
Fernando Scanavaca	0	0	140	35
Francisco Buhner	0	10	0	0
Jonas Guimarães	0	30	50	10
Luiz Fernandes Litro	0	10	0	0
Mário Roque	0	5	130	0
Neivo Beraldin	0	0	265	195
Nelson Justus	0	20	15	20
Professor Lemos	0	0	425	0
Rafael Greca	0	0	0	260
Wilson Quinteiro	0	0	45	185

Fonte: a autora, 2011.

5.3 NÚMERO DE ORADORES POR PARTIDO

O objetivo dos dados expostos a seguir é delinear o total do tempo destinado aos discursos durante os anos em análise, classificado o tipo de horário e partido dos oradores e o número de discursos realizados ao longo da 16ª Legislatura.

Inicialmente apresentamos as siglas partidárias e respectivo número de discursos proferidos pelos parlamentares. A bancada do PMDB, composta por

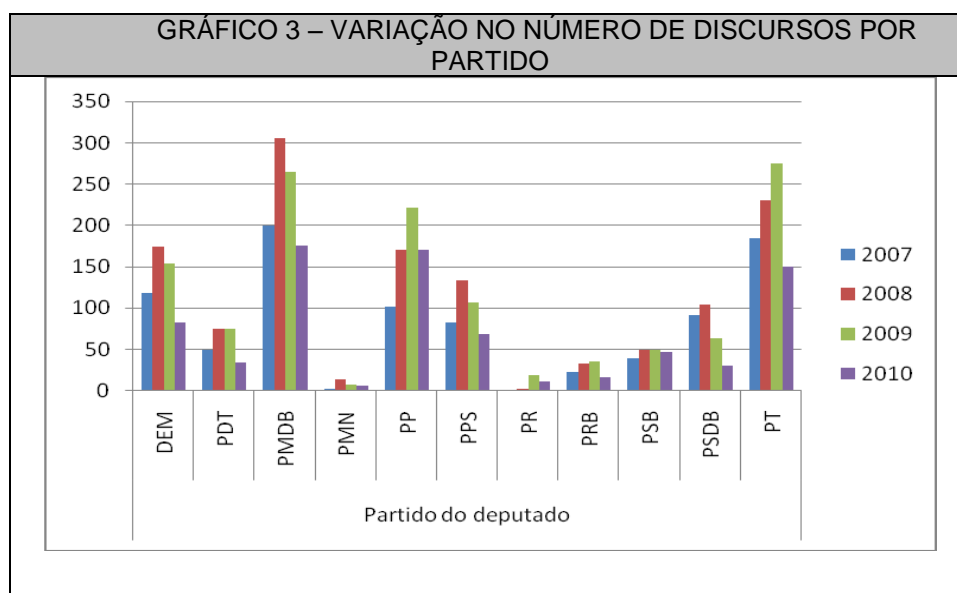
19 deputados, lidera a lista nesta categoria. Já o Partido dos Trabalhadores (PT), que ocupa a segunda colocação na análise, atuou nesse período com uma bancada formada por seis parlamentares.

TABELA 10 – NÚMERO DE DISCURSOS ANUAIS POR PARTIDO

		Ano			
		2007	2008	2009	2010
		Num. Discursos	Num. Discursos	Num. Discursos	Num. Discursos
Partido					
	PMDB	200	305	265	176
	PT	184	230	275	150
	PTB	132	100	73	65
	DEM	118	174	154	83
	PP	102	171	221	170
	PSDB	92	105	63	30
	PPS	83	134	107	69
	PDT	50	75	75	35
	PSB	40	50	50	47
	PRB	23	33	36	16
	PV	17	29	38	36
	S/P	10	0	0	0
	PMN	3	14	8	6
	PR	0	2	19	11

Fonte: a autora, 2011.

O próximo gráfico nos ajuda a visualizar a variação do número de discursos considerando os dados apresentados na tabela dez. Percebe-se, de modo geral, que o ano de 2007 possui expressão inferior com relação aos anos de 2008 e 2009.



Fonte: a autora, 2011.

Para encerrar a seção, apresentamos a seguir os dados convertidos em tempo de exposição da mesma forma que o fizemos anteriormente. No entanto, se compararmos as duas tabelas, identificaremos que PPS e PSDB inverteram a posição nos dois últimos quesitos. Essa variação, conforme mencionado, é resultado da utilização de diferentes tipos de horários destinados aos oradores para ocupar a tribuna.

TABELA 11 – PARTIDOS E TEMPO UTILIZADO PARA DISCURSOS

			Ano			
			2007	2008	2009	2010
			Sum	Sum	Sum	Sum
Partido	PMDB	Tempo de duração	1835	2695	2160	1450
	PT		1580	1730	1900	1045
	PTB		1380	965	730	695
	DEM		1000	1540	1270	770
	PP		915	1330	1690	1265
	PPS		910	1200	945	585
	PSDB		880	985	520	220
	PDT		475	625	650	260
	PSB		335	405	390	320
	PRB		255	265	275	120
	PV		150	250	285	300
	S/P		110	0	0	0
	PMN		15	70	40	35
	PR		0	15	150	90

Fonte: a autora, 2011.

No que se refere aos propósitos desse estudo, a análise quantitativa apresentada até o momento comprova a hipótese inicial, pois o número de discursos bem como o tempo empregado para realizá-los aumentaram significativamente com o advento da TV Sinal. No entanto, consideramos o ano de 2008 como o ápice da influência do canal legislativo, uma vez que nos anos que se seguiram detectamos pequena queda conforme os dados mencionados.

5.4 TV SINAL NO DISCURSO PARLAMENTAR

Além dos dados quantitativos apresentados ao longo deste trabalho, optamos também pela investigação sobre as menções relativas à TV Sinal nos discursos proferidos pelos deputados paranaenses, entretanto, gostaríamos de salientar que nossa consulta se limita aos Diários referentes ao segundo semestre de 2010. O recorte temporal justifica-se pela carência na disponibilidade de documentos oficiais no site da instituição que ainda é consideravelmente limitada.

O universo analisado compreendeu 70 Diários da Assembleia e, nestes, foram encontrados 604 discursos. Feitas as buscas pelo termo “TV” e “TV Sinal”, deparamo-nos com 84 menções referentes ao canal legislativo.

Dezesseis deputados²⁸ se dirigiram à TV Sinal durante os pronunciamentos e, na sua maioria, a referência é na forma de saudação, conforme os exemplos descritos:

Também a imprensa aqui presente, visitantes que participam conosco e principalmente a população do Paraná que nos acompanha através da TV Sinal (DOUGLAS FABRÍCIO (PPS), 2010).

(...) e já que estamos falando aqui não só para nós, mas também para a sociedade do Paraná, que está nos assistindo através da TV Sinal (...) (ÉLIO RUSCH (DEM), 2010).

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, paranaenses que nos dão a honra de acompanhar os trabalhos da Assembleia Legislativa através da Rede MERCOSUL, da TV SINAL e agora através da internet (BELINATI (PPS), 2010).

Antonio Belinati (PP), um dos deputados que mais utilizou a tribuna durante seu mandato na Assembleia Legislativa, é o que mais se reportou ao

²⁸ Os deputados que fizeram algum tipo de menção à TV Sinal no período analisado foram: Douglas Fabrício (PPS), Élio Rusch (DEM), Antonio Belinati (PP), Wilson Quinteiro (PSB),

canal de comunicação nesse período, com 34 menções. Douglas Fabrício (PPS) ocupa a segunda posição com 16.

Durante a investigação sobre o conteúdo dessas menções, encontramos citações, como do então presidente da Casa, deputado Nelson Justus (DEM), que fez um apelo aos parlamentares:

(...) porém queria fazer um pedido em especial a todos os Deputados que usem a tribuna, que em virtude da legislação eleitoral, tomemos o máximo cuidado para que a nossa TV não seja penalizada no que diz respeito a que se peça votos para si ou para outrem já que a nossa televisão sai do ar (NELSON JUSTUS (DEM), 2010).

Dessa forma, o então presidente da Casa alertou os demais para o uso indevido da mídia legislativa sob pena de suspensão das transmissões. Considerando que a análise qualitativa dos pronunciamentos em plenário não está inserida nos objetivos deste estudo, não possuímos elementos para tecer comentários mais aprofundados sobre o seu conteúdo. No entanto, levando em consideração o pedido do presidente, possivelmente ocorreu o surgimento de evidências no sentido da sua prática.

No que diz respeito aos temas dos discursos proferidos nos dias que sucederam as eleições, identificamos algumas alusões, como as que seguem:

(...) nesta tribuna, utilizando a grande audiência da TV SINAL, dizer o meu muito obrigado à generosa gente de Curitiba, por ter nos dado esta votação tão expressiva (BELINATI (PP), 2010).

(...) Agora, a nível nacional, o que os institutos de pesquisa têm mostrado nos últimos dias - você que está me assistindo em casa através da TV SINAL (...) (ÉLIO RUSCH (DEM), 2010).

(...) por isso, quero agradecer a cada pessoa de cada Cidade do Paraná que nos ajudou. Curitiba foi a segunda Cidade em que mais tive votos, isto mostrando que muitas pessoas aqui em Curitiba assistem o trabalho da Assembleia, seja através da TV SINAL, da imprensa, e isso facilita para quem faz um bom trabalho aqui. Por isso que tivemos uma boa votação em Curitiba, porque perceberam e acompanharam os nossos trabalhos (DOUGLAS FABRICIO (PPS), 2010).

Sr. Presidente, nobres Pares, também a exemplo dos nossos colegas Deputados quero aproveitar a nossa TV SINAL e fazer um agradecimento, Sr. Presidente, a todos os paranaenses que compareceram às urnas, todos, independentemente de terem votado neste ou naquele, em mim ou qualquer outro, porque as eleições, de fato, vão a elas e recorrem às urnas os homens e as mulheres que

têm esperança, porque não se muda um País e um Estado em um dia, uma semana. Aqueles que vão às urnas e recorrem a elas como um dever cívico e um direito democrático, são aqueles que confiam no futuro (LUIZ CHEIDA (PMDB), 2010).

Advertidos sobre o possível uso do veículo para promoção pessoal, é possível identificar que alguns parlamentares o utilizam com a intenção de conquistar apoio popular. Isso pode ser confirmado se considerarmos o agradecimento do deputado Douglas Fabrício (PPS) que, ao fazer referência à expressiva votação obtida na capital paranaense, relaciona os votos recebidos como possível retorno dos telespectadores que acompanharam seu trabalho pela TV Sinal. Trata-se, portanto, da busca pela exposição midiática com expectativa de retorno positivo, que preferencialmente se converta em voto. Já o deputado Belinati agradeceu o “generoso” eleitor curitibano e destacou a votação expressiva na capital paranaense.

Outro objetivo atrelado às estratégias de comunicação institucional através dos canais legislativos consiste em promover “a melhoria da imagem do Congresso, de assembleias legislativas e de câmaras de vereadores (...) mantendo uma intenção de racionalização da comunicação na programação de tais emissoras (...)” (BARROS; BERNARDES, 2011, p. 22). Esse é o caso, por exemplo, que podemos remeter à Assembleia do Paraná, que recentemente vivenciou a maior crise política da sua história²⁹.

Sendo assim, para finalizar a análise quantitativa das menções referentes à TV Sinal nos discursos dos parlamentares, detectamos baixo número considerando o universo pesquisado. No entanto, isso não reflete na percepção dos deputados sobre o potencial da nova mídia inserida na Assembleia do Paraná em estabelecer o contato direto com a base e fornecer para a população em geral uma visão mais abrangente do seu trabalho. Para eles, o canal próprio de televisão deverá estreitar os laços entre o parlamento e a sociedade paranaense, além de oportunizar espaços para inserir-se na cena midiática, já que os veículos convencionais seguem algumas lógicas que resultam na seleção de fontes para compor as matérias jornalísticas.

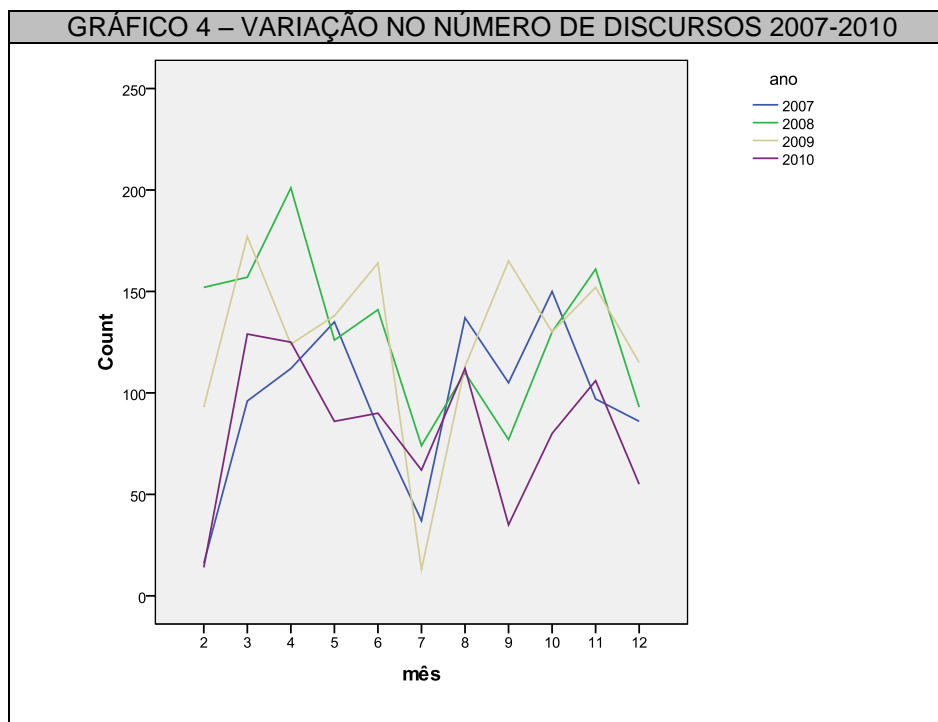
²⁹ A série de reportagens intitulada “Diários Secretos”, veiculada em 16 de março de 2010 pelo Jornal Gazeta do Povo, gerou a maior crise já vivida na Assembleia do Paraná. A denúncia de desvios de recursos públicos através de nomeação de funcionários fantasmas resultou em várias prisões e mudanças na estrutura administrativa da Casa.

5.5 ANÁLISE DE VARIAÇÃO NO PERÍODO 2007- 2010

A análise do período que compreendeu a 16ª Legislatura na Assembleia do Paraná revelou algumas evidências que comprovam a reação dos deputados estaduais frente à implantação da TV Sinal. Nesta seção, pudemos perceber que, ao se sentirem prejudicados pela seleção de fontes jornalísticas, eles tendem a investir em estratégias de comunicação para entrar na cena midiática. De acordo com Gomes (2004), sem a esfera de exposição pública os agentes não possuem “acesso relevante ao eleitorado, que possui o recurso fundamental para o campo político: o voto” (GOMES, 2004, p. 144). Portanto, a presença na esfera da visibilidade midiática é fundamental, tanto que a preocupação com a imagem pública se tornou parte inseparável da prática política na contemporaneidade.

Com o advento da televisão legislativa no estado do Paraná, os olhares se voltaram para a nova ferramenta de contato direto com o cidadão que passou a acompanhar ao vivo as atividades legislativas com a transmissão das sessões plenárias.

Os dados apresentados ao longo desta pesquisa comprovam essa afirmativa, no entanto, para efeitos ilustrativos, o gráfico a seguir apresenta a variação dos dados relativos aos quatro anos (2007-2010) no que se refere ao número de discursos proferidos em plenário.



Fonte: a autora, 2011.

A ilustração reforça efetivamente nossa assertiva no sentido de relacionar o primeiro semestre do ano de 2008 como o auge no emprego do canal legislativo como ferramenta para conquistar visibilidade pública e promover a prestação de contas com a sociedade que acompanha os trabalhos através das transmissões ao vivo das sessões plenárias e reunião da CCJ.

A importância conferida pelos governantes à publicidade dos atos junto à esfera civil se efetiva pelo poder destinado ao cidadão em legitimar democraticamente a esfera política e autorizar a sua permanência no mandato que lhes foi confiado no processo eleitoral. De acordo com Gomes (2004), este é “aparentemente o único poder que lhe cabe (...), decidir a quem conferir o poder sobre os recursos do estado e apenas isso” (GOMES, 2004, p. 112).

Por fim, após diálogo com teóricos que se dedicam à produção bibliográfica sobre os canais de comunicação inseridos nas esferas políticas, especialmente àqueles que se dedicam aos canais legislativos, bem como a exposição dos dados coletados ao longo desta pesquisa, passamos para a conclusão geral, cujo objetivo é apontar os principais achados deste estudo.

6 CONCLUSÃO

Esta dissertação buscou analisar o processo de criação da TV Sinal e seus efeitos na atuação dos deputados no plenário da Assembleia do Paraná.

Adotamos o conceito de *accountability* para investigar o problema central deste estudo, ou seja, a possibilidade do canal legislativo em promover a aproximação entre a sociedade e o Poder Legislativo paranaense, bem como a prestação de contas dos agentes políticos e suas ações no exercício do mandato parlamentar.

Diante da insatisfação dos parlamentares com a cobertura realizada pelos veículos privados, identificamos que as expectativas com a implantação do canal próprio de televisão são promover a transparência e revigorar a imagem da instituição que se encontra em descrédito junto à sociedade. Este não é um caso específico do Paraná, no entanto, vale a pena destacar que há dois anos a Casa de Leis do estado vivenciou o início da maior crise política da sua história com a eclosão do escândalo dos “Diários Secretos”, fato que certamente contribuiu para aumentar a ruptura e a queda na credibilidade da instituição diante da sociedade.

Apesar das dificuldades encontradas para a realização desta pesquisa, acreditamos que os resultados alcançados até aqui deverão contribuir para inserir o tema na agenda dos debates sobre as mídias legislativas bem como para auxiliar no aprimoramento da produção da TV Sinal. No entanto, nossa pretensão está longe de esgotar as possibilidades de análises, pelo contrário, desejamos que esse material desperte o interesse na realização de outros estudos para suprir a carência de informações relativas ao canal legislativo paranaense que está há quatro anos no ar.

Partindo do pressuposto de que a mídia televisiva transforma a natureza dos eventos (FREITAS, 2004), este estudo comprovou que a inserção das câmeras na rotina dos trabalhos dos deputados na ALEP alterou o comportamento deles com a transmissão ao vivo das sessões plenárias. A percepção mais substantiva nesse sentido é o crescimento expressivo na disputa pelo uso do tempo destinado aos discursos após a criação da TV legislativa. Os resultados apurados e os próprios parlamentares afirmam que a presença no plenário e nas reuniões das comissões permanentes também

aumentou após a implantação do canal próprio de televisão. Assim como ocorreu no Senado brasileiro (FREITAS, 2004), a TV Sinal causou um ritmo mais dinâmico nos trabalhos dos parlamentares, agora vigiados diariamente pelo telespectador/eleitor. Com a chegada da “mídia de fonte” (SANT’ANNA, 2009), surge também a possibilidade de levar ao conhecimento do público aquilo que a mídia privada não mostra, ou seja, as ações que envolvem o processo legislativo. Além disso, o novo canal de comunicação tende a democratizar o espaço para exposição midiática, uma vez que os veículos convencionais trabalham com critérios específicos que selecionam as fontes jornalísticas.

Apesar do atraso em relação aos demais Poderes Legislativos do país, esta dissertação apresenta evidências de que a Assembleia paranaense vem trabalhando para promover a transparência das ações e proporcionar o acompanhamento dos trabalhos dos parlamentares pela sociedade. A divulgação das deliberações, antes dependente da mídia tradicional, agora conta com a fidelidade da transmissão ao vivo das sessões plenárias.

Dar visibilidade aos acontecimentos pode ser estimulante para a promoção do debate sobre os assuntos de interesse público. Sendo assim, a exploração de meios alternativos de comunicação torna-se essencial, já que os veículos comerciais têm especificidades em relação aos veículos institucionais. Para Jardim (2008), é visível e significativa a diferença na cobertura dos trabalhos dos congressistas e do Congresso produzidas pela TV comercial e pela TV legislativa.

Considerando que a imprensa convencional na maioria das vezes atua na cobertura da esfera política com hostilidade, os agentes políticos dedicam cada vez mais atenção para a preservação da imagem (JARDIM, 2008). “A possibilidade que a mídia tem de dar visibilidade, ou não, aos acontecimentos políticos é o que lhe confere um “empoderamento” perante os representantes e as instituições” (JARDIM, 2008, p. 59). Nesse sentido, podemos perceber que a mídia exerce o poder de “tratar” os fatos que serão tornados públicos, por meio do denominado “enquadramento” da notícia, ou seja, torna-se questionável o processo da publicidade dos fatos políticos bem como sua responsabilidade no impacto que pode causar na democracia pelos efeitos da exposição:

Infelizmente, e não são todos os meios de comunicação, me dirijo agora à imprensa, que insiste em mostrar, exhibir apenas o que chamo de nudez do Legislativo. Apenas as gafes, mal comparando, é como na exibição de um filme, costuma-se no final colocar as cenas equivocadas, as falhas de gravações hilárias. Alguns órgãos de comunicação insistem em mostrar apenas os erros de gravação. Apenas as gafes, apenas a fragilidade. E poucos insistem em mostrar o que há de positivo. (DIÁRIO DA ASSEMBLEIA N. 170, 18 DE DEZEMBRO DE 2007, ANO XXXII, p. 27, 10 e 16)

A declaração do deputado Pastor Edson Praczyk (PRB) elucida o descontentamento do parlamento com a cobertura midiática no Legislativo paranaense. Para Aldé (2001), a forma de transmissão das notícias pelos meios de comunicação de massa, especialmente a televisão, é responsável pelo abismo entre a produção das decisões políticas e o mundo da política, tal como apresentado na TV.

Neste caso, pode-se afirmar que a mídia em geral funciona como instrumento de conhecimento sobre a política. Com o advento da TV Sinal, o telespectador possui agora a oportunidade de julgar o representante pelo desempenho no trabalho que lhe é incumbido através do voto no período eleitoral.

No entanto, no que diz respeito ao problema central desta dissertação, ou seja, identificar as possibilidades do canal legislativo em promover *accountability*, não encontramos mecanismos suficientes para estimular interação entre o cidadão/telespectador que acompanha as atividades dos parlamentares através da TV Sinal e a Casa de Leis paranaense. A pesquisa revelou que o canal legislativo, há quatro anos no ar, ainda não foi alvo de pesquisas de recepção e potencial de aceitação pelos telespectadores. A disponibilidade de ferramentas como o Serviço 0800, por exemplo, que se encontra disponível em outras instituições brasileiras pode ser uma alternativa para viabilizar a comunicação mais efetiva entre a sociedade e o parlamento, inclusive, no que se refere ao aprimoramento da programação do canal legislativo.

Quanto ao aspecto da democratização do acesso à programação da TV legislativa, esta dissertação identificou que a parceria firmada entre a ALEP e o Poder Executivo com o objetivo de transmitir as sessões plenárias por meio de satélite da TV Educativa, que pertence ao complexo de comunicação do

Estado, ainda não se concretizou, entretanto, um passo inicial foi dado, pois, desde o mês de novembro de 2011, um resumo das atividades parlamentares é exibido diariamente no telejornal exibido no canal estadual.

É preciso destacar ainda que o número de municípios que possui acesso ao canal legislativo é limitado, pois, dos 399, apenas 50 recebem a programação da TV Sinal através das operadoras de TV a cabo. Já a retransmissão do conteúdo em canal aberto, sob responsabilidade da Rede Mercosul de Comunicação – Canal 21, é marcada pela instabilidade, pois, no período que compreendeu a realização desta pesquisa, testemunhamos uma grande variação nos horários de veiculação dos programas. Essa falha na gerência desse tipo de prestação de serviços é prejudicial para a consolidação da TV Sinal.

Quanto ao modelo de gestão adotado pela Assembleia do Paraná e em outras Casas brasileiras, utilizamos a expressão de Jardim (2008) que o define como do “tipo fechado” por não possuir um conselho editorial. Além disso, é importante ressaltar que a produção da TV Sinal é terceirizada e a indicação do seu diretor é por nomeação do presidente da ALEP. No entanto, sendo o cargo vulnerável às mudanças na composição da Mesa Executiva, trata-se de uma condição que pode gerar “um clima de instabilidade, de descontinuidade administrativa e de falta de identidade das TVs que têm a sua programação alterada com muita frequência (...)” (JARDIM, 2008, p. 324). De fato, a eleição da nova Mesa Executiva, que assumiu o comando da ALEP para o biênio 2011-2012, refletiu também na composição da estrutura administrativa com a indicação de novos nomes para compor as diretorias da Casa, inclusive a da Comunicação. Essas características podem representar limites na promoção de *accountability* da TV legislativa paranaense.

Por outro lado, a inserção da TV Sinal causou impacto no comportamento dos parlamentares durante as atividades em plenário. Além de mudanças estéticas, a pesquisa revelou um salto na quantidade dos trabalhos durante as sessões plenárias. Na análise comparativa que se refere à 16ª Legislatura (2007-2010), verificou-se que no período em que o legislativo paranaense atuava apenas com a cobertura da mídia tradicional, as sessões eram mais curtas se compararmos ao período posterior à implantação da TV.

Assim sendo, podemos concluir que os dados apresentados nesta pesquisa comprovam nossa hipótese inicial, ou seja, de que o novo canal de comunicação com a sociedade paranaense interferiu na rotina dos deputados em plenário. Os benefícios trazidos pela implantação da TV Sinal, bem como os demais canais que integram a Agência Sinal – Sistema de Notícias da Assembleia do Paraná -, devem contribuir para o pleno exercício da cidadania ao levar informações diretamente para o cidadão/telespectador, sem edição ou cortes da mídia convencional. Devemos reconhecer também que o legislativo paranaense está investindo em projetos para democratizar a informação sobre as ações dos parlamentares, entretanto, esta pesquisa identificou que alguns aspectos devem ser aprimorados para que os resultados almejados sejam efetivamente alcançados.

Após recapitular as contribuições e apontar as deficiências sobre a implantação do canal próprio de televisão legislativa no Paraná, nosso objetivo também se concentra no desejo de que esta pesquisa incite novos debates e futuros estudos sobre o tema.

Dessa maneira, para que o sucesso da representatividade democrática surta os efeitos que regem seu conceito, destinamos também ao cidadão paranaense parcela de responsabilidade, pois, somente com acompanhamento e participação do processo político, a tão almejada “mudança” na esfera política será definitivamente alcançada. Este é o grande desafio.

REFERÊNCIAS

ABREU, Alzira Alves de. **A mídia na transição democrática brasileira.** In Sociologia, problemas e práticas. Nº 48, 2005: 53-65. Disponível em <http://www.scielo.oces.mctes.pt/pdf/spp/n48/n48a05.pdf>.

ALDÉ, Alessandra. **A construção da política: cidadão comum, mídia e atitude política.** Tese de Mestrado no IUPERJ. Rio de Janeiro, Brasil, 2001.

ALDÉ, Alessandra, VASCONCELLOS, Fábio. **Ao vivo de Brasília: escândalo político, oportunismo midiático e circulação de notícias.** In: *Revista de Ciências Sociais*, v. 39, n. 2, 2008.

ALMEIDA DE PAULA, Carolina. **O Poder Legislativo e os Jornalistas: a cobertura política de uma Assembleia Legislativa Estadual.** In: *Revista de Estudos Legislativos*, v. 3, 2009.

ALVES, Clécia A. **A TV Sinal na comunicação do legislativo paranaense: uma ferramenta de marketing político?** Trabalho apresentado no III Seminário Nacional de Ciência Política. UFRGS. Porto Alegre/RS, 2010.

BARROS, Antonio Teixeira de; BERNARDES, Cristiane Brum. **A pluralização das fontes de informação política no Brasil: as mídias legislativas.** In: *Revista Rumores*, Ed 4, janeiro-abril de 2009.

_____. **Matrizes culturais dos gêneros televisivos latino-americanos e as emissoras legislativas: análise sobre a TV Câmara (Brasil).** In: *Revista Vivência*, Ed 38, 2011.

BARROS, Antonio Teixeira de; LEMOS, Claudia Regina Fonseca; BERNARDES, Cristiane Brum; LARCHER, Marcello; CARLOS, Maíra de Brito. **Comunicação para a democracia: o papel dos veículos da Câmara dos Deputados.** Trabalho apresentado no GT Comunicação e Democracia do I Congresso Anual da Associação Brasileira de Pesquisadores de Comunicação e Política, 2006.

BARROS, Antonio Teixeira de; LEMOS, Claudia Regina Fonseca; BERNARDES, Cristiane Brum. **Programação e audiência de uma emissora legislativa: o caso da TV Câmara.** Trabalho apresentado no GT Comunicação pública, governamental e política do IV Congresso Brasileiro Comunicação Organizacional e de Relações Públicas – Abracorp 2010.

BERNARDES, Brum Cristiane. **O conceito de jornalismo público nos veículos da Câmara dos Deputados**. In: Revista PJ:Br, n 10, Ed. Julho/2008 .

_____. **As fontes de informação nas mídias legislativas: oficialismo e diversidade na produção noticiosa sobre a Câmara dos Deputados**. In: Brazilian Journalism Research, n1, vol. 7, Ed. 2011 (pp. 32-49).

_____. **Comunicação política nas mídias legislativas: contradições de ação nos veículos da Câmara dos Deputados**. In: Revista Compólitica, n.2, vol. 1, Ed. set-out, 2011 (pp. 60-83).

BIROLI, Flávia. **Técnicas de poder, disciplinas do olhar: aspectos da construção do “jornalismo moderno” no Brasil**. In: Mídia, Representação e democracia. Luis Felipe Miguel, Flávia Biroli (orgs) – São Paulo: Hucitec, 2010 (p. 153-194).

CAMPOS, David. Entrevista concedida à autora em 2009.

CANTO, Jocelito. Discurso em plenário. Arquivo de áudio da autora.

CHAIA, Vera. **CPI da Máfia dos fiscais: a morte anunciada**. In Mídia e política. Escritos Neamp. Orgs Vera Chaia, Miguel Chaia. 2000: São Paulo (p. 48-53).

CHAIA, Vera. **Jornalismo e Política: escândalos e relações de poder na Câmara Municipal de São Paulo**. São Paulo: Hacker, 2004.

CORREIA, Norma. **Sob nova direção**. Revista Documento Reservado, nº 34, fev 2011.

ESTEVES, João Pissarra. **“Espaço Público”**. In: Antonio A. C. Rubim (org.). Comunicação e Política: Conceitos e Abordagens. São Paulo. Unesp. 2004.

FREITAS, Luiz Carlos Santana de. **A midiaticização do parlamento: a TV Senado e as transformações na atividade político-parlamentar no Senado brasileiro**. Dissertação de Mestrado na UNB. Brasília/DF, Brasil, 2004.

FREITAS, Luiz Carlos Santana de. **O controle normativo da mídia no Congresso Nacional: critério de noticiabilidade e garantia do uso dos**

veículos legislativos de comunicação de massa. Monografia de Especialização. Universidade do Legislativo. Brasília/DF, Brasil, 2008.

FUCKS, Mário e CERVI, Emerson Urizzi. **Mídia e Legislativo: a cobertura jornalística da Assembleia Legislativa do Paraná (1999-2003).** Renato Perissinotto; Adriano Codato; Mário Fuks; Sérgio Soares Braga. (Org.). Quem governa: um estudo das elites políticas paranaenses. 1 ed. Curitiba: Editora da UFPR, 2007, v. 1, p. 279-303.

GAZETA DO POVO. **Empresa quer reajuste para exibir TV Sinal.** Caderno Vida Pública, 22/01/2009.

_____. **Deputados “fazem fila” para aparecer na estréia da TV Assembléia.** Caderno Vida Pública, 19/12/2007.

_____. **Casa cheia de gente.** Caderno Diários Secretos, 20/03/2010.

_____. **Justiça cancela edital da tevê da Assembleia.** Caderno Vida Pública, 08/12/2011.

GOMES, Wilson. **Transformações da política na era da comunicação de massa.** São Paulo: Paulus, 2004.

GOMES, Wilson e MAIA, Rousiley. **Comunicação e Democracia.** São Paulo: Paulus, 2008.

HABERMAS, Jürgen. **Mudança estrutural da esfera pública.** Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro. 1984.

HAMILTON, Ney. Entrevista concedida à autora em 2011.

JARDIM, Márcia de Almeida. **Antenas do legislativo: uma análise dos canais de televisão do Poder Legislativo no Brasil.** Tese de Doutorado na Universidade Estadual de Campinas. Campinas/SP, Brasil, 2008.

JORNAL DA ASSEMBLEIA. **A TV Assembleia está no ar.** Ano III, nº 53, dez 2007.

JUSTUS, Nelson. Discurso em plenário. Arquivo de áudio da autora.

LEMOS, Cláudia Regina F., BERNARDES, Cristiane Brum, BARROS, Antonio Teixeira de. **TV Câmara, TV pública? As TVs legislativas brasileiras na transição para a plataforma digital.** In: Observatório Journal, vol 05, n 02, 2011 (pp. 001-022).

LIMA, Venício A. de. **Mídia: Crise política e poder no Brasil.** São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2006.

MATOS, Heloíza. **Comunicação pública, democracia e cidadania: o caso do legislativo.** Disponível em <http://www.ucb.br/comsocial/mba/Heloiza.doc>. 1999.

MAIA, Rousiley C.M. **Mídia e diferentes dimensões de accountability.** In: Revista da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação. Dezembro de 2006, pp. 02-27.

_____. **Visibilidade Midiática e Deliberação Pública.** In Comunicação e Democracia: problemas e perspectivas. Orgs. Wilson Gomes, Rousiley Maia. 2008: Paulus (p. 165-194).

_____. **Conversação cotidiana e deliberação.** In Comunicação e Democracia: problemas e perspectivas. Orgs. Wilson Gomes, Rousiley Maia. 2008: Paulus (p. 195-219).

MAIA, Rousiley e CASTRO, Maria C. P. Spinola. (Orgs.). **Mídia, esfera pública e identidades coletivas.** Belo Horizonte: Editora UFMG. 2006.

MANIN, Bernard, **As metamorfoses do governo representativo.** Revista Brasileira De Ciências Sociais, no. 29, ano 10, outubro 1995.

MELO, Carlos Alberto Furtado de. **Coisa de jornal.** In Mídia e política. Escritos Neamp. Orgs. VeraChaia, Miguel Chaia. 2000: São Paulo (p. 58-65).

MIGUEL, Luis Felipe. **A mídia e o declínio da confiança na política.** Trabalho apresentado no XVI Encontro da Compós, 2007.

MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. **Comunicação e política: um campo de estudos e seus desdobramentos no Brasil**. In: Mídia, Representação e democracia. Luis Felipe Miguel, Flávia Biroli (orgs) – São Paulo: Hucitec, 2010 (p. 07-24).

MIGUEL, Luis Felipe. **Os meios de comunicação e a prática política**. LUA NOVA. Nº 55-56. 2002. p. 155-184.

MIGUEL, Luis Felipe. Um **ponto cego nas Teorias da Democracia: os Meios de Comunicação**. Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais – BIB. Rio de Janeiro. Nº 49. 1º semestre. 2000. p. 51-77.

PÁDUA, Livia Borges. **O escândalo político midiático Renan Calheiros: uma abordagem do papel do jornalismo em uma democracia liberal**. Belo Horizonte, 2009.

PINTO, Pâmela Araújo. **Mídia e política no Brasil: Grande Imprensa X Coronelismo Eletrônico**. Trabalho apresentado no XXXII Intercom, 2009. Disponível em <http://www.intercom.org.br/premios/2009/PamelaPinto.pdf>.

PORTO, Mauro P. **Muito além da informação: mídia, cidadania e o dilema democrático**, 1998.

RENAULT, Letícia. **Comunicação e política nos canais de televisão do poder legislativo no Brasil**. Belo Horizonte: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, 2004.

RODRIGUES, Malena Rehbein. **Imprensa e Congresso ou Como a mídia pauta a política**. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2002.

RUBIM, Antônio Canelas. **Comunicação e Política: Conceitos e Abordagens**. Salvador: Edufba, 2004.

SAMPAIO, Denise Gurgel do Amaral. **Estudo de caso: TV Assembleia Legislativa do Ceará – Considerações históricas, marcos regulatórios e impactos sobre o desempenho da atividade parlamentar**. Monografia de Graduação Faculdade 7 de setembro. Fortaleza/CE, Brasil, 2008.

SANT'ANNA, Francisco. **Mídia das fontes: um novo ator no cenário jornalístico brasileiro: um olhar sobre a ação midiática do Senado Federal.** Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2009.

SANTOS, Maria de Lourdes dos. **TV Legislativa: TV Câmara Municipal de Ribeirão Preto e accountability.** Tese de Doutorado. UNESP. Araraquara/SP, 2008.

SILVA, Julianna Rodrigues. **O marketing político na comunicação legislativa: a utilização da TV Senado como ferramenta de marketing político pelos senadores.** Monografia de Especialização Universidade do Legislativo Brasileiro - UNILEGIS. Brasília/DF, Brasil, 2008.

SILVA, Silvana Moreira. **Accountability e Internet: análise dos portais Câmara dos Deputados do Brasil e *United States House of Representatives*.** Monografia de Graduação. Bahia, 2010.

SODRÉ Muniz. **TV e a cosmética das aparências.** Disponível em <http://www.observatoriodaimprensa.com.br/artigos/jd300520011.htm>, 30/05/01. Acesso em 2009.

VEIGA, Luciana Fernandes; PAULA, Carolina Almeida de. **Deputados, eleitores e mídia.** Trabalho apresentado no II Congresso da Associação Brasileira de Pesquisadores em Comunicação e Política. Dezembro de 2007, Belo Horizonte MG.

WEBER, Maria Helena. **Imagem pública.** In Comunicação e Política: conceitos e abordagens. Antonio Albino canelas Rubim (org.) Salvador, Edufba, 2004. (p. 260-307).

ANEXOS

ANEXO 1**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 029/2007**RESOLVE:**

Art. 1º Fica instituído o Fundo Especial de Modernização e Aprimoramento Funcional da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná - FEMALP, que tem por objetivo a complementação de recursos financeiros destinados a programas e projetos de modernização, desenvolvimento, aperfeiçoamento e especialização de recursos humanos, bem como, ao reaparelhamento das instalações da Assembléia Legislativa, podendo realizar despesas vinculadas com:

I - execução de obras e reformas das instalações destinadas ao funcionamento das atividades administrativas e seu reaparelhamento;

II - aquisição de equipamentos, material permanente, bens móveis e contratação de serviços relacionados aos objetivos do fundo;

III - programas e atividades que visem o treinamento, à qualificação e ao aperfeiçoamento de pessoal, bem como, à segurança e melhoria das condições de trabalho;

IV - desenvolvimento e implementação de projetos, visando à atualização e melhoria da tecnologia utilizada pela Assembléia Legislativa;

V - a realização de concursos públicos para cargos do quadro de pessoal da Assembléia Legislativa.

Art. 2º O FEMALP terá as seguintes fontes de receitas:

I - dotação orçamentária própria e créditos consignados no Orçamento Anual da Assembléia Legislativa;

II - recursos oriundos de convênios firmados pela Assembléia Legislativa com entidades públicas ou privadas, nos termos da Lei nº 8666, de 21 de junho de 1993, e alterações posteriores;

III - recursos provenientes do imposto de renda retido na fonte, sobre remuneração e/ou subsídios;

IV - valores de inscrições em concursos públicos realizados pela Assembléia Legislativa;

V - doações;

VI - rendimentos de aplicações financeiras de recursos movimentados pela Assembléia Legislativa;

VII - alienação de bens da Assembléia Legislativa, considerados inservíveis, antieconômicos, irrecuperáveis ou obsoletos, por ato do 1º Secretário da Mesa Executiva;

VIII - valores provenientes de multas e sanções pecuniárias contratuais, cauções e depósitos que reverterem a crédito da Assembléia Legislativa, decorrentes de instrumentos por esta firmados;

IX - numerário advindo de inscrições e distribuição de material cobradas de terceiros em eventos realizados pela Assembléia Legislativa;

X - saldo financeiro positivo, apurado em balanço anual do próprio fundo;

XI - emolumentos de natureza indenizatória, como reposição dos custos com reprodução, com ou sem autenticação, de editais, procedimentos administrativos, peças processuais, trabalhos técnicos e científicos, respeitado o disposto no artigo 5º, inciso XXXIV, alínea “b”, da Constituição Federal;

XII - outras receitas eventuais.

Parágrafo Único. Os valores a serem cobrados de terceiros pelos serviços e fornecimento arrolados no inciso XI deste artigo observarão a legislação tributária estadual.

Art. 3º Os recursos do FEMALP serão movimentados exclusivamente em conta própria, sob a denominação: “Assembléia Legislativa do Estado do Paraná - Fundo Especial de Modernização e Aprimoramento Funcional - FEMALP”; aberta em instituição bancária oficial da Assembléia, observadas as normas vigentes.

Parágrafo Único. O orçamento do FEMALP e a sua execução dependerão de prévia aprovação e autorização da Mesa Executiva da Assembléia Legislativa.

Art. 4º A Mesa Executiva da Assembléia Legislativa, será a gestora do FEMALP, podendo delegar esta atribuição em ato próprio.

Art. 5º Compete ao gestor do fundo, instituído por esta lei:

I - providenciar a inclusão dos recursos de qualquer fonte no orçamento do fundo, antes da sua aplicação;

II - organizar o cronograma financeiro de receita e despesa e acompanhar sua execução e a aplicação das disponibilidades de caixa;

III - responsabilizar-se pela execução do cronograma físico-financeiro do projeto ou da atividade orçamentária, com auxílio do agente financeiro;

IV - zelar pela adequação e utilização dos recursos do fundo;

V - examinar e aprovar projetos de modernização administrativa.

Parágrafo Único. Observada a legislação vigente, poderá a Assembléia Legislativa, mediante ato, baixar normas e instruções complementares e fixar planos de aplicação e utilização dos recursos do fundo.

Art. 6º Os demonstrativos financeiros do fundo instituído por esta lei obedecerão ao disposto na legislação federal, especialmente da Lei nº 4320, de 17 de março de 1964, e na Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, artigo 48, e as demais normas aplicáveis à espécie.

Art. 7º O FEMALP terá contabilidade própria, aplicando-se aos seus registros o princípio de contabilidade pública, em especial a Lei nº 4320/64 e a Lei nº 101/00.

Parágrafo Único. A prestação de contas da aplicação da movimentação do fundo será consolidada às contas da Assembléia Legislativa.

Art. 8º Os bens adquiridos com os recursos do fundo instituído por esta resolução serão incorporados ao patrimônio da Assembléia Legislativa.

Art. 9º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 02.10.07.

(aa) NELSON JUSTUS – Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

LUCIANA RAFAGNIN - 2ª Secretária

REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 029/2007

RESOLVE:

Art. 1º Fica instituído o Fundo Especial de Modernização e Aprimoramento Funcional da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná - FEMALP, que tem por objetivo a complementação de recursos financeiros destinados a programas e projetos de modernização, desenvolvimento, aperfeiçoamento e especialização de recursos humanos, bem como, ao reaparelhamento das instalações da Assembléia Legislativa, podendo realizar despesas vinculadas com:

I - execução de obras e reforma das instalações destinadas ao funcionamento das atividades administrativas e seu reaparelhamento;

II - aquisição de equipamentos, material permanente, bens móveis e contratação de serviços relacionados aos objetivos do Fundo;

III - programas e atividades que visem o treinamento, à qualificação e ao aperfeiçoamento de pessoal, bem como à segurança e melhoria das condições de trabalho;

IV - desenvolvimento e implementação de projetos, visando à atualização e melhoria da tecnologia utilizada pela Assembléia Legislativa;

V - organização de concursos públicos para cargos do quadro de pessoal da Assembléia Legislativa.

Art. 2º O FEMALP terá as seguintes fontes de receitas:

I - dotação orçamentária própria e créditos consignados no Orçamento Anual da Assembléia Legislativa;

II - recursos oriundos de convênios firmados pela Assembléia Legislativa com entidades públicas ou privadas, nos termos da Lei nº 8666 de 21 de junho de 1993, e alterações posteriores;

III - organização de concursos públicos para cargos do Quadro de Pessoal da Assembléia Legislativa;

IV - doações;

VI - rendimentos de aplicações financeiras de recursos movimentados pela Assembléia Legislativa;

VI - alienação de bens da Assembléia Legislativa, considerados inservíveis, antieconômicos, irrecuperáveis ou obsoletos, por ato do Primeiro Secretário da Mesa Executiva;

VII - valores provenientes de multas e sanções pecuniárias contratuais, cauções e depósitos que reverterem a crédito da Assembléia Legislativa, decorrentes de instrumentos por esta firmados;

VIII - numerário advindo de inscrições e distribuição de material cobrados de terceiros em eventos realizados pela Assembléia Legislativa;

IX - saldo financeiro positivo, apurado em balanço anual do próprio fundo;

X - emolumentos de natureza indenizatória, como reposição dos custos com reprodução, com ou sem autenticação, de editais, procedimentos administrativos, peças processuais, trabalhos técnicos e científicos, respeitado o disposto no artigo 5º, inciso XXXIV, alínea “b”, da Constituição Federal;

XI - outras receitas eventuais;

XII - resultados provenientes da disposição do parágrafo 1º, do artigo 104, da Lei Complementar nº 113/05.

Parágrafo Único. Os valores a serem cobrados de terceiros pelos serviços e fornecimento arrolados no inciso XI deste artigo observarão a legislação tributária estadual.

Art. 3º Os recursos do FEMALP serão movimentados exclusivamente em conta própria, sob a denominação: “Assembléia Legislativa do Estado do Paraná - Fundo Especial de Modernização e Aprimoramento Funcional - FEMALP”, aberta em instituição bancária oficial da Assembléia, observadas as normas vigentes.

Parágrafo Único. O orçamento do FEMALP e a sua execução dependerão de prévia aprovação e autorização da Mesa Executiva da Assembléia Legislativa.

Art. 4º A Mesa Executiva da Assembléia Legislativa, será a gestora do FEMALP, podendo delegar esta atribuição em ato próprio.

Art. 5º Compete ao gestor do Fundo instituído por esta lei:

I - providenciar a inclusão dos recursos de qualquer fonte no orçamento do Fundo, antes de sua aplicação;

II - organizar o cronograma financeiro de receita e despesa e acompanhar sua execução e a aplicação das disponibilidades de caixa;

III - responsabilizar-se pela execução do cronograma físico-financeiro do projeto ou da atividade orçamentária, com auxílio do agente financeiro;

IV - zelar pela adequação e utilização dos recursos do Fundo;

V - examinar e aprovar projetos de modernização administrativa.

Parágrafo Único. Observadas a legislação vigente, poderá a Assembléia Legislativa, mediante ato, baixar normas e instruções complementares e fixar planos de aplicação e utilização dos recursos do Fundo.

Art. 6º Os demonstrativos financeiros do Fundo instituído por esta lei obedecerão ao disposto na Legislação Federal, especialmente na Lei nº 4320, de 17 de março de 1964, e na Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, artigo 48, e as demais normas aplicáveis à espécie.

Art. 7º O FEMALP terá contabilidade própria, aplicando-se aos seus registros o princípio da contabilidade pública, em especial a Lei nº 4320/64 e a Lei nº 101/00.

Parágrafo Único. A prestação de contas da aplicação da movimentação do Fundo será consolidada às contas da Assembléia Legislativa.

Art. 8º Os bens adquiridos com os recursos do Fundo instituído por esta resolução serão incorporados ao patrimônio da Assembléia Legislativa.

Art. 9º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 23.10.07.

(aa) STEPHANES JÚNIOR – Presidente

ANTONIO BELINATI - Relator

ANEXO 3**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ****Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury****RESOLUÇÃO Nº 019/07**

Súmula: Institui o Fundo Especial de Modernização de aprimoramento funcional da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná – FEMALP.

Data: 29 de outubro de 2007.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná aprovou e eu promulgo, nos termos do artigo 73 da Constituição Estadual combinado com o artigo 122 do Regimento Interno, a seguinte Resolução:

Art. 1º Fica instituído o Fundo Especial de Modernização e Aprimoramento Funcional da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná – FEMALP, que tem por objetivo a complementação de recursos financeiros destinados a programas e projetos de modernização, desenvolvimento, aperfeiçoamento e especialização de recursos humanos, bem como, ao reaparelhamento das instalações da Assembléia Legislativa, podendo realizar despesas vinculadas com:

I - execução de obras e reforma das instalações destinadas ao funcionamento das atividades administrativas e seu reaparelhamento;

II - aquisição de equipamentos, material permanente, bens móveis e contratação de serviços relacionados aos objetivos do Fundo;

III - programas e atividades que visem o treinamento, à qualificação e ao aperfeiçoamento de pessoal, bem como, à segurança e melhoria das condições de trabalho;

IV - desenvolvimento e implementação de projetos, visando à atualização e melhoria da tecnologia utilizada pela Assembléia Legislativa;

V - organização de concursos públicos para cargos do quadro de pessoal da Assembléia Legislativa.

Art. 2º O FEMALP terá as seguintes fontes de receitas:

I – dotação orçamentária própria e créditos consignados no Orçamento Anual da Assembléia Legislativa;

II – recursos oriundos de convênios firmados pela Assembléia Legislativa com entidades públicas ou privadas, nos termos da Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993, e alterações posteriores;

III – valores de inscrições em concursos públicos realizados pela Assembléia Legislativa;

IV – doações;

V – rendimentos de aplicações financeiras de recursos movimentados pela Assembléia Legislativa;

VI – alienação de bens da Assembléia Legislativa, considerados inservíveis, antieconômicos, irrecuperáveis ou obsoletos, por ato do Primeiro secretário da Mesa Executiva;

VII – valores provenientes de multas e sanções pecuniárias contratuais, cauções e depósitos que reverterem a crédito da Assembléia Legislativa, decorrentes de instrumentos por esta firmados;

VIII – numerário advindo de inscrições e distribuição de material cobradas de terceiros em eventos realizados pela Assembléia Legislativa;

IX – saldo financeiro positivo, apurado em balanço anual do próprio fundo;

X – emolumentos de natureza indenizatória, como reposição dos custos com reprodução, com ou sem autenticação, de editais, procedimentos administrativos, peças processuais, trabalhos técnicos e científicos, respeitado o disposto no Art. 5º, inciso XXXIV, alínea “b”, da Constituição Federal;

XI – outras receitas eventuais.

XII – resultados provenientes da disposição do § 1º, do art. 104, da Lei Complementar nº 113/05.

Parágrafo único. Os valores a serem cobrados de terceiros pelos serviços e fornecimentos arrolados no inciso X deste artigo observarão a legislação tributária estadual.

Art. 3º Os recursos do FEMALP serão movimentados exclusivamente em conta própria, sob a denominação: “Assembléia Legislativa do Estado do Paraná – Fundo Especial de Modernização e Aprimoramento Funcional – FEMALP”, aberta em instituição bancária oficial da Assembléia, observadas as normas vigentes.

Parágrafo único. O orçamento do FEMALP e a sua execução dependerão de prévia aprovação e autorização da Mesa Executiva da Assembléia Legislativa.

Art. 4º A Mesa Executiva da Assembléia Legislativa, será a gestora do FEMALP, podendo delegar esta atribuição em ato próprio.

Art. 5º Compete ao gestor do Fundo instituído por esta lei:

I – providenciar a inclusão dos recursos de qualquer fonte no orçamento do Fundo, antes da sua aplicação;

II – organizar o cronograma financeiro de receita e despesa e acompanhar sua execução e aplicação das disponibilidades de caixa;

III – responsabilizar-se pela execução do cronograma físico-financeiro do projeto ou da atividade orçamentária, com auxílio do agente financeiro;

IV - zelar pela adequação e utilização dos recursos do Fundo;

V - examinar e aprovar projetos de modernização administrativa.

Parágrafo único. Observada a legislação vigente, poderá a Assembléia Legislativa, mediante ato, baixar normas e instruções complementares e fixar planos de aplicação e utilização dos recursos do Fundo.

Art. 6º Os demonstrativos financeiros do Fundo instituído por esta lei obedecerão ao disposto na Legislação Federal, especialmente na Lei nº 4320, de 17 de março de 1964, e na Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, art. 48, e as demais normas aplicáveis à espécie.

Art. 7º O FEMALP terá contabilidade própria, aplicando-se aos seus registros o princípio da contabilidade pública, em especial a Lei nº 4320/64 e a Lei nº 101/2000.

Parágrafo único. A prestação de contas da aplicação da movimentação do Fundo será consolidada às contas da Assembléia Legislativa.

Art. 8º Os bens adquiridos com os recursos do Fundo instituído por esta Resolução serão incorporados ao patrimônio da Assembléia Legislativa.

Art. 9º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Palácio Dezenove de Dezembro, em 29 de outubro de 2007.

NELSON JUSTUS

Presidente

ANEXO 4

AVISO DE LICITAÇÃO**Protocolo N.º 6016/2011****Modalidade:** CONCORRÊNCIA N.º 001/2011.**Tipo:** Técnica e Preço**OBJETO:** Contratação de Empresa para produção da programação da TV Assembleia.**Valor Máximo:** R\$ 320.000,00 (trezentos e vinte mil reais) mensais.**Vigência:** 36 (trinta e seis) meses.**Condição de participação:** Poderão participar as empresas cadastradas junto à Assembleia Legislativa ou em qualquer órgão da Administração Pública Direta e Indireta.**Horário Recebimento:** até as 17h30min do dia 13 de junho de 2011.**Horário da Abertura:** às 13h30min do dia 14 de junho de 2011.**Local:** Diretoria de Apoio Técnico – 4º. andar do prédio administrativo da ALEP**DIRETORIA DE APOIO TÉCNICO**
Comissão de Licitação**Dep. Plauto Miró G. Filho**
1º.Secretário**29/04/2011 Edital de Concorrência 001/2011 – TV SINAL**

O Edital de Concorrência Pública 001/2011 que tem por objetivo a contratação de pessoa jurídica para realizar o planejamento técnico, implantação, operação, criação e produção da programação da TV Assembleia Legislativa do Estado do Paraná – TV Assembleia – está suspenso e será prorrogado para readequação técnica. Novo edital será publicado com as novas condições técnicas e novo prazo.

2º TERMO ADITIVO DE CONTRATO**Protocolo:** 4301/2011**Objeto:** Planejamento técnico, implantação, operação, criação e produção de programação da Tv Assembléia**Contratante:** Assembléia Legislativa do Estado do Paraná**Contratada:** GW Paraná Comunicação Ltda.**Valor:** R\$ 360.000,00 mensais**Vigência:** 15/03/2011 à 15/03/2012.**Dotação:** 3390.3909

Diretoria de Apoio Técnico

Fonte: Assembleia Legislativa do Paraná, 2011

ANEXO 5

Pág. 2

Curitiba, quarta-feira, 14.03.07

Resumo de Contrato**RESUMO DE CONTRATO**

RESUMO DO TERMO DE CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ E A EMPRESA GW PARANÁ COMUNICAÇÃO LTDA., VENCEDORA DA CONCORRÊNCIA 001/2005 - ALEP, conforme publicação no Diário da Assembléia do dia 13.03.07 nº Avulso e no Diário Oficial do Estado do Paraná nº 7428.

Por este instrumento particular de contrato, de um lado a ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ/MF sob nº 7799542/0001-09, com sede na Praça Nossa Senhora da Salette s/n, na Cidade de Curitiba, Capital do Estado do Paraná, doravante denominada CONTRATANTE, neste ato representada por seu Presidente, Deputado Nelson Roberto de Plácido e Silva Justus, brasileiro, casado, inscrito no CPF/MF sob nº 085.204.889-00, portador da Cédula de Identidade com RG sob nº 537.731 SSP/PR, residente à Rua Fagundes Varela, 360, Jardim Social, Curitiba - PR; e pelo Primeiro Secretário, Deputado Alexandre Maranhão Khury, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF/MF sob nº 027.443.839-96, portador da Cédula de Identidade com RG sob nº 4.965.623-8 SSP/PR, residente à Rua Luiza M. Baggio, 120, apto. 1701, Curitiba - PR; ambos ao final signatários; e de outro, a empresa GW PARANÁ COMUNICAÇÃO LTDA., com sede à Rua Senador Xavier da Silva, 147, CEP 80530-060, São Francisco, Curitiba - PR, denominada doravante CONTRATADA, neste ato representada pelo seu Diretor Executivo, Sr. Luiz Ricardo de Toledo Coelho, brasileiro, casado, jornalista, inscrito no CPF/MF sob nº 838.666.049-04, portador da Cédula de Identidade com RG sob nº 1.766.151-5 SSP/PR, residente e domiciliado à Rua Marechal Hermes nº 491, apto. 1001, Centro Cívico, CEP 80.530-230, Curitiba - PR, de acordo com o constante na Primeira Alteração do Contrato Social e com o Processo protocolado sob nº 2173/04, referente à Concorrência nº 001/2005 ALEP, que as partes sujeitam-se a cumprir, têm por justo e acertado o presente contrato, de acordo com as normas contidas no edital da licitação e propostas técnica e de preço, apresentadas no procedimento licitatório que integram o presente contrato:

OBJETO DO CONTRATO

É objeto do presente contrato o fornecimento pela CONTRATADA à CONTRATANTE, nos termos dos docu-

mentos que integram este instrumento legal, normas e cláusulas que o regem, de serviços de planejamento técnico, implantação, operação, criação e produção da programação da TV Assembléia Legislativa do Paraná, doravante denominada TV Assembléia, para os quais a CONTRATADA disporá de equipamentos e pessoal especializado, de acordo com o estabelecido em licitação. Os serviços a que se refere o presente instrumento legal, de caráter educativo, cultural, informativo e de orientação social, terão como objetivo, através de linguagem televisiva jornalística, oferecer à população informações diárias sobre o universo de atividades e ações parlamentares e conferir amplo alcance, em todo o Paraná, à política de prestação pública de contas do Poder Legislativo.

DO VALOR E DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

1 - Pela prestação dos serviços que são objetos do presente contrato a CONTRATADA receberá os valores da fatura apresentada na forma da cláusula terceira, respeitadas as condições de suas propostas Técnica e de Preço aprovadas pela CONTRATANTE.

2 - O valor estimado deste contrato para o exercício do ano 2007 é de R\$ 3.936.000,00 (três milhões, novecentos e trinta e seis mil reais), com recursos alocados na dotação orçamentária nº 33903900.

3 - Nenhum direito caberá à CONTRATADA se os serviços não atingirem o montante consignado nesta cláusula.

4 - O valor deste contrato, para os exercícios seguintes, incluindo eventuais prorrogações, será correspondente à dotação orçamentária vigente para os respectivos exercícios, votada e aprovada pela Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

PRAZOS

1 - Salvo expressas disposições em contrário, todos os prazos e condições deste contrato e dos documentos que o compõem vencem nas datas fixadas, independentemente de notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial.

2 - À Assembléia Legislativa do Estado do Paraná não será imputada qualquer responsabilidade por atraso no fornecimento do objeto deste contrato ou rescisão contratual enquanto não houver emitido o documento correspondente ao serviço.

VIGÊNCIA E ALTERAÇÕES

O presente contrato terá a duração de 36 (trinta e seis) meses a partir da data da sua assinatura, podendo ser prorrogado de acordo com o artigo 57, inciso II da Lei

.07 titiba, quarta-feira, 14.03.07

Pág. 3

se e 66/93, se as partes assim concordarem, mediante conclusão prévia à Procuradoria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

Qualquer alteração deste contrato deverá ser formalizada mediante "TERMO ADITIVO", desde que não haja modificação no seu objeto.

Curitiba, 13 de março de 2007.

NELSON ROBERTO DE PLÁCIDO E SILVA JUSTUS
Presidente

ALEXANDRE MARANHÃO KHURY
Primeiro Secretário

AYRTON COSTA LOYOLA
Procurador Geral
Pela Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

LUIZ RICARDO DE TOLEDO COELHO
Diretor Executivo
Pela Contratada

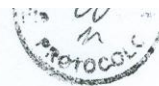
TESTEMUNHAS

DAVID CAMPOS
CPF/MF nº 726.394.319-00
RG nº 4.496.543-7 SSP/PR
ERON ABBoud
CPF/MF nº 638.392.299-87
RG nº 3.310.173-2 SSP/PR

ANEXO 6



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Anibal Khury



Curitiba, 30 de janeiro de 2012

Ilmo. Sr.
Roberto Costacurta
MD. Diretor Administrativo da Alep
Nesta

Venho através do presente solicitar a Vossa Senhoria a liberação para consulta nos Diários da Assembleia referentes ao período que compreende a 16ª Legislatura. O pedido se justifica pela necessidade da coleta de dados para conclusão da Dissertação de Mestrado em Ciência Política na Universidade Federal do Paraná sob o título: A TV SINAL NA ASSEMBLEIA DO PARANÁ: UM ESTUDO DE CASO - Análise da implantação do canal legislativo na 16ª Legislatura.

Certo de Contar com sua atenção agradeço.

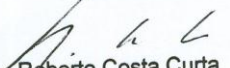
Atenciosamente,

Clécia Aparecida Alves

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA PARANÁ	
PROTOCOLO Nº	353
EM	30/01/2012
Macedo	
FUNCIONÁRIO	

À Diretoria Geral
Para ciência e autorização,
em 30/01/12.




Roberto Costa Curta
Diretor Administrativo





Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury




Diretoria Geral

PROTOCOLO Nº 353/2011

INTERESSADO: CLICÉIA APARECIDA ALVES

Encaminhe-se o presente protocolado à Procuradoria Geral para análise e manifestação

Em, 30 de janeiro de 2012.


Benoni Constante Manfrin
Diretor Geral



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

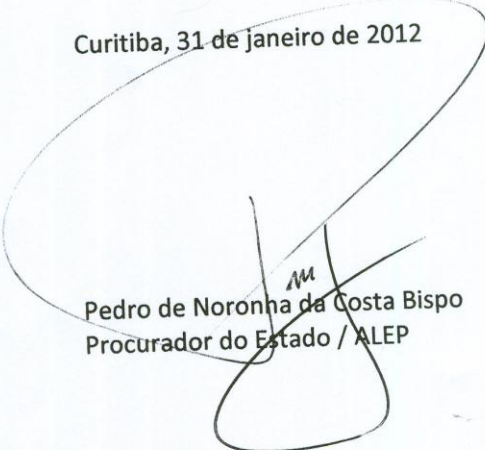
PROCURADORIA

Protocolo nº 353/2012



Distribuo ao Dr. Ruy Carneiro Teixeira Filho para apreciação e manifestação.

Curitiba, 31 de janeiro de 2012


Pedro de Noronha da Costa Bispo
Procurador do Estado / ALEP



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Aníbal Khury



INFORMAÇÃO Nº 015 /2012

Protocolo: nº 353/2012

Interessado: Clicéia Aparecida Alves

Assunto: liberação para manuseio de Diários Oficiais

Senhor Procurador-Geral:

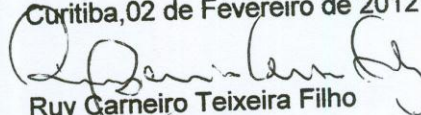
Clicéia Aparecida Alves, na qualidade de funcionária desta Casa, solicita a liberação para consulta nos Diários da Assembléia, referentes ao período que compreende a 16ª Legislatura, para conclusão de Dissertação de Mestrado em Ciência Política na Universidade Federal do Paraná.

Analisando o pedido, entendo que não há necessidade de autorização para consultar os Diários da Assembléia, obedecendo o princípio da publicidade. Esse princípio pode ser conceituado como aquele que impõe ampla divulgação dos atos oficiais, para conhecimento público e início dos efeitos externos.

O princípio da publicidade está previsto expressamente no art. 37, caput, da CF, porém o mesmo tem exceções, ou seja, há casos em que o interesse público justificará que determinados atos oficiais sejam deixados em sigilo, ainda que temporariamente, o que evidentemente não se aplica ao caso em questão.

Isto posto, concluo que não há necessidade de autorizar a servidora a realizar a consulta pretendida, uma vez que os diários da Assembléia são documentos públicos, franqueados à consulta aberta, podendo acessá-los livremente.

Curitiba, 02 de Fevereiro de 2012.


Ruy Carneiro Teixeira Filho
Consultor Jurídico



PROCURADORIA

Assembleia Legislativa do Estado do Paraná



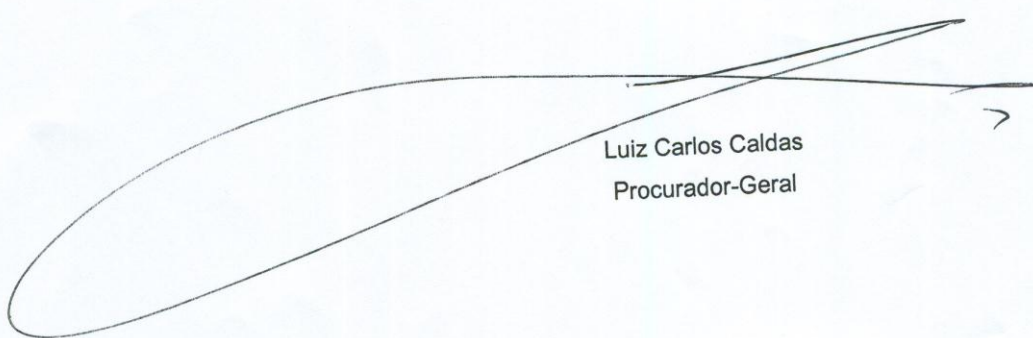
Protocolo nº 353/2012.

Interessado: Clicéia Aparecida Alves.

Assunto: Solicita autorização para manuseio de Diários Oficiais.

- I. De acordo com a Informação nº 015/2012;
- II. Encaminhe-se à Diretoria Geral.

Curitiba, 09 de fevereiro de 2012.


Luiz Carlos Caldas
Procurador-Geral



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury




Diretoria Geral

PROTOCOLO Nº 353/2012

INTERESSADO: CLICÉIA APARECIDA ALVES

Tendo em vista a informação da Procuradoria Geral nº 015/2012, restitua-se o presente protocolado à Diretoria Administrativa para dar ciência à servidora do livre acesso aos diários da Assembleia, uma vez que são documentos públicos, franqueados à consulta aberta.

Em, 13 de fevereiro de 2012.


Benoni Constante Manfrin
Diretor Geral

ANEXO 7

ENTREVISTADOS

Funcionários da Assembléia Legislativa do Paraná

Davi Campos e Mário Cruz.

Deputados que responderam ao questionário

Ademar Traiano (PSDB), Alexandre Curi (PMDB), Antonio Anibelli (PMDB), Bete Pavin (PMDB), Caíto Quintana (PMDB), Chico Noroeste (PR), Cida Borghetti (PP), Dobrandino da Silva (PMDB), Douglas Fabrício (PPS), Duílio Genari (PP), Elton Welter (PT), Fábio Camargo (PTB), Felipe Lucas (PPS), Fernando carli Filho (PSB), Francisco Bühner (PSDB), Geraldo cartário (PDT), Jocelito canto (PTB), Jonas Guimarães (PMDB), Luciana Rafagnin (PT), Luiz Accorci (PSDB), Luiz Eduardo Cheida (PMDB), Marcelo Rangel de Oliveira (PPS), Nereu Moura (PMDB), Ney Leprevost Neto (PP), Osmar Bertoldi (DEM), Pastor Edson Praczyc (PRB), Pedro Ivo Ilkiv (PT), Péricles Mello (PT), Plauo Miró (DEM), Reinold Stephanes Junior (PMDB), Reni Pereira (PSB), Rosane Ferreira (PV), Teruo Kato (PMDB) e Valdir Rossoni (PSDB).

ANEXO 8

Entrevista com Sr. Mário Henrique Cruz
Diretor de Assistência ao Plenário
06/02/2009

Após a implantação da TV Sinal o senhor acha que aumentou o número de inscrições para uso da palavra em plenário pelos deputados?

Aumentou muito a procura, porque é lógico, o deputado vive de “falação”, e tendo a Tv direta para a casa dos eleitores eles querem apresentar mais serviço. Por isso praticamente todos os horários regimentais são ocupados diariamente. As vezes até um horário que eles usam para encaminhar um projeto, eles tem um tempo certo pra falar, mas é lógico que eles usam para divulgar mais seus trabalhos.

Como são feitas as inscrições para o uso da palavra em plenário?

A inscrição é feita em plenário após a leitura do expediente e de toda a correspondência que vem para a assembléia. Há seis horários no pequeno expediente cada um com cinco minutos e essa inscrição é feita no momento em que se inicia a sessão, não pode ser antecipada, o próprio deputado tem que estar em plenário para se inscrever. Após encerrar os trinta minutos, tem o grande expediente que são dois horários de quinze minutos. Antes era um horário de trinta minutos, mas houve um acordo de lideranças e passou para dois horários de quinze minutos, uma para a situação e outro para a oposição. Essa inscrição é feita antecipada a pedido do deputado para determinado dia, mas se o horário estiver vago, pode ser pedido em plenário pelo deputado. Após inicia-se o horário das lideranças que são ocupados pelos líderes de partido ou senão pelos blocos que são formados por deputados com menos de três componentes por partido. O tempo é de dois minutos e o líder pode ceder o horário para o liderado. Depois de usados esses horários vem os horários das lideranças, dez minutos para a liderança do governo e dez minutos para a liderança da oposição. Os horários de lideranças são alternados diariamente. Um dia o horário da Liderança do PSDB é o primeiro, no outro dia é o último e o mesmo com a liderança do governo e oposição, são alternados. Depois tem dois horários para explicações pessoais para o deputado que foi citado pessoalmente durante a sessão ou que tenha sentido ofendido. Isso ocorre após a votação de toda a matéria.

Quais mudanças o senhor percebeu em plenário com a implantação da TV Sinal?

Eu achei que os deputados estão analisando muito mais os projetos, estão vendo os projetos que estão em andamento porque hoje eles são muito exigidos pela Tv para dar explicações sobre isso, porque antes, não via de regra, eles não tinham tanto conhecimento como tem hoje, então hoje quando se pergunta “e aquele projeto?” ele sabe responder, porque ele sabe que vai ser argüido pelos repórteres. Eu vejo por exemplo na composição da mesa, no início da sessão, uma mudança que antes era difícil conseguir um deputado para secretariar, etc., porque tem os secretários eleitos e por exemplo, o

primeiro secretário geralmente ele está vendo os problemas da Casa em si, resolvendo todos os problemas da Casa, ele não vai ali pra ler a ata , pra ler o expediente, e hoje não, hoje é mais fácil porque eles sabem que estão sendo focados, o nome dele está ali “convindo o senhor secretário fulano de tal para a leitura da ata”, ele sabe que ta chegando ao vivo no Paraná. As sessões hoje dificilmente terminam antes de três, quatro horas de duração.

Hoje a TV está na CCJ, está nas comissões. A CCJ antes levava meia hora para uma reunião, hoje leva três horas porque a televisão está em cima e o deputado ta dando o parecer dele analisando o projeto. Ele tem assessoramento dos advogados que fazem uma minuta antes do parecer, eu tenho visto aqui os pareceres quando chegam para poder levar ao plenário, então eu vejo a minuta do projeto, a minuta do parecer, os deputados riscando a minuta e colocando mais alguma palavra, então quer dizer, eles estão tomando peito, chega na hora e ele simplesmente não vai dizer que está aprovado, ele lê a minuta do projeto. Nisso a TV ajudou, ele está analisando o projeto e aqueles que estão ali estão ouvindo o que ele ta dizendo. Então quando chega no plenário ele tem conhecimento do parecer.

ANEXO 9

Entrevista com Davi Campos

Diretor de Comunicação da Assembléia Legislativa do Paraná

06/02/2009

Antes da implantação da TV Sinal, quais os meios utilizados para divulgar os trabalhos da Casa?

Na verdade, eu vim trabalhar aqui em 2001 a convite do deputado Hermas Brandão com o objetivo de reestruturar a área de comunicação da Assembléia, eu trouxe um plano de trabalho pra ele que envolvia uma série de ações com o objetivo de melhorar a relação da assembléia enquanto instituição, enquanto poder com a imprensa no sentido de dar mais informações, mais rapidez na resposta e instituir mecanismos de tráfego da informação mais rápido como a internet, coisas que não existiam aqui dentro.

Ao longo desse período de quase oito anos, nós reestruturamos a assessoria de imprensa da Casa, nós recriamos o jornal da Assembléia que é dirigido para um público específico de formadores de opinião, nós criamos uma série de produtos de informação, criamos o site e por fim a televisão que é o projeto maior de todos e o que compreende mais transparência dentro do projeto do presidente Nelson Justus. O presidente implantou a TV Sinal, implantou a pesquisa legislativa no site, hoje todos os projeto de lei em tramitação na Casa estão disponíveis para a população, implantou o painel eletrônico, é dele a emenda à constituição do estado que institui o voto aberto, uma medida pioneira na assembléia legislativa.

A TV passou a suprir uma necessidade que nós tínhamos de circular a informação. A Assembléia é o poder mais aberto, mais acompanhado, mais coberto, mas a imprensa tem a sua visão de cobertura do processo legislativo, do processo político e a assembléia tem uma visão mais institucional da informação.

Quanto tempo durou os estudos para que a TV Sinal entrasse no ar e como isso ocorreu?

Nos ano de 2002 nós começamos os primeiros estudos, naquele ano havia vários estados que ainda não tinham implantado a TV Legislativa, mas os estados mais avançados já tinham suas TV's, é o caso de Minas, São Paulo, Rio Grande do Sul. Eu apresentei o projeto para o presidente, ele deu luz verde e começamos uma fase de estudos de como poderia ser essa TV. A TV pública é uma teve que precisa oferecer um conteúdo de programação que se diferencie das tevês comerciais. Nós não vendemos produtos, nós não estamos interessados em vender produtos no intervalo comercial, esse é o objetivo da teve pública, então começamos uma ampla pesquisa de como funcionam as tevês legislativas no Brasil e no exterior, pra desenvolvermos um esboço de programação que pudesse cobrir aquilo que a gente considera áreas sem coberturas pelo resto das emissoras de teve, tendo como eixo a transmissão das sessões. O plenário é o delta, é o desaguador de um rio muito escaldoso, que é por analogia esse processo político partidário que começa lá nos rincões do Paraná, nos grandes centros e vem para aqui na forma de um projeto de lei, de um debate, de uma proposição. Então a sessão legislativa no plenário é o momento nobre da assembléia, é o momento mais

bonito, é ali que a democracia se mostra mais viva, mais forte, mais vibrante, ali que acontecem as polemicas, é ali que o conjunto da sociedade através dos deputados que a representam diz sim ou diz não pra projetos de lei que prevejam alterar comportamentos, definir aplicação de recursos e é ali que a assembleia realiza a segunda parte essencial do seu trabalho que a fiscalização dos demais poderes. A assembleia tem esse papel muito nobre de conduzir uma agenda política de conduzir uma agenda de política interesses da sociedade. Então exibir essa sessão plenária na tv era o eixo central da tv assembleia.

De 2002 até o final de 2005 nós trabalhamos nessa pesquisa, visitamos, fomos visitados, recolhemos um conjunto grande de informações e elaboramos um edital de concorrência que levantou interesse de 27 empresas em todo Brasil. Dessas 27 nove concorreram e sete continuaram concorrendo e uma delas foi a vencedora no final de 2007. Um processo longo, uma licitação grande e importante como essa. E durante esse período de 3 anos outras assembleias avançaram e implantaram suas emissoras legislativas.

A maioria das Casas Legislativas transmite ao vivo pelo site as sessões plenárias, aqui no Paraná já tem esse projeto?

Nós ainda não fizemos isso porque precisamos de soluções técnicas que permitam dar esse suporte a um numero grande de acessos simultâneos sem que haja um colapso momentâneo do sistema, sem que o sinal caia na internet. Nós estamos trabalhando junto com o setor de informática da Casa para dispor dessa estrutura.

Qual empresa opera a TV Sinal e quantos profissionais estão envolvidos na produção?

A empresa é a GW e estão envolvidos em torno de 40 funcionários. Toda a grade de programação foi criada pela AL, a linha editorial é definida pela AL através da diretoria de comunicação e cabe a produtora com as suas responsabilidades e competência dos profissionais transformar esta linha editorial, esse conjunto de programas em realidade. O comando da Tv é da AL e a produtora executa aquilo que a assembleia determina e a ultima palavra é do presidente na questão da cobertura, o presidente tem essa qualidade de ser um homem democrático, então é uma teve que trata dos assuntos com toda a liberdade.

Existe interatividade com o público durante a programação? De que forma isso é feito?

Cada programa tem o seu e-mail, pra sugestões, pra perguntas, pra mais informações, todos os programas na grade de programação, nós temos os programas, temos as sessões no inicio da programação, o telejornal de segunda a sexta que trata das questões mais afeitas à política, a economia paranaense e temos uma série de programas e programetes que são pílulas de informações mais breves. E temos os programas de uma hora que procuram promover o debate em profundidade como o Assembleia em Debate, que debate temas da semana, como Urbanidade que fala do espaço maior de convivência das cidades, os problemas e soluções, o Marca Paraná que trata da economia paranaense nos seus dois grandes eixos, a agricultura e a indústria, temos o Ciranda Cultural que fala da musica, teatro, cinema

fotografia, artes plásticas paranaenses, literatura. E temos a cada dia um grande programa e temos programas menores como por exemplo É seu Direito, a gente trata de coisas que interessam diretamente ao cotidiano da população. O objetivo da grade é a seleção do conjunto de informação mais rico o possível que fale da realidade do paraná, porque pra tratar de outras questões nós entendemos que o conjunto das outras emissoras, assim como o conjunto da imprensa já cumprem esse papel, nosso objetivo é tratar da vida paranaense.

A população participa ativamente da programação?

A população interage bastante. Nós temos um programete que é o Tempero da Terra, a gente fala das receitas do Paraná. A cada programete que vai ao ar tem uma série de pedido de receitas, as pessoas mandam e-mail sugerindo que o programa aborde pratos típicos desta ou daquela região e agente acaba fazendo isso porque nós viajamos, embora a tv esteja sediada em Curitiba, a assembléia é um poder estadual, então nós viajamos a cada mês nós fazemos de duas a três grandes viagem por mês pelo Paraná, para mostrar a realidade paranaense. A gente colhe muito material e ouve muito as pessoas, então o personagem principal é povo do Paraná.

Qual a abrangência da TV Sinal hoje?

Nós começamos depois de uma ano nós com um lote final em torno de 70 cidades. A consolidação de uma emissora de TV é um processo longo, nós estimamos que para alcançarmos um numero de cidades que ultrapasse pelo menos a metade de todos os municípios do Paraná, nós devemos levar de três a quatro anos. Estamos pleiteando no Ministério das Comunicações Brasília um concessão no canal aberto, Minas Gerais já tem, Ceará já tem, RN, isso fará com que a população em geral possa ter acesso não apenas as sessões mas a todo o conjunto da programação.

Os deputados tiveram alguma orientação para a aparição na TV Sinal?

O objetivo da teve é apresentar uma programação mais próxima da realidade, mais verdadeira possível. O que nós fizemos com o presidente Nelson Justus, ele chamou os deputados para uma conversa explicou as regras básicas de funcionamento da teve, mas a verdade é que os deputados como homens públicos já estão acostumados não só com os telespectadores mas eles próprios são os personagens da cobertura televisiva das suas cidades. Então não houve maiores dificuldades com isso, não houve maiores problemas com isso.

E no período de eleições como fazer para que a tribuna não se torne um palanque eleitoral?

Durante o processo eleitoral, o presidente da mesa da presidência em plenário ele fez essa recomendação aos deputados e foi atendido. Não tivemos problemas nas eleições municipais de 2008.

Como foi feita a divulgação da inauguração da TV Sinal?

Através do próprio sinal da TV, nós mantivemos por algum tempo slides e através da imprensa. Cada deputado teve um papel muito importante na sua região ao falar da Tv que ia entrar no ar, mas o interesse da imprensa e aí nós

precisamos agradecer, a imprensa comemorou a entrada da tv no ar, que é mais um instrumento de informação.

Nós criamos no plenário uma sala, para que os jornalistas nas sessões que vão até mais tarde não precise ir até a redação para escrever, eles podem escrever dali e mandar suas matérias por e-mail. Hoje nós temos uma média de trinta jornalistas que cobrem a assembleia diariamente, mas alguns veículos do interior não tem correspondente em Curitiba, então com a tv isso passou a ser uma facilidade, a assembleia facilitou a vida de emissoras de rádio, tv, do interior que queiram cobrir a vida legislativa.

Qual a sua avaliação do primeiro ano da TV Sinal no ar?

Foi um ano de muito trabalho, de consolidação do projeto. A tv hoje é um caso de sucesso e qualidade, tem uma audiência qualificada que forma opinião e vem dando uma contribuição como canal de informação livre e disponível para os deputados, para aqueles que vão se manifestar aqui dentro em audiências públicas, ou em plenário, em comissões permanentes da casa. A tv passou a possibilitar o fluxo maior de informações com maior rapidez. Então é fácil de notar que o uso da palavra em plenário aumentou, por exemplo, os deputados passaram a se pronunciar mais vezes, deputados aumentaram sua frequência na tribuna, Houve uma mudança positiva de comportamento. A teve é uma aliada, os deputados dizem que ela representa um canal de informação ao vivo em tempo real para toda a sociedade.

ANEXO 10

Deputado (a): _____ Partido: _____

1) Com a implantação da TV Sinal, Vossa Excelência passou a usar com mais frequência a tribuna para fazer pronunciamentos?

() Sim () Não

2) Vossa Excelência percebeu mudanças na atuação dos demais parlamentares?

() Sim () Não

Se afirmativo, cite exemplos _____

3) Vossa Excelência acha que com a transmissão ao vivo das sessões os deputados estão mais presentes no plenário e nas comissões permanentes?

() Sim () Não

4) Vossa Excelência mudou seu discurso para adequá-lo à linguagem televisiva?

() Sim () Não

Se afirmativo, de que forma? _____

5) Na sua opinião as transmissões ao vivo das sessões plenárias incentivam a participação popular nos debates de interesse público?

() Sim () Não

6) Na sua opinião a TV Sinal aproximou o parlamentar do eleitor?

() Sim () Não

7) Qual a sua avaliação no desempenho da TV Sinal?

() Ótimo () Bom () Ruim